

**RELATÓRIO
XVII CONAD
Conselho Nacional de Associações de Docentes**

Porto Alegre, 2 a 5 de junho de 1988

SUMÁRIO

CRONOGRAMA	04
Junho/88	04
Julho/88	04
Agosto/88	04
Setembro/88	05
Outubro/88	05
Participantes do XVII CONAD	06
Sessão Solene de Posse da Nova Diretoria – Ata	11
Discurso de Posse do Prof. Sadi Dal Rosso	13
Plenária de Instalação do XVII CONAD – Ata	16
Regimento do XVII CONAD	18
Tema I - Conjuntura Política e MD - Ata da Plenária - Texto aprovado - Um ano de definições A Educação no projeto Sarney Os Trabalhadores, um ano de definições MD e Conjuntura Procedimentos - Direito de Sindicalização dos Trabalhadores no Serviço Público. Como colocar em prática esta conquista? A importância da Entidade Sindical Caminhos para Sindicalização Prós e Contras de cada visão Cronograma	22
Tema II - Política Educacional - Ata da Plenária - Política Educacional (Texto aprovado) Introdução Encaminhamentos - Contribuição do V Encontro Nacional dos Docentes da Área de Saúde ao XVII CONAD (Texto aprovado) Introdução Propostas, recomendações e sugestões	33
Tema III - Questões Setoriais - Ata da Plenária: Setor das IES Estaduais - Texto Aprovado Constituintes Estaduais Campanhas Salariais Reunião ANDES/ADs com Reitores das IES Estaduais Estatuinte - Ata da Plenária: Setor das IES Particulares - Texto aprovado Reunião prévia	38

<p>Encontro ADs/ANES/SINPROS Sindicalização 2º Turno na Constituinte/Projeto Estabilidade - Ata da Plenária: Setor das IES Federais - Texto aprovado Introdução Verbas Propostas aprovadas Articulação MD/Trabalhadores das Estatais e Servidores Públicos Propostas aprovadas Fundações Internas Propostas aprovadas Democratização Propostas aprovadas 1º e 2º Grau Seminário Enquadramento nas Funções Encaminhamentos Outras questões - Anexos aos Textos da Plenária - “Documento aprovado na reunião do Setor Federal de 23/04 sobre Fundações Internas das IES” - “Moção” – reproduzida do Relatório Final do VII Congresso da ANDES</p>	
<p>Tema IV - Questões Organizativas - Ata da Plenária - Texto aprovado Relações Internacionais Recomendações e Propostas Finanças do 7º Congresso Proposta aprovada Expansão da ANDES Recomendações e Propostas Local para o XVIII CONAD Local para o VIII Congresso Organização de Eventos – Recomendações Nova Sede da ANDES Participação no III CONCURT Reajuste de mensalidades GT Política Educacional GT Ciência e Tecnologia</p>	59
<p>Plenária de Encerramento – Ata</p>	66
<p>Moções aprovadas</p>	67
<p>Anexos - Carta aberta aos Constituintes - Rateio do XVII CONAD - Resultado das Eleições para Diretoria da ANDES</p>	79 83 85

CRONOGRAMA

Junho de 1988

- Remessa pelas ADs de Telegramas de Protestos, conforme Plenária.
- Mobilização permanente das ADs para acompanhar votação das Disposições Transitórias da Constituição/2º Turno da votação.
- Remessa, pelas ADs, para a ANDES de textos relativos à questão da sindicalização, inclusive subsídios sobre a amplitude associativa e funcionamento dos Sindicatos já existentes que reúnam professores.
- Remessa, pela ANDES, aos Constituintes de cartas sobre a questão da aposentadoria para os professores do 3º Grau; sobre a emenda que prevê ascensão dos Adjuntos IV sem concurso; sobre as questões não contempladas pelo texto aprovado, reivindicado pelo “Fórum da Educação...” e posicionamento sobre emendas supressivas no 2º turno de votação.

Julho de 1988

- Mobilização das ADs com vistas à votação do projeto de Lei que prevê estabilidade aos dirigentes de Associações Docentes.
- Até o dia 15 – ANDES remete às ADs documentos recolhidos sobre a questão sindical.
- Remessa, pela ANDES, de material sobre filiação/associação à CMOPE e à FISE.
- Durante a Reunião Anual da SBPC (10 a 16), data a definir. Reunião, em São Paulo, do GT das IES Particulares.
- Dias 17 e 18. Encontro ANDES/CPB, São Paulo (local: a precisar).

Participantes: 1 delegado por AD; diretores da ANDES; membros do GT Política Educacional ANDES; indicados pela CPB.

Temário: Avaliação da nova Cara da CPB.

Constituintes Estaduais

Sindicalização

- Dias 23 e 24 – 1º Encontro Nacional de Servidores Públicos/CUT – Brasília.

Agosto/1988

- Em data a definir: Encontro ANDES/ADs/SINPROS – São Paulo – Organização: GT das IES Particulares.
- Nas ADs (deliberação do XVII CONAD). Antes do III CONCUT e do XVIII CONAD. Seminários sobre questões da sindicalização.
- Discussão, nas ADs da questão de relação internacionais da ANDES.

Setembro/1988

- Dias 2 a 4 – Reunião do GT – Saúde

Local: Belo Horizonte

- Dias 7 a 11 – III CONCUT – Belo Horizonte

- Terceira Semana. Reunião das ADs das IES Estaduais/ANDES com Reitores das IES Estaduais. (Data a precisar).

Local: Londrina ou Maringá

- Última Semana. Dia Nacional de Mobilização – Discussão sobre Avaliação do Trabalho Docente e Democratização das IES.

Outubro/1988

- Até o dia 7 – Envio, pelas ADs, para a ANDES, de relatórios sobre as discussões promovidas no Dia Nacional de Discussão sobre a Avaliação do Trabalho Docente e Democratização das IES.

- Data a definir: XVIII CONAD

Local: João Pessoa

- Antecedendo imediatamente ao XVIII CONAD

Seminário Nacional ANDES/ADs: “A Questão Sindical”:

1º Encontro Nacional de Docentes de 1º e 2º Graus das IES.

Local: Salvador

PARTICIPANTES DO XVII CONAD

1 – ADUNICAMP

Delegada: Helena Costa Lopes de Freitas
Observador: Roberto Freitas

2 – ADUFRGS

Delegado: Darci Campani
Observadores: Ludwig Backup
Georgina Bond
Eunice Michel
Rosimari de Oliveira
Ana Maria Braga
Selmo Santos
Adroal do Gaya

3 – ADUNI-RIO

Delegada: Carmem Lúcia Antão Paiva
Observador: Cibele Cardoso Reynaud

4 – ADFUNREI

Delegado: Francisco Antônio de Abreu neto

5 – APUBH

Delegado: Elias Antônio Jorge
Observadores: José Henrique Maia Filho
Horácio Faria

6 – ADUFG

Delegado: Ary Monteiro do Espírito Santo

7 – ADMED

Delegado: Pedro de Oliveira Mundim

8 – ASDUERJ

Delegado: Roberto Lopes de Abreu
Observadora: Deise Machado

- 9 – ADUSP
Delegado: Francisco Miraglia
- 10 – ADUNIMEP
Delegado: Milton L. Grecchi
- 11 - ADUEM
Delegado: Oswaldo Heller da Silva
Observadora: Maria Regina Pânico Fraguas
- 12 - ADUFAL
ObservadorA: Erinalva Medeiros Ferreira
- 13 - ADEPM
Delegado: Jurandyr D´Avila Assumpção
Observador: Eduardo Ribeiro
- 14 - ADUFSCAR
Delegado: Geria M. Montanari Franco
Observadora: Lea Beatriz Teixeira Soares
- 15 - ADURN
Delegado: Lúcio Flávio de Souza Moreira
- 16 – APES-JF
Delegado: Paulo Roberto Bassoli
Observadores: Carlos Elizio Barral
José Astolfo Souza
- 17 - ADUFRJ
Delegado: Alexandre Magalhães da Silveira
Observador: Ildeu de Castro Moreira
- 18 - ADURNE
Delegada: Elza Lucena Vasconcelos
- 19 – ADUFPB-JP
Delegada: Vera Amaral
Observador: Lindemberg Medeiros de Araújo

20 – ADUFEPE

Observadora: Maria Luiza Alécio

21 - ADUFF

Delegada: Sônia Monnerat Barbosa

Observadores: Cristina Pinheiro Mendonça

Maria Elisa Meira Canedé

Edmar Augusto S. de Araújo

22 – ADUFC

Delegada: Rosemary C. Furtado

Observadores: Francisco R. Oliveira

Maria Socorro Matos

23 – ADUFOP

Delegado: Alberto Nobre Mendes

24 – ADUFS

Delegada: Gilza Luiz da Mota Gomes

25 - ADUNB

Delegada: Dóris Santos de Faria

Observador: José Antônio Carvalho D'arroche la Lobo

26 - ASDESAM

Delegado: José Torres Filho

27 - ASDUV

Delegado: Atílio Alésio

28 – ADUFPB-CG

Delegado: Adeildo Rosa de Lima Junior

29 - ADUFERPE

Delegada: Zenilde Moreira Borges de Moraes

30 - ADVI

Delegado: Jaime Wunsch

Observador: Abner Gomes

31 - APUFPR

Delegado: José Borges Neto

Observadores: Milena Maria Costa Martinez
Maria Lúcia Patti Tucci

32 – APUB

Delegado: Robério Marcelo Rodrigues Ribeiro

33 – APUSM

Delegado: Ronaldo de Moraes

34 – ADUFU

Delegado: Bento Itamar Borges

35 – ADUFPEL

Delegado: Mauro Augusto Burkert Del Pino

Observadores: Jaime Duarte

João Silva Filho

Álvaro Hypolito

Márcia Ferreira

Luiz Henrique Schuch

Ângela Maas

Adair Busato

Carmen da Silva

Helga Maria Heck

Celso Almeida e Silva

36 – ADOCA

Delegada: Mari Helem Rech Rodrigues

37 – ADUEL

Delegada: Zelma Francisca Torres Tomazi

38 – ASCEFET-PR

Delegado: Wilson Alcântara Soares

Observador: Roberto Kenichi Wakano

39 – APESR

Delegado: Domingos Wagner Coelho Rodrigues

Observador: Paulo Renato Ribeiro Paim

40 – ADUR-RJ

Observadores: Ana Maria Dantas Soares
Maria Cléria Magalhães Almeida

41 – APRUMA

Delegado: Zartúgiglio Cavalcanti

42 – ADUFES

Delegada: Yara Reina Candelária da Rocha
Observadora: Dinah Machado Campos

43 - ADUNEB

Delegado: Jurandir Oliveira
Observador: Nelson José Torreão

44 – ADUSV

Observadora: Márcia de Oliveira Alves

45 – ADUA

Delegado: Silvério Tundis

46 – APROFURG

Observador: Luis Cunha

	ESTADUAIS	PARTICULARES	FEDERAIS	TOTAL
Delegado	03	07	30	40
Observadores	03	04	42	49
ADs	04	07	35	46

ATA DE POSSE

Aos dois dias do mês de junho de 1988, foi realizada, no auditório da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na cidade de Porto Alegre, a sessão solene de posse da diretoria da ANDES, Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, eleita para o biênio 1988/1990.

A solenidade foi presidida pelo professor Newton Lima Neto, presidente da ANDES no biênio 1986/1988, que constituiu a mesa convidando para compô-la o professor Sadi Dal Rosso, presidente eleito; o professor Silvio Frank Alem, secretário geral eleito, o representante do Magnífico Reitor da UFRGS; o Reitor da Universidade Federal de Santa Maria, na qualidade de representante do presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), o presidente da Associação dos Docentes da UFRGS (ADUFRG) e mais as seguintes personalidades: representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE); da Central Única dos Trabalhadores (CUT); do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul; do Centro Estadual de Professores do Rio Grande do Sul (CEPERGS); da ANPED; da FENOE, do Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul, do Partido Comunista Brasileiro, do Partido dos Trabalhadores; o Reitor eleito da UFRGS, professor Alceu Ravanello Ferrari.

Após a composição da mesa, usou a palavra o professor Newton Lima Neto, que após sua alocação, convidou a professora Cibeli Reynaud, presidente da Comissão Eleitoral, a ler os resultados finais do pleito de maio p.p.: num colégio eleitoral de 41.204 docentes, votaram 18.099, obtendo a Chapa ANDES-AD 15.727 sufrágios, registrando-se 1935 votos em branco e 437 nulos.

Ainda com a palavra, o professor Newton Lima Neto prestou homenagem aos funcionários técnico-administrativos da ANDES, na pessoa da Secretária do escritório de São Carlos, presente no auditório; a seguir, considerou empossada a nova diretoria, passando a presidência dos trabalhos ao professor Sadi Dal Rosso. Este, fez a leitura da relação nominal dos diretores empossados: Presidente Sadi Dal Rosso (UnB); 1º Vice-Presidente Carlos Eduardo Malhado Baldijão (USP); 2º Vice-Presidente Maria da Gloria Ribeiro da Silva (USU); Supl. Presidência Janira Margarete Piacentini (UFSC); Secretário Geral Silvio Frank Alem (UFPB-JP); 1º Secretário Vanderli Fava de Oliveira (UFJF); 2º Secretário Márcio Seroa da Motta Brandão (UFAM); Supl. Secretaria Carlos Peraro Filho (UFGA); 1º Tesoureiro Marco Antônio Sperl de Faria (UNIMEP); 2º Tesoureiro Eliane Novato Silva (UFNG); Supl. Tesoureiro Maria Cloris Magalhães Almeida (UFRRJ); Vice-Presidente Norte Mário Cardoso (UFGA); Suplente Humsilka Maria O. de Amorim (UFRo); Vice-Presidente Nordeste I Yacy Mendonça de Almeida (UFC); Suplente José Neuburgo de Oliveira (UFPI); Vice-Presidente Nordeste 2 Maria Luiza Martins Aléssio (UFPE); Suplente Vera Lucia do Amaral e Silva (UFPB-JP); Vice-Presidente Nordeste 3 Dan de Oliveira Santana e Silva (UEBA); Suplente Gilsa Luiza da Mota Gomes (UFS); Vice-Presidente Centro-Oeste Nicanor Palhares Sá (UFMAT); Suplente Sylvio Quezado de Magalhães (UnB); Vice-Presidente Leste Fábio Corrêa Dutra (UFES); Suplente Edilamar Rezende (UFU); Vice-Presidente Rio Jorge Máximo de Souza (UFRJ); Suplente Deise Mancebo (UERJ); Vice-Presidente São Paulo Pedro Paulo Roque Monteleone (EPM); Suplente Edmundo Fernandes Dias (UNICAMP); Vice-Presidente Sul Marcos de Toledo (UEL); Suplente Luís Carlos Pinheiro M. filho (UFSC); Vice-Presidente R.G.Sul Luiz Paiva Carapeto (UFPel); Suplente Marino Ledur (PUC-RS).

Após proferir alocução, homenageou a diretoria anterior, entregando placa alusiva a seu antecessor da presidência da ANDES; registrou o agradecimento dos empossados aos comitês que apoiaram o programa sufragado, agradeceu à família do falecido cartunista Henfil, que permitiu a utilização de seus trabalhos na propaganda da Chapa ANDES-AD; agradeceu, ainda, aos promotores do XVII CONAD, a hospitalidade.

Logo após, foi franqueada a palavra aos componentes da mesa. Por aclamação, foram aprovadas, sujeitas a ratificação na sessão de encerramento do XVII CONAD, moções propostas pelas Associações de Docentes da Universidade Estadual de Feira de Santana e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, relativas respectivamente à luta salarial empreendida pelos docentes baianos e ao processo eleitoral recém realizado em Porto Alegre.

Encerrada a sessão solene de posse da diretoria da ANDES, biênio 1988-1990, eu SILVIO FRANK ALEM, Secretário Geral, lavrei a presente Ata, que firmo e rubrico em suas 3 folhas para todos efeitos legais.

DISCURSO DE POSSE DO PROF. SADI DAL ROSSO

Os docentes universitários brasileiros construíram na ANDES seu instrumento de intervenção política nas lutas da sociedade, quer nas lutas mais gerais como as eleições diretas e a democratização, quer nas lutas mais específicas dos docentes, com o salário, a carreira, as condições de trabalho. O trabalho coletivo de milhares de professores consolidou uma entidade autônoma em relação ao Estado, aos partidos e ao poder econômico, com forte democracia interna e com capacidade de ocupar espaços. Essa a marca inconfundível da ANDES, entidade que se fortaleceu como resultado do trabalho conjunto.

Estamos prestes a ver concluídos os trabalhos do Congresso Nacional Constituinte.

Estamos firmados até o momento algumas vitórias importantes, entre elas a manutenção da gratuidade do ensino público em todos os níveis, o aumento do volume de verbas federais destinadas à educação de 13 para 18% e as cláusulas relativas à universidade-autonomia, indissociabilidade, valorização dos profissionais, regime jurídico único, financiamento para pesquisa e extensão, cursos noturnos.

Reconhecemos contudo que fomos derrotados em diversos pontos. Sobressai entre eles o papel que é definindo, conceitualmente, para o empresariamento do ensino e as medidas concretas estabelecidas em seu favor. Parece correto afirmar que a Constituinte não inovou em relação às condições de operação da empresa privada na educação. Simplesmente, reafirmou as condições de sua reprodução. Entretanto, inovou profundamente em relação à Carta anterior sob o ponto de vista conceitual, porque reconheceu o lucro como legitimamente aceitável na educação e porque estabeleceu que a empresa privada é co-responsável com o Estado, por princípio, pela oferta do serviço educação. A educação não mais é concessão do Estado. A empresa privada negocia com a mercadoria educação por direito líquido reconhecido em texto constitucional.

Vencedora na arena da luta entre o público e privado, a burguesia nega aos profissionais do ensino as condições mínimas de trabalho e de sobrevivência, criando uma odiosa discriminação entre profissionais do mesmo ramo de trabalho: enquanto aos trabalhadores do setor público, nega aos do setor privado essas condições. Os professores ainda não contam com estabilidade de emprego, com contratos de trabalho que prevejam remuneração por tempo contínuo e, sequer, tem proteção contra a repressão por lutarem pela organização da própria categoria. Os profissionais de educação, professores e funcionários, são entregues à sanha da exploração das empresas. Os professores do ensino público são castigados com a retirada de um direito já adquirido, a aposentadoria especial.

A relação de forças sociais que possibilitou na Constituinte a ampliação da esfera da ação da burguesia no ensino é a mesma que investiu sobre a universidade pública com uma massiva campanha de desmoralização e desqualificação. Em consequência, políticas de redução das verbas para a universidade, de proibição de contratação e substituição de docentes, de ampliação da relação aluno/professor, de cortes de salários, são assumidas por decreto.

No quadro político geral, a lua de classes neste ano de 1988 passa por um momento de redefinições. A proposta de transição burguesa, ancorada nas reforma

econômicas e sociais apregoadas pela Aliança Democrática, não se firmou. A burguesia busca consolidar sua hegemonia na sociedade e, dentro desta classe os segmentos mais reacionários e conservadores passam a ter precedência na condução do processo político e na orientação da ordem econômica. Nesse projeto, o governo Sarney por incompetente que se apresente, ainda é a alternativa confiável frente ao risco de uma mudança no presente momento e foi, por isso, garantido seu mandato em cinco anos. A consolidação da hegemonia hoje passa pelo alinhamento da economia brasileira com o centro dinâmico da acumulação capitalista mundial, mediante a inserção global do aparato produtivo e de serviços no mercado internacional. Nesse processo, para o projeto hegemônico burguês – que se expressa com mais clareza no delineamento da nova política industrial – é fundamental atrair frações do movimento sindical não contestatório ao projeto de internacionalização da economia, bem como criar no próprio bojo da economia as categorias sociais que lhe darão sustentação.

Mas no mesmo tempo que 1988 é um ano de crises, indefinições e inflexões para o movimento dos trabalhadores e para as frações democráticas da sociedade civil organizada, é também um ano que pode ser seminal e germinativo.

É necessário, nesse sentido, que o movimento docente busque construir com clareza sua inserção no processo de unificação do conjunto dos trabalhadores brasileiros. O 7º Congresso em Juiz de fora já reconheceu que a CUT é a central que, dados seu crescimento e sua ação, apresenta possibilidades reais de unificar o movimento dos trabalhadores e permitir, no seu interior, o pluralismo do debate sobre o modelo econômico e político da sociedade que queremos construir. Aproveitar da ocasião propiciada pela discussão da sindicalização do funcionalismo público para avançar o debate sobre a filiação a uma central sindical é tarefa inadiável.

A articulação dos docentes com a sociedade civil organizada precisa continuar quer em relação às questões específicas da educação, quer em relação às questões sociais gerais. Salienta-se entre as primeiras a primazia de luta que deve ser conferida pelo movimento docente ao acompanhamento do término do processo constituinte, buscando reverter os pontos negativos, à elaboração da legislação complementar, em que se destaca a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, à feitura do Plano Nacional de Educação junto com a CPB e outras entidades organizadas. É vital que os docentes organizados tenham capacidade de ação junto às Constituintes Estaduais e no processo de adaptação da Legislação municipal.

Face às recentes medidas do Governo Federal que afetam a universidade pública, os docentes precisam reagir, acumulado forças e intervindo positivamente na construção de uma universidade pública, gratuita, democrática, crítica e com um padrão elevado de qualidade. O aprofundamento e o detalhamento da Proposta da ANDES e das ADs para as Universidades Brasileiras, nas quais se destacam os temas da democratização e da avaliação institucional e do trabalho acadêmico são exigências demandadas a todo o momento dos docentes e às quais precisamos responder urgentemente. No terreno da prática, os avanços de democratização institucional para serem defendidos precisam da participação conjunta dos docentes, servidores e alunos, que mesmo assim não conseguem ser sustentados, a exemplo do que ocorreu na Bahia e Rondônia.

Os docentes federais assumiram um nível novo de intervenção já previsto há tempos mãos somente agora viabilizado, com a luta conjunta que travamos com funcionários públicos e os trabalhadores das estatais. Auxiliar a construção deste conjunto organizado é a alternativa mais avançada que se apresenta para o setor.

No setor das universidades ou IES estatais , é preciso aprofundar a relação entre os movimentos docentes dos diversos estados, bem como trocar as experiências importantes de transformação interna das instituições, além de continuar a luta por salário, carreira, condição de trabalho.

Os docentes do setor das escolas particulares vem sofrendo de inigualável repressão há anos, sendo difícil até a própria organização dos professores em entidades representativas. As IES particulares constituem o horizonte de expansão para a ANDES. Para que isso seja realizável, o movimento sem seu conjunto precisa assumir a luta pela aprovação do projeto de lei que garante a estabilidade dos dirigentes de associação, pela estabilidade no emprego, pelo salário, pela reversão das omissões constitucionais quanto à carreira docente, piso salarial e democratização nas instituições. Para o movimento docente coloca-se ainda a necessidade de pensar a política de transição do ensino privado para o público.

Pretendemos aprofundar os vínculos da ANDES, em entidades internacionais que defendem a educação pública e gratuita.

Em termos de posicionamento político, nossa diretoria dá continuidade ao trabalho eficiente e combativo desenvolvido pela diretoria da ANDES, gestão 86/88.

A ANDES articula, representa e deve dirigir este movimento multifacetado, cujos desdobramentos e formas de lutas concretas são tantos que não podem ser contidos todos num discurso, mas que são fundamentais para o avanço da democracia na Universidade e na sociedade.

Hoje toma posse não apenas a diretoria; o movimento, enquanto coletivo, é que assume mais uma vez a direção de sua entidade. Na ação conjunta orientada pelas diretrizes retiradas das instâncias democráticas de deliberação do movimento, é que reside esta nossa força e a certeza de que podemos continuar avançando na construção de um movimento democrático, com capacidade de intervenção nas lutas da sociedade.

XVII CONAD
Porto Alegre, 2 a 5 de junho de 1988

**ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO
DO XVII CONAD
PORTO ALEGRE, 03 DE JUNHO DE 1988**

MESA: Presidente – Sadi Dal Rosso
Vice-Presidente – Silvio Frank Alem
1º Secretário – Vanderli Fava de Oliveira
2º Secretário – Darci Barnech Campani (ADUFRGS)

Foram feitas as seguintes verificações de quorum:

09:00 – 0 delegados presentes
09:30 – 01 delegado presente
09:45 – 02 delegados presentes
10:00 – 05 delegados presentes
10:15 – 11 delegados presentes

Às 10h15, não havendo quorum, decidiu-se pela realização da palestra do Prof. Marco Antônio N. Pereira sobre a nova política industrial adiando-se, portanto, o início da plenária de Instalação.

Em seguida, à palestra, às 12h30, foi iniciada a plenária de instalação com a presença de 37 delegados.

A mesa encaminhou a seguinte pauta:

- 1 – Regimento do CONAD
- 2 – Questões de Credenciamento
- 3 – Pauta do CONAD
- 4 – Cronograma

1 – Regimento do CONAD

A Plenária entendeu que não haveria necessidade de leitura do texto proposto pela diretoria. Passou-se, de imediato, aos destaques anotados pelos participantes.

Foi proposto que se suprimisse do regimento e, por conseqüência, do CONAD os grupos mistos.

Após encaminhamentos a favor e contra foi feita a votação, sendo derrotada a proposta de supressão por ampla maioria, registrando-se 4 votos na proposta e uma abstenção.

Ainda na questão do regimento foi consensual a substituição da expressão “Grupos de Estudo” para “Grupos de Trabalho”, onde aparecer.

Não havendo mais destaque foi colocado em votação o regimento, o qual foi aprovado por unanimidade.

2 – Questões de Credenciamento

Foi informado, pela organização, o registro de 43 ADs e credenciados 39 delegados.

O observador da ADUR-RJ (Rural do Rio) solicitou, mediante justificativas, que embora não credenciado como delegado, fosse computado como integrante do rateio dos custos do CONAD. Esta solicitação, submetida à plenária, foi aprovada, registrando-se 3 abstenções.

Também os observadores da ADUFRN e ADUFAL fizeram a mesa solicitação, que foi aprovada, também, com 3 abstenções.

Ainda, neste item o ex-1º tesoureiro da ANDES informou sobre o rateio de matéria paga no jornal, para as ADs Federais do Rio.

3 – Pauta do CONAD

A pauta, submetida à plenária, foi aprovada por unanimidade.

4 – Cronograma

No cronograma sugerido pela Diretoria foram propostas modificações, prontamente encampadas pela Mesa. Colocado em votação, foi aprovada por unanimidade o novo cronograma como se segue:

03/06 – Sexta-feira

14:30 às 21:00 – Grupos de Trabalho – Tema 1, 2 e 4

04/06 – Sábado

09:00 às 13:00 – Reuniões Setoriais – Tema 3

14:00 às 18:00 – Plenária – Tema I

19:00 às 22:00 – Plenária – Tema II

05/06 – Domingo

09:00 às 13:00 – Plenária – Tema 3

15:00 às 18:00 – Plenária – Tema 4

19:00 – Plenária de Encerramento

Ao encerrar-se a plenária foi referido o recebimento de novas mensagens de congratulações à posse da nova Diretoria.

REGIMENTO DO XVII CONAD
PORTO ALEGRE – 02 a 05.06.88

CAPÍTULO I
DO CONAD E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 1º - O XVII CONAD Ordinário, convocado de acordo com o Art. 31 do Estatuto, reunir-se-á em Porto Alegre de 02 a 05.06.88.

Art. 2º - O Conselho Nacional de Associações de Docentes (CONAD) é a instância deliberativa intermediária da ANDES. (Art. 26 do Estatuto da ANDES).

Art. 3º - São atribuições do CONAD, Art. 27 do Estatuto da ANDES:

I – Deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do Congresso Nacional da ANDES, lhe forem atribuídas, nos rígidos limites desta atribuição;

II – Implementar o cumprimento das deliberações do Congresso Nacional;

III – Regulamentar, quando necessário, as deliberações do Congresso Nacional da ANDES;

IV – Exercer as funções de Conselho Fiscal da ANDES;

V – Examinar e apresentar parecer ao Congresso Nacional da ANDES dos relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentadas pela diretoria;

VI – Decidir sobre os recursos interpostos às decisões da diretoria;

VII – Convocar extraordinariamente, o Congresso Nacional da ANDES;

VIII – Aplicar penalidade de censura advertência e suspensão aos sócios da ANDES, conforme disposto no Art. 12 do Estatuto;

IX – Proceder à exclusão automática e readmissão dos sócios conforme disposto no Art. 13 do Estatuto;

X – Criar comissões ou grupos de trabalho, permanente ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes;

XI – Elaborar o regimento das eleições da diretoria, conforme o disposto no Art. 50 do Estatuto.

CAPÍTULO II
DOS ÓRGÃOS DO CONAD

Art. 4º - O CONAD será constituído dos seguintes órgãos:

I – Comissão Organizadora;

II – Comissão Diretora;

- III – Grupos de Trabalho;
- IV – Reuniões Setoriais;
- V – Plenária.

Art. 5º - Os Trabalhos preparatórios do CONAD, incluindo as Sessões de Abertura e Instalação, serão de responsabilidade da Comissão Organizadora.

Art. 6º - O CONAD será dirigido pela Comissão Diretora, composta pela Diretoria da ANDES e 03 membros da Comissão Organizadora local.

Art. 7º - As mesas Diretoras das Sessões Plenárias são assim constituídas:

- Presidente
- Vice-Presidente
- 1º Secretário
- 2º Secretário

§ 1º - A Comissão Diretora indicará entre seus membros os componentes das Mesas Diretoras.

§ 2º - A qualquer momento a Plenária poderá deliberar sobre proposta de modificação da mesa diretora, nos termos deste Regimento.

Art. 8º - Ao presidente compete:

- a) preparar, junto com o Secretário a ordem do dia das Sessões Plenárias;
- b) dirigir as Sessões Plenárias, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste;
- c) assinar as Atas das reuniões junto com o Secretário.

Art. 9º - O Vice-Presidente auxiliará o Presidente nos trabalhos da Mesa.

Art. 10 – Ao 1º Secretário Compete preparar com o Presidente a ordem do dia das Sessões Plenárias e elaborar e assinar suas Atas.

Art. 11 – Ao 2º Secretário compete auxiliar o 1º Secretário

CAPÍTULO III DOS PARTICIPANTES

Art. 12 – O Presidente da ANDES é membro nato do Conselho Nacional de Associações Docentes (CONAD), com direito a voz e voto, e presidirá suas reuniões, cabendo aos demais membros da Diretoria da ANDES apenas o direito à voz nas reuniões do CONAD (Art. 30 – Estatuto da ANDES).

Art. 13 – Serão participantes do CONAD, os delegados credenciados, de conformidade com o Art. 29 do Estatuto da ANDES, os observadores devidamente credenciados e pessoas convidadas pela Comissão Organizadora.

- § 1º - Os convidados, a critério da Comissão Organizadora terão direito a voz.
- § 2º - Os delegados, devidamente credenciados, terão direito a voz e voto nos grupos e nas Plenárias.
- § 3º - Os docentes das Instituições de Ensino Superior que não forem delegados, após devido credenciamento, serão considerados observadores e terão direito a voz nos grupos e nas plenárias.
- § 4º - Cada Comissão Pró-AD filiada a ANDES poderá enviar representantes com direito a voz e não a voto (Art. 29 do Estatuto da ANDES).

CAPÍTULO IV DOS GRUPOS DE TRABALHO E DAS REUNIÕES

- Art. 14 – Os grupos de trabalho serão formados por Delegados e Observadores.
- Art . 15 – Das Reuniões Setoriais (particulares, Estaduais e Federais), participarão os delegados e observadores do respectivo setor.
- Art . 16 – Os Grupos de Trabalho e Reuniões Setoriais terão 01 (um) secretário e 01 (um) relator, eleitos pelo grupo.
- Art . 17 – O Secretário dirigirá a reunião e assinará, com o Relator, o relatório da mesma, encaminhando-o à Comissão Diretora.
- Parágrafo Único – Deverá constar do Relatório o número de votos de cada proposta.
- Art . 18 – Os relatores reunir-se-ão ao final dos trabalhos dos grupos para consolidação do relatório geral a ser apresentado à Plenária.
- Parágrafo Único – Do relatório geral somente constarão as propostas aprovadas por maioria simples dos delegados em cada reunião e as propostas que, não tendo sido majoritárias, tenham obtido, no mínimo, 30% dos votos dos delegados presentes no Grupo ou Setor.

CAPÍTULO V DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

- Art . 19 – Quando uma proposição estiver em debate na plenária a palavras somente será concedida para discuti-la a quem se inscrever na Mesa Diretora, respeitada a ordem cronológica de inscrição.
- Art . 20 – A discussão em cada matéria poderá ser encerrada pela Mesa após consulta à Plenária, atendidas as inscrições feitas antes da decisão
- Art . 21 – As discussões e votações dos temas nos grupos e nas Plenárias terão o seguinte procedimento:

- a) fase de discussão, com tempo de 03 (três) minutos improrrogáveis, para cada orador;
- b) fase de encaminhamento de votação, com tempo de 03 (três) minutos improrrogáveis, com 01 (um) encaminhamento contra 01 (um) a favor;
- c) a votação será feita através de levantamento, pelos Delegados, do cartão de voto;
- d) toda deliberação será por maioria simples.

Art . 22 – O aparte poderá ser concedido pelo Orador e o tempo utilizado será descontado do tempo regimental do Orador.

Art . 23 – As questões de ordem terão preferência sobre qualquer assunto, sendo apreciados pela Mesa, cabendo recurso ao Plenário.

Parágrafo Único – Não serão aceitas questões de ordem durante o encaminhamento das votações.

Art . 24 – Em regime de votação não serão aceitas questões de ordem ou de encaminhamentos.

Art . 25 – A ordem de inscrição não serão rigorosamente obedecida, não sendo permitido a nenhum orador ceder sua vez a outro.

Art . 26 – As propostas de moções oriundas de indivíduos ou grupos deverão ser entregues à Comissão Diretora na Secretaria do CONAD, até 48 horas antes da Plenária de Encerramento, datilografadas, com especificação do caráter de cada uma e dos destinatários.

§ 1º - A Comissão Diretora deverá divulgar aos participantes uma cópia do conjunto das moções propostas, até 24 horas antes da plenária de encerramento do CONAD.

§ 2º - A critério da plenária poderão ser apreciadas moções cuja natureza e/ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas nos prazos previstos.

Art . 27 – As deliberações serão tomadas com a presença mínima de 50% + 1 dos Delegados credenciados.

Art . 28 – Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Mesa Diretora, cabendo recurso ao Plenário.

ATA DA PLENÁRIA
TEMA I - CONJUNTURA POLÍTICA, MOVIMENTO DOCENTE e QUESTÃO SINDICAL

Mesa: Presidente: Silvio Frank Alem
Vice-Presidente: Carlos E. Baldijão
1º Secretário: Márcia Brandão

Início da Plenária: 18:30 horas do dia 4 de junho/88, com 21 delegados (quorum mínimo 20).

Registro das principais votações:

1 – Os textos “Conjuntura Política e Movimento Docente” e “Direito da Sindicalização...” foram aprovados, com modificações, por unanimidade.

2 – Substituição da afirmação: “a formação da chamada corrente classista que passou a denunciar a direção pelega...” por: “a organização da chamada corrente classista que rompeu com a direção da CGT...” – aprovada com 13 votos a favor, 8 votos contra e 4 abstenções.

3 – Aprovação de texto de acréscimo ao documento original situando a questão da aprovação na Constituinte, da imposição da unicidade e do imposto sindical, destacando a atuação, nesta direção, das forças ligadas ao sindicalismo atrelado e sem representatividade juntamente com parcela do empresariado.

Votações: Favoráveis: 19
Contrários: 3
Abstenções: 4

4 – Rejeitada a seguinte recomendação:

“Que a ANDES acompanhe a nova dinâmica do movimento sindical e participe dos fóruns da corrente classista, quando convidada”, (proposta minoritária do grupo, com 4 votos a favor, 7 contra e 1 abstenção)

Votação na plenária: nenhum voto a favor
2 abstenções.

5 – Proposta rejeitada (1 voto a favor, 19 contra, 4 abstenções)

Considerando:

- 1) O novo quadro criado no movimento sindical a partir do rompimento dos setores combativos da CGT com a direção nacional da Central, ocorrida na Plenária Nacional Sindical, realizada em Campinas, a 09 de abril;
- 2) A organização desses setores na Corrente Classista, reunindo sindicatos e associações de todos os Estados com o firme objetivo de lutar pela unidade do

movimento sindical e construir um sindicalismo de luta, unitário e classista, aspiração maior de todos os trabalhadores;

- 3) A luta histórica do movimento docente e da ANDES pela unidade do movimento sindical, expressa nas resoluções de todos os seus congressos, inclusive no 7º Congresso (manifesta no indicativo aprovado) de “dar continuidade ao processo de aprofundamento da discussão” sem prejuízo do indicativo de filiação à CUT;

Propõe-se: Que a ANDES acompanhando o desenvolvimento desse novo quadro, participe do Seminário Nacional a realizar-se em 1 e 2 de julho, em São Paulo, para o qual estão sendo convidados todos os sindicatos e associações do país. Seminário esse que tem como objetivo discutir em fórum unitário, a situação sindical atual a partir da nova Constituição.

TEMA I
CONJUNTURA POLÍTICA E MOVIMENTO DOCENTE
TEXTO APROVADO

UM ANO DE DEFINIÇÕES

Confirmou-se a avaliação do VII Congresso Nacional da ANDES formulada em fevereiro último: o ano de 1988 se configura como de graves ameaças para o movimento docente em particular. De fato, a classe dominante não apenas golpeia o Movimento Organizado da classe trabalhadora como atinge de forma direta toda sociedade brasileira. Ao mesmo tempo em que revigora os métodos repressivos de extrema violência, o governo federal implanta uma proposta de reestruturação da economia nacional, explicitando a capitulação aos interesses do capital internacional.

A nova carta frustra, desde já, expectativas mínimas da classe trabalhadora. Foi expurgada dos tímidos avanços obtidos no texto da Comissão de Sistematização (suprimiu-se estabilidade no emprego, reduziram-se benefícios sociais que eram previstos; remeteu-se à legislação posterior uma série de outros; retroagiu-se, na questão agrária, a uma situação pior e anterior à do Estatuto da Terra, formulado na ditadura Castelo Branco; nega-se a nacionalização da distribuição dos derivados de petróleo...). Aquilo que no texto aprovado, surge ainda com o sabor de conquista democrática, sofre a articulada ameaça das emendas supressivas possíveis em segunda votação. O caráter secundário (superficial, mesmo, na maioria dos casos) das contradições intrafrações burguesas se demonstra quando vemos a fusão dos “lobbies”: os interesses do capital são capazes de unificar aqueles interesses que, particulares, aqui e acolá somaram seus votos, provisoriamente, a dispositivos de interesse popular.

A borracha do Centrão pretende apagar os dispositivos que regulam a jornada de trabalho, que estabelecem a licença paternidade, a licença maternidade de 120 dias, que remuneram a mais horas-extras e férias, que elastecem o direito de greve. Expressão maior da unidade burguesa, a fixação do mandato de Sarney em cinco anos que foi aprovado na constituinte, em 02/06/88, com larga margem de votos.

Mesmo com tal perfil a Constituição em elaboração não satisfaz integralmente aos interesses do capital financeiro internacional e a seus porta-vozes internos. Ironiza-se a constitucionalização de princípios de defesa ecológica; queixam-se do “nacionalismo cartorial” que enxergam na questão do subsolo, na chamada reserva de mercado, etc.

Do 7º Congresso até o momento, o governo Sarney sumiu ainda mais claramente que antes sua identidade antipopular.

O antigo presidente do PDS progressivamente rasgou o discurso reformista e timidamente nacionalista da Aliança Democrática. Abre as contas do país à auditoria dos banqueiros mundiais, arrocha salários, demite trabalhadores, e – proposta estrutural – impõe o pacote da política industrial.

Curva-se Sarney ao que exige a ortodoxia do FMI – velha cana, Brasília à cidade – cenário para diktat dos tecnocratas que se apossam de informações econômicas vitais negadas aos cidadãos do país. O salário do funcionalismo público é reduzido em cerca de 40% e congelado até sua data-base neste patamar: elegem-se os trabalhadores

do setor público como responsáveis por um déficit que só o cinismo oficial nega seja causado pelo ônus da dívida externa e interna.

Recusa-se Sarney a interromper a rediviva ciranda financeira, esmerando-se em fazer o repasse aos banqueiros da mais valia arrancada aos trabalhadores.

A grande imprensa saúda a chamada “nova política industrial” como capaz de “instalar no país o autêntico liberalismo econômico” e registra os aplausos que lhe concede quase que unanimemente o empresariado.

Trata-se, contudo, de mais do que afirmar a volta a uma política econômica característica dos anos anteriores á crise mundial de 1929, rejeitar o intervencionismo do pós-30.

O que se pretende, com a liquidação (privatização) das estatais, a supressão de controles governamentais sobre a produção industrial e sobre as importações é definitivamente a internacionalização da economia brasileira.

“Para manter o pagamento da dívida externa é necessário expandir permanentemente as exportações, o que torna indispensável produzir com padrões tecnológicos e estrutura de custos compatíveis com as vigentes internacionalmente...” (“Sobre a Nova Política Industrial”, texto de Marco Antônio N. Pereira).

Tal reordenação do modelo de crescimento industrial, seguramente, levará ao desemprego de parcela significativa dos trabalhadores no setor estatal e naquelas empresas privadas que se tornarem obsoletas.

Fazendo-se dócil instrumento da finança internacional, Sarney mostra o apreço que tem pela limitada, (e gradual, e seguríssima) “abertura” ou “transcrição democrática”: decreta medidas que contradizem dispositivos aprovados na Constituinte, até aqui. Decreta o que se prevê será inconstitucional logo após: rasga a Carta, mesmo antes de sua promulgação.

A Educação no Projeto Sarney

Não escapa a educação dos planos que se vão implementando. Na constituinte, restringem-se conquistas de trabalhadores do setor: aos do 3º grau é retirada a aposentadoria especial, em ação que pode ser considerada como retaliação a uma fração combativa do movimento popular e que estabelece injustificável discriminação entre setores de uma mesma categoria.

Admite-se no texto constitucional a existência de 3 tipos de escola: a pública, a confessional ou comunitária (para a qual, sacramenta-se o subsídio) e a particular. Dá-se garantia constitucional ao lucro na educação, impede-se o padrão unitário de qualidade, negando a carreira do professor às IES particulares bem como a gestão democrática destas.

Mais grave é a ação recente do executivo. Representando o que representa, o governo Sarney, mais que impedir avanços democráticos, pretende impor retrocessos. Desrespeitando escolha de dirigentes, promovendo campanhas difamatórias contra a Universidade Pública. Os sucessivos decretos e decretos-leis lançados pelo governo a partir de janeiro deste ano, ocasionaram graves problemas para as IES públicas.

O corte profundo nas verbas para a educação (20% anunciados recentemente) a redução real significativa dos recursos destinados aos órgãos de fomento à pesquisa, o arrocho salarial imposto aos professores e funcionários das universidades ameaçam a própria sobrevivência da Universidade Pública. Esta política deliberada de destruição fica evidenciada também na proibição de contratação e substituição de docentes, no incentivo

a demissões e aposentadorias prematuras, no corte das gratificações e na proibição de criação de novos cargos”.

Agora trata-se de atrelar as IES aos interesses imediatos do capital monopolista. Embutido no pacote da política industrial vem a concepção do redivivo projeto GERES: trata-se de instrumentalizar a Universidade para que sirva a adequação tecnológica do parque produtivo nacional, na perspectiva dos interesses do mercado mundial capitalista.

A criação de vários incentivos pelo Decreto Lei nº 2433 e a previsão de destinação de até 8% do IR devido pelas empresas à “pesquisa tecnológica”, inclusive através de convênios com as Instituições de Pesquisa, coroa a persistente redução real das verbas de OCC nas IES Federais transferindo-as para o setor privado; na prática, atinge-se a Lei de Isonomia, com a abertura da perspectiva das “complementações salariais” que advirão dos convênios Universidades-Empresas; abre-se a perspectiva de uma ainda maior evasão de quadros acadêmicos em direção às Instituições de pesquisa a serem constituídas nas empresas privadas; viabiliza-se o ataque à proposta de construção de um padrão unitário de qualidade para as IEs Brasileiras, na medida em que os Centros Universitários serão escolhidos pelo capital para receber recursos, constituindo-se em eleitos “Centros de Excelência” como queria o projeto GERES.

Os Trabalhadores, num ano de definições

As deficiências políticas e organizativas dos trabalhadores brasileiros, gerada por toda uma história de dupla ação cooptadora e repressiva ao longo de nossa história, surgem dramaticamente neste momento de definições cruciais.

Um projeto burguês de características globais cai sendo desnudado e institucionalizado; vão sendo “resolvidos”, ainda que temporariamente, as divergências interburguesas. Enquanto isso, o movimento dos trabalhadores não conseguiu gerar outro projeto, não pode construir, até aqui, uma proposta alternativa para a sociedade brasileira que pudesse a partir de seus definidos contornos, disputar a hegemonia com os exploradores. Apesar dos avanços até aqui registrados, nossos passos nessa direção tem sido lentos.

No movimento sindical, em particular, dois fatos recentes merecem destaque: o aguçamento das contradições no seio da CGT e a mobilização do funcionalismo público verificada contra o congelamento salarial.

A organização da chamada “corrente classista” que rompeu com a direção da CGT pode vir a reforçar a tendência sindical combativa representada pela CUT e ter conseqüências práticas em termos do enfraquecimento das propostas conciliadoras e/ou sectárias presentes no movimento organizado dos trabalhadores pode fortalecer a perspectiva de uma reunificação combativa deste mesmo movimento.

A mobilização do funcionalismo público, que resultou na greve dos dias 3 e 4/maio, malgrada a fragilidade organizativa e a violenta repressão que se seguiu, evidencia ganhos organizativos para o funcionalismo e cria uma perspectiva da ação unitária dos trabalhadores do setor público, principalmente os federais (administração direta, indireta e estatais).

É importante frisar no entanto que as forças ligadas ao sindicalismo atrelado e sem representatividade conseguiram na Constituinte, juntamente com parcela importante do empresariado, viabilizar sua continuidade através da manutenção da unicidade e do

imposto sindical, contrariamente à proposta de autonomia e liberdade de organização dos trabalhadores defendida pelo MD e os setores combativos do movimento sindical.

Movimento Docente e Conjuntura

Se a ação burguesa não conseguiu retirar do texto constitucional a gratuidade da escola pública; se aceitou transformar em 18% o percentual anterior de verbas definido na Emenda Calmon; se não pode negar a autonomia das IEs, legisla por decreto contra a perspectiva de construção de uma Universidade posta a serviço da maioria.

Na defesa da escola pública; na luta por uma Universidade que atenda aos interesses da maioria da população – autônoma gratuita, democrática, crítica e dotada de padrão unitário de qualidade; na luta contra o arrocho salarial e pela dignidade profissional, o movimento docente tem de assumir, neste grave momento, uma firme posição de resistência, e de avanço na direção estratégica que perseguimos. Propomos os seguintes procedimentos:

1 – Que as ADs, considerando a gravidade do momento decretem estado de mobilização permanente, priorizando o desenvolvimento de forma de pressão nos Estados e em Brasília (envio de delegados para o grupo de pressão) buscando, sempre que possível, a articulação com os partidos e outras entidades identificadas com as lutas populares;

2 – Manter o acompanhamento dos trabalhos do Congresso Constituinte, buscando barrar a aprovação de emendas supressivas que tornem ainda pior a nova Constituição, bem como defendendo a retirada do texto de dispositivos antipopulares, em particular, contrários à escola pública e as nossas condições de trabalho;

3 – Concluídos os trabalhos Constituintes, recomendar às ADs que sejam promovidos seminários de avaliação do texto final promulgado, com ênfase nas questões da Educação, Ciência, Cultura, Saúde, Tecnologia e organização sindical dos trabalhadores, articulando-se nestas atividades com o movimento sindical e outras entidades identificadas com as lutas populares;

4 – Propor à CPB a realização do encontro ANDES-CPB, dos dias 17 e 18/jul próximo, com vistas à deflagração do debate sobre o PNE-LDB;

5 – Participar ativamente do 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores do Serviço Público, promovido pela CUT;

6 – Buscar fortalecer a Plenária Nacional dos Trabalhadores das Estatais e Servidores Públicos, inclusive no âmbito dos Fóruns Estaduais;

7 – Buscar a reativação do “Fórum Nacional de Educação em Defesa do Ensino Público e Gratuito”, a partir de uma avaliação crítica e autocrítica de seu desempenho na fase constituinte;

8 – Recomendar a promoção, no âmbito das ADs e fora delas, de ampla campanha de mobilização e denúncia do chamado pacote da política industrial, analisando as prováveis conseqüências desta política sobre a Universidade Brasileira, denunciando a reedição do projeto GERES;

9 – Denunciar os constituintes que votaram em cinco anos de mandato para Sarney e reafirmar a exigência de realização de eleições municipais em 1988;

10 – Continuar a luta pela revogação dos Decretos nºs 95682, 95683, 95904 e dos Decretos Lei nºs 2423, 2424, 2425 e adotar medidas que impeçam que o recurso do Decreto-Lei seja utilizado para atropelar os resultados do Congresso Constituinte;

11 – Exigir a reintegração imediata dos trabalhadores demitidos em função de lutas reivindicatórias, apoiando concretamente a campanha pela anistia com reintegração já, dos trabalhadores das estatais;

12 – Recomendar as ADs o encaminhamento da discussão da LDB, do PNE e das Constituintes Estaduais, articulando-se com outras entidades representativas e da sociedade civil. Exigir que a elaboração da LDB, do PNE e das Constituições Estaduais sejam precedidas de amplo debate na sociedade civil.

DIREITO DE SINDICALIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO. COMO COLOCAR EM PRÁTICA ESTA CONQUISTA

De acordo com os dispositivos constitucionais a serem promulgados na nova Carta, os funcionários públicos passam a ter o direito à sindicalização.

Embora esta tenha sido uma antiga bandeira de luta do funcionalismo, a recente conquista nos deixa, no mínimo, perplexos. A razão desta perplexidade tem seus fundamentos em alguns pontos importantes:

- a - A discussão insuficiente das formas de organização sindical possíveis no interior não só do nosso movimento, mas, também no de todo o funcionalismo.
- b – Embora alguns direitos dos trabalhadores tenham sido assegurados no texto constitucional, as limitações impostas ainda são significativas.

No que se refere aos direitos de organização da classe trabalhadora, ainda que a Constituinte garanta que a organização sindical seja livre, feita de acordo com as vontades dos trabalhadores e sem interferência do Estado, impõe-se a unicidade sindical, não se permitindo a criação de mais de um sindicato por categoria na mesma base territorial; cabe ao MT a concessão da carta sindical: o Estado dirá o que é, legalmente, um sindicato.

A importância da Entidade Sindical

O funcionalismo público em geral e os movimentos docentes em particular, através de suas organizações, vêm exercendo, DE FATO, uma atividade de caráter sindical, na medida em que têm dirigido as lutas por melhores condições de salário e trabalho, sendo efetivamente negociado com seus “patrões” as reivindicações do movimento.

A atual legislação, consagrada na CLT, é de inspiração facista (baseada na Carta Del Lavore) e vem se sustentando por muitos anos, tendo passado incólume pelo golpe militar e sido aprimorada por alguns dos atos institucionais pós 1964.

Impedidos de se sindicalizar, por um lado, mais por isto mesmo, livres para organizar-se da maneira que melhor lhe aprouvesse, o funcionalismo público criou suas entidades livres, apesar da repressão existente. Esta organização livre, necessariamente criada de baixo para cima e com representatividade garantida, garantiu para o funcionalismo conquistas importantes, apesar das deficiências e fragilidades que se constata.

O movimento docente constituiu-se a partir das bases, com organização a nível de local de trabalho. Após um processo de amadurecimento na luta, tendo tido o cuidado de propor a cada momento a forma de organização mais adequada chegou à fundação da ANDES.

A ANDES constituiu-se na única, incontestada e legítima representante do movimento docente a nível nacional, tornando-se a porta-voz, DE FATO, dos professores universitários, tendo obtido vitórias expressivas.

A ANDES não é contudo a representante de DIREITO dos docentes brasileiros. Abre-se assim espaço para o retrocesso em suas conquistas, se na corrida para a apresentação de carta sindical, o MD não chegar a tempo.

Assim, a questão de sindicalização coloca-se hoje como tema fundamental de discussão a ser levado a todas as ADs.

Caminhos para a sindicalização

Existem basicamente duas visões em gestação, com um grau de discussão ainda restrito. A primeira delas propõe a formação de sindicatos únicos de Funcionários Públicos (Federal, estadual e municipal) e a outra considera que a organização deve se dar a partir de estruturas já existentes. Esta segunda visão compreende pelo menos três alternativas diferentes.

A primeira seria a da formação de sindicatos por ramos de atividade, por exemplo: Trabalhadores da Educação, Trabalhadores da Saúde, etc.

Uma segunda seria a da formação de sindicatos a partir do local de trabalho, por exemplo o dos trabalhadores da Universidade Tal.

Uma terceira possibilidade parta da visão do aproveitamento das estruturas atuais, o considera também a História dos movimentos como fundamental para qualquer proposta, mas não formula, ainda alternativas acabadas.

Prós e Contras de cada visão e de seus diferentes aspectos

A primeira Visão: - A formação de Sindicatos Únicos do Funcionalismo – defenda sua posição baseada nos seguintes pontos, entre outros:

a – É preciso ousar para fazer avançar a aplicação da proposta sindical da CUT de sindicatos os mais amplos possíveis, independente da definição mais precisa da classificação por ramos.

b – A CUT precisa ter uma política de organização sindical para o conjunto dos servidores públicos (para se contrapor aos pelegos e ao governo) e não apenas para os setores mais organizados, mobilizados ou avançados.

c – Uma proposta de organização geral não impede que se contemple as partes ou setores mais organizados, muito pelo contrário, a existência destes setores pode ser uma condição fundamental para um salto neste processo mais amplo.

d – Sem dúvida, interessa ao governo a fragmentação da organização sindical dos servidores públicos e o controle dos mesmos através dos seus pelegos.

Em primeiro lugar, coerente com a posição de defesa da autonomia e liberdade sindical, não se pode propor ao movimento passos que por sua débil organização ele não é capaz de dar, correndo-se o risco de impor uma camisa de força que acaba por impedir a organização ao invés de fazê-la avançar.

Em segundo lugar, os servidores públicos, exatamente pelo fato de estarem proibidos de se organizar, construíram seus “sindicatos” livres, a partir de sua própria experiência, de acordo com suas forças e organizados de acordo com sua própria vontade.

Ainda, em praticamente todo o país, os setores mais mobilizados como educação e saúde organizaram-se a partir dos locais de trabalho, o que se constitui um avanço em termos de organização de trabalhadores.

A segunda visão, nas duas primeiras alternativas mencionadas, aponta para a sindicalização do funcionalismo, a partir das estruturas organizativas já existentes, porém propondo novas formas de aglutinação, diferentes das que existem atualmente.

A grande questão que se coloca neste caso, é a desconsideração da história do movimento que levou os funcionários públicos a se organizarem da forma como estão e não de outra. Não é pelo fato de conquista do direito de sindicalização que, por algum efeito mágico, os servidores buscariam novas maneiras de se aglutinarem.

A terceira possibilidade, dentro do campo de alternativas que pretende partir das formas de organização atuais, subordinando-se à sua história, entende que se deve buscar nas formas de organização constituídas na luta, o caminho para a formação de seu sindicato. Não propõe uma forma definida de organização, mais indica princípios como a garantia interna nos movimentos e passos possíveis que não venham a resultar em organismos burocraticamente organizados e politicamente ineficazes.

Particularmente ao nível de nosso movimento defende-se a sindicalização do professorado superior público e privado em um sindicato nacional.

Embora para tal solução haja a possibilidade de legalidade jurídica, em princípio, têm-se que assinalar que há dificuldades de ordem organizativa e política na desprezíveis.

Qualquer que seja a proposta a ser decidida pelo movimento docente, ela só terá força na medida em que houver profunda discussão das diferentes alternativas ao nível de cada AD, para que haja decisão madura, compatível com a prática que o MD tem desenvolvido desde sempre.

A ANDES deverá conduzir este processo de discussão, subsidiando o movimento com as diferentes teses, realizando debates e seminários a respeito.

Momentos deste enfrentamento serão os eventos conjuntos com a PB, os SINPROs e um desejável debate com a FASUBRA.

Propomos o seguinte cronograma:

Até o final de junho/88 – Remessa pelas ADs para a ANDES de textos relativos ao tema

Até 15/07/88 – A ANDES deve enviar para as ADs os documentos obtidos.

Antecedendo o III CONCUT e o XVIII CONAD – Realização de Seminários nas ADs sobre a questão de sindicalização.

Outubro/88 – Realização do Seminário Nacional de Docentes sobre a questão da sindicalização, em João Pessoa, nos dias que antecedam o XVIII CONAD.

PROPOSTA: A ANDES deverá levar para o III CONCUT a seguintes proposta: “Que o III CONCUT discuta a questão da sindicalização dos servidores públicos, sem deliberação final sobre a forma de organização para o setor. Que a CUT articule amplo debate nacional sobre esta questão.

Recomendação: 1) A ANDES e as ADs devem atuar em interação com os outros setores de trabalhadores, com vistas ao estabelecimento de uma legislação sindical que preserve a liberdade de organização independente dos trabalhadores.

Sugestão: Que todas as ADs enviem à ANDES subsídios sobre os sindicatos já existentes que associam professores, analisando a atuação destes, discutindo as diversas alternativas colocadas para a categoria a partir da nova: Carta (exemplos:)

- a - Sindicato de docentes e funcionários das IES;
- b - Sindicato de docentes , exclusivamente do 3º Grau;
- c - Sindicato de docentes e funcionários dos três graus de ensino (já existentes);
- d - Sindicato de funcionários públicos;
- e - Sindicato de funcionários e docentes das IES públicas;
- f - Sindicato de funcionários, docente em geral e outras categorias (já existentes);
- g - Sindicato de docentes de 3º graus da rede pública, etc.

**ATA DA PLENÁRIA DO TEMA II
POLÍTICA EDUCACIONAL**

Mesa: Presidente – Sadi Dal Rosso
Vice-Presidente – Tanira M. Piacentini
Secretário – Carlos Peraro Filho

Início da Plenária: 21 horas do dia 04/06/88

PRINCIPAIS DELIBERAÇÕES:

- 1 – O texto “Política Educacional” foi aprovado (uma abstenção) com alterações e inclusões.
- 2 – Foi aprovado (por unanimidade) que a ANDES envie aos constituintes documento reivindicando, com vistas ao segundo turno de votação, a manutenção do direito à aposentadoria especial para os docentes do ensino superior.
- 3 – Foi proposto que no documento aos constituintes reivindicando a manutenção do direito à aposentadoria especial para os docentes de ensino superior, fosse incluído a posição contrária da ANDES em relação à progressão dos professores Adjuntos IV para Titulares das Universidades Federais, sem concurso público.
Como houve manifestação contrária a que as duas questões estivessem contidas no mesmo documento, foi encaminhada votação:
 - a – Favoráveis a que as duas questões fossem contidas em um único documento: 8 votos.
 - b – Favoráveis a que as duas questões fossem contidas em documentos separados: 11 votos.
 - c – Abstenção: 1 voto.
- 4 – Sobre a questão da educação definida pelo MD que não foram contempladas no primeiro turno de votação da Constituinte, foi aprovado que a ANDES encaminhe aos constituintes documento propondo emendas supressivas, como também, propostas no sentido de evitar retrocessos no atual texto. (aprovado por unanimidade).
- 5 – Por indicação do grupo 2 à Plenária, foi aprovado (com duas abstenções) a discussão do texto “Contribuições do V Encontro Nacional dos Docentes da Área de Saúde”.
- 6 – Foi aprovado (por unanimidade) “Carta aberta da ANDES à todos os constituintes” consubstanciando a nossa posição contrária à supressão da estatização dos bancos de sangue e hemoderivados já incorporada no texto constitucional.
- 7 – No texto “Contribuições do V Encontro Nacional dos Docentes da Área da Saúde” foi incluído o cronograma do GT de Saúde.
- 8 – O texto “Contribuições do V Encontro Nacional dos Docentes da Área de Saúde” foi aprovado (por unanimidade) com alterações e inclusões.

TEMA II

POLÍTICA EDUCACIONAL - TEXTO APROVADO

I – INTRODUÇÃO

No que se refere à votação do capítulo da Educação, o que foi aprovado na Constituinte nem de longe responde à totalidade das propostas definidas pelas entidades progressivas organizadas no Fórum Nacional de Educação.

Podemos apontar como retrocessos aprovados na Constituinte: A livre iniciativa do ensino a grupos privados, confessionais ou filantrópicas inclusive sob a forma de bolsas de estudos para as escolas privadas (crédito educativo, hoje); repasse de parcela de responsabilidade na manutenção da educação para a família e atribuição de responsabilidade às empresas na educação; perda da aposentadoria especial para os docentes do ensino superior.

Alguns de nossos princípios estão, porém contemplados: gratuidade do ensino público em todos os níveis, gestão democrática do ensino público (embora tenha sido garantido tal princípio, é importante salientar que só a legislação complementar é que deverá definir como será a esta gestão democrática); a indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas IES; a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das Universidades; manutenção da vinculação das receitas para educação à arrecadação.

A não destinação exclusiva de verbas públicas ao ensino público e o reconhecimento constitucional do princípio do lucro nas atividades educacionais, fortalecendo as instituições privadas, constituem-se em perdas irreversíveis a médio prazo. Mesmo as conquistas citadas certamente serão alvo de novas investidas no segundo turno de votação na Constituinte e ao longo da elaboração da legislação ordinária.

O MEC, aparentemente ausente das batalhas que se travaram na Constituinte, já começa a manifestar-se no sentido de direcionar a feitura do novo Plano Nacional de Educação e da Lei de Diretrizes e Bases.

A sua forma de atuação pode ser vislumbrada em função da prática consagrada de encomendar a elaboração de propostas a intelectuais orgânicos do sistema e tentar cooptar educadores e entidades progressistas para referendá-las.

A ANDES, pela sua própria história de luta e com vistas ao encaminhamento democrático de suas reivindicações, precisa agora retomar sua “Proposta para a Universidade Brasileira”. Mais que isso, deverá ampliar sua ação junto às entidades progressistas ligadas à Educação, para gerar uma proposta que assegure um ensino de qualidade para toda a população brasileira, proposta esta já condicionada pelos estreitos limites impostos pela nova Carta.

O Movimento Docente encontra-se, portanto, diante de questões que se aglutinam em dois grandes eixos: a Educação no Congresso e Constituinte (englobando a nova LDB, o PNE e as Constituintes Estaduais) e o aprofundamento das questões específicas da Universidade, rediscutidas inclusive à luz do próprio texto constitucional.

Para o encaminhamento das discussões no MD acerca desses pontos surge como primeira tarefa a reorganização do Grupo de Trabalho de Política Educacional.

A diretoria da ANDES através deste deverá, a curtíssimo prazo, realizar seminários visando as questões da área, já trabalhadas pelo MD até aqui, e enviar documentos para as ADs, com vistas a discussões e deliberações posteriores.

2 – ENCAMINHAMENTOS

A partir dos dois eixos apontados anteriormente, temos como roteiro inicial de trabalho os seguintes encaminhamentos:

A) Educação na Constituinte:

1 – aprofundar a análise do texto constitucional aprovado no 1º turno, com ênfase nas questões defendidas pelo MD.

2 – acompanhar a votação no 2º turno, num esforço de, junto as demais entidades do “Fórum Nacional de Educação em Defesa do Ensino Público”, realizar ações que bloqueiam a supressão de pontos defendidos pelo MD e orientem para a supressão de pontos que ameaçam nossas propostas.

3 – realizar o I Encontro Nacional de Educadores.

3.1 – Seminário conjunto ANDES/CPB, 17 e 18/7, em São Paulo, com a participação de delegados das ADs.

Encaminhamentos para o Seminário:

a – A diretoria, através do Grupo de Trabalho de Política Educacional, elaborará propostas junto com a Diretoria da CPB que serão debatidas no seminário, como subsídio para o início de discussões nas bases das duas entidades;

b – Discussão de estratégias de ação conjunta ANDES/CPB com as demais entidades do Fórum Nacional de Educação;

3.2 – Consolidar, no XVIII CONAD, a ser realizado em outubro, a elaboração de uma proposta da ANDES para o Plano Nacional de Educação e a LDB.

3.3 – Definir as datas do I Encontro Nacional de Educadores, para elaborar proposta conjunta ANDES/CPB, durante o seminário de julho.

4 – Preparar o MD para atuação nas Constituintes Estaduais, iniciando a articulação com as entidades civis organizadas para intervir no processo.

B) Universidade

O VII Congresso já aportava em suas deliberações a necessidade de o MD, através das ADs, detalhar e aprofundar a sua proposta para a Universidade Brasileira. No entanto, a conjuntura vivida pelo MD neste 1º semestre (intenso trabalho na constituinte, com o atraso na votação do capítulo da Educação; investida do governo contra o funcionalismo público em geral, com repercussões diversas nas IFES) deslocou todos os esforços nesta direção; inviabilizando o encaminhamento tirado no VII Congresso.

Em decorrência do cronograma de luta estabelecido após a votação do capítulo de Educação na Constituinte, é urgente que seja encaminhada esta discussão nas ADs para que o MD tenha um posicionamento efetivo na discussão maior das questões sobre a educação no país.

Neste sentido o XVII CONAD propõe um cronograma de trabalho que resgata a proposta do VII Congresso, principalmente quanto à democratização e avaliação da Universidade Brasileira.

1) DEMOCRATIZAÇÃO

Tendo em vista a experiência recentemente acumulada pelo MD, na luta pela democratização da Universidade é imprescindível que o conjunto dos docentes discuta e avalie este processo levando em conta:

- a – a questão da representação política
 - proporcionalidade.
 - concepção de representação
 - relação do MD com a instituição universitária e absorção dos quadros do movimento pela burocracia.
- b – a questão da recuperação do espaço público na Universidade pública
- c – estatuinte
- d – democratização nas IES privadas
- e – democratização do acesso e da permanência na Universidade.

2) AVALIAÇÃO

Segundo a análise feita durante o VIII Congresso: “Possuindo projetos qualitativamente diferentes para a Universidade Brasileira, o MD e o MEC pensam e propõem a avaliação da Universidade de forma bem distinta. No projeto do Governo, a avaliação está ligada à perspectiva de rentabilidade imediata do investimento, assim entendendo como gastos as verbas destinadas à Educação superior no país. Suas propostas quanto à avaliação apontam no sentido de obtenção de informações para tornar efetivo o controle da Universidade, conforme a lógica empresarial de gestão.

Para o MEC, a avaliação se traduz basicamente em produtividade. É importante notar como a proposta governamental da avaliação opera o deslocamento, sob a ótica do capital, do espaço privado para o espaço público, quando busca fazer funcionar a Universidade Pública de acordo o procedimento capitalista.

Para o MD, ao contrário, a avaliação é sempre pensada em relação com a qualidade do trabalho universitário. Acreditamos ser necessário distinguir com clareza produtividade e produção e o que nos preocupa é a reestruturação da Universidade Brasileira no sentido de um padrão unitário de qualidade, verdadeiramente universitário, cultural e cientificamente significativo e socialmente responsável”. (Relatório Final do VII Congresso da ANDES, pg 32).

Foram aprovados os seguintes encaminhamentos:

- a) que se discuta e aprofunde a questão da avaliação, tomando como referência o deslocamento: de sua ótica do “produto” para o “processo”, dos “resultados” para as “formas e condições de sua produção”;
- b) que sejam identificadas, discutidas e avaliadas as políticas de ensino, pesquisa e extensão vigentes nas IES;
- c) que se detalhe a proposta das ADs da ANDES para a Universidade Brasileira, em termos de política de contribuir para a deliberação nacional futura;

d) que sejam acompanhadas e divulgados os processos de avaliação em andamento, informando-se a Coordenação de Política Educacional da ANDES.

Diante da implementação paulatina do projeto GERES, pelo Governo (via decretos) e as perspectivas da nova política industrial, que interfere diretamente no modelo de Universidade defendido pelo MD, necessário se faz a garantia de mecanismos de democratização e avaliação da Universidade, na perspectiva política do MD.

Para tanto, a Diretoria assume o compromisso de divulgar o mais rápido possível, para todas as ADs, o material resultante do II Seminário de Avaliação, realizado no RJ, em dezembro de 87.

As ADs devem discutir até o próximo CONAD tais questões; para isto propomos:

a) a realização de um “Dia Nacional de Discussão sobre Avaliação e Democratização da Universidade Brasileira”, na última semana de setembro.

b) o envio pela Diretoria, em agosto, de material aprofundando e detalhando estas questões, para discussão nas bases do movimento.

c) a organização e troca de material com relação e experiências e análises feitas por algumas ADs. Especialmente a experiência vivida pela USP no que diz respeito à discussão sobre a avaliação.

d) o envio pelas ADs para a coordenação do GT de Política Educacional da ANDES do resultado do dia nacional de discussão até o dia 7 de outubro.

e) o resultado deste trabalho nas bases será então debatido no XVIII CONAD, e as resoluções aprovadas serão encaminhadas ao VIII Congresso.

XVII CONAD
Porto Alegre, 2 a 5 de junho de 1988

TEMA II
POLÍTICA EDUCACIONAL
CONTRIBUIÇÃO DO V ENCONTRO NACIONAL DOS DOCENTES DA ÁREA DA
SAÚDE AO XVII CONAD
Porto Alegre, 1 a 5 de junho de 1988

1 – INTRODUÇÃO

A Universidade deve ter uma participação efetiva na construção do sistema de saúde que responda as necessidades da maioria da população brasileira.

A definição de seu espaço e de suas atribuições e competência neste sistema, devem ser objeto de uma reflexão interna e contínua. O ensino, a pesquisa e a extensão em suas várias possibilidades devem ser definidas de maneira harmônica, de modo que não haja comprometimento de qualquer um em detrimento do outro.

As distorções geradas pelo convênio MEC/MPAS bem com outros convênios (hipertrofia do caráter assistencial, exploração do docente como mão de obra na assistência e distorção do seu papel, desorganização do MEC no financiamento da Universidade etc.) devem ser apontadas e repudiada por toda a comunidade Universitária, à medida em que a ótica mercantilista desses convênios têm promovido a dissociação da extensão do ensino e da pesquisa realizadas pelos docentes e hospitais universitários.

Esta realidade exige do MD uma cuidadosa análise e um posicionamento político.

As atividades de extensão, por sua vez, enquanto ação da Universidade junto à sociedade necessitam ser repensadas urgentemente, seja pelo imenso potencial hoje muito pouco utilizado, seja pelos equívocos e distorções conceituais. A extensão precisa ganhar relevância e ser desenvolvida articuladamente com o ensino e a pesquisa, buscando garantia a indissociabilidade das três atividades.

2 – PROPOSTA, RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES

2.1 – PARA ANDES

a) organizar uma reunião nacional para discutir e avaliar o Plano Nacional de Apoio ao Desenvolvimento dos Hospitais Universitários, do MEC (PNADHU) com uma plena discussão interna do setor saúde do MD.

b) Que a ANDES participe do planejamento, organização e articulação com outras entidades da área e a imediata convocação da IX Conferência Nacional de Saúde.

c) Que as questões do setor da saúde passem a ser tratadas conjuntamente com a Política Educacional da ANDES.

d) programação conjunta ANDES/ADs de eventos locais e regionais, no sentido de aumentar a troca de informações utilizando-se, dentre diversos mecanismos, o do chamado “conferencista itinerante”.

2.2 – PARA AS ADs

a) discutir preliminarmente o papel dos HUs no Sistema de Saúde, porque é no contexto destas que se dão importantes questões sociais e políticas.

b) que os docentes da área da saúde assumam uma postura crítica ao atual sistema de saúde em suas instâncias gestoras.

c) os docentes da área de saúde devem articular-se nacionalmente em eventos como Congressos e Simpósios de entidades como SBPC e outras.

d) que as ADs incentivem, coordenem e/ou dinamizem grupos de trabalho do Setor Saúde, instituindo espaços de reflexão interdisciplinar e multiprofissional (núcleos).

e) organizar formas de intercâmbio e outras formas de comunicação entre DTs das diversas ADs.

2.3 – AO GT DE SAÚDE

● ao Grupo de Trabalho: Política de Saúde competirá organizar a mobilização dos docentes Universitários da área de saúde e correlatas, com vistas aos seguintes objetivos:

- buscar subsídios na legislação pertinentes às questões trabalhistas da atividade docente (remuneração correspondente à insalubridade, periculosidade, adicional noturno, etc...);

- reunir informações, elaborar documentos e propostas para discussão nas bases do movimento docente;

- organizar e propor às instâncias do MD, através de coordenação de política de saúde da Diretoria da ANDES, o cronograma de atuação da área de saúde;

- estimular a organização dos docentes da área de saúde a nível local e regional;

- estabelecer relações entre a área de saúde do movimento docente e as entidades representativas e instituições ligadas a área de saúde, incluindo promoção e participação de eventos comuns.

- composição do Grupo Trabalho Política de Saúde: ADEPM, ADUNI-RIO, ADUFF, APUBH, ADMED, ADUFPB-JP, ADUFES. Foram integradas no XVII CONAD: ADUA, ADUFC, ADUFRGS e ADUFU. Foi sugerido que uma AD do setor das estaduais e uma do setor das particulares passem a integrar o grupo.

2.4 – CRONOGRAMA DO GT DE SAÚDE

a) Próximo encontro: a ser definido

b) Reunião Preparatória do GT Saúde de 2 a 4 de setembro de 1988, em Belo Horizonte.

Pauta:

- Análise de Conjuntura

- Encaminhamentos do V Encontro

- Organização do VI Encontro

c) Envio de material sistematizando as principais questões definidas pelo V Encontro até 22 de agosto de 1988.

XVII CONAD
Porto Alegre, 2 a 5 de junho de 1988

**ATA DA PLENÁRIA SETORIAL
SETOR DAS ESTADUAIS**

MESA:

Presidente - Carlos E. Baldijão
Vice-Presidente - Maria Luiza
Secretária - Maria da Glória Ribeiro

Início da Plenária às 13:30 horas, com quorum de 23 delegados (5/06/88)
Registro das principais votações:

I – Aprovado o relatório do Setor com as seguintes modificações e adendos
1.1 – Pág. 2, item 4 – Supressão a partir de “apropriado” até o final do parágrafo.

1.2 – Adendo

Pág. 1 – acrescentar letra “h” com o seguinte teor:

“h) Levar às Constituintes Estaduais, articulando-se com outros movimentos sociais organizados e com base nas plataformas correspondentes da ANDES, as propostas em relação a Saúde, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente”.

TEMA III – QUESTÕES SETORIAS
SETOR DAS ESTADUAIS
TEXTO APROVADO

I – CONSTITUINTES ESTADUAIS

1 – A elaboração das Constituições Estaduais, tal como se deu na Constituição Nacional, marcará, novamente, um desafio decisivo para o MD.

As pequenas conquistas obtidas na Constituição Nacional estarão em jogo, em todo o país, podendo haver retrocessos ou avanços em relação às propostas que temos para a educação e, mais especificamente, para a Universidade.

2 – A forma pulverizada como as Constituintes Estaduais se farão, impõe, de forma mais imperiosa, a construção de uma PLATAFORMA UNITÁRIA que possibilite um enfrentamento coeso da questão por parte do movimento.

3 – Entendendo que este não é um desafio específico do setor das Estaduais, pois é a educação em geral que será redefinida no plano regional, propomos:

- a) Envolvimento de toda a ANDES com as Constituintes Estaduais.
- b) Verificação da existência de emendas nas Disposições Transitórias da Constituição Federal que deleguem autonomia às Assembleias Legislativas – caso em que o MD retomaria, no plano estadual, a luta pela Constituinte Estadual Soberana, Democrática e Exclusiva.
- c) Análise pelo MD dos atuais textos constitucionais estaduais.
- d) Articulação da ANDES com a CPB visando a discussão de uma PLATAFORMA UNITÁRIA PARA A EDUCAÇÃO NAS CONSTITUINTES ESTADUAIS.
- e) Aprovação no XVIII CONAD da PLATAFORMA UNITÁRIA PARA A EDUCAÇÃO NAS CONSTITUINTES ESTADUAIS.
- f) Rearticulação dos Fóruns Estaduais que possibilitem a junção de esforços da ANDES com outros movimentos organizados ligados à Educação.
- g) Sugerimos como pauta mínima de discussão para a construção da PLATAFORMA UNITÁRIA, os seguintes pontos:
 - Exclusividade de verbas públicas para o ensino público.
 - Gestão democrática da escola (1º, 2º e 3º graus).
 - Autonomia, em especial, a questão do vínculo das IES estaduais com o poder do Estado.
 - Regime Jurídico Único para as IES estaduais.
 - Padrão Unitário de qualidade.
 - Percentual fixo de verbas para as IES estaduais.
 - Livre direito de organização.

h) Levar às Constituintes Estaduais, articulando-se com outros movimentos sociais organizados e com base nas plataformas correspondentes da ANDES, as propostas em relação a Saúde, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente.

4 – Em relação ao regime jurídico para as IES estaduais, a ADUSP encarrega-se de providenciar, até o próximo CONAD, um parecer jurídico específico apropriado.

5 – No que toca a destinação de verbas estaduais é preciso que o Seminário conjunto ANDES/CBP, de julho próximo, discuta:

- percentual mínimo para o ensino superior.

- a fixação de 0,5% da receita líquida do Estado para as fundações de amparo a pesquisa estaduais e, onde não existam tais instituições a exigência da sua criação.

II – CAMPANHAS SALARIAIS

I – As Universidades de Londrina, Maringá e 4 faculdades do Paraná estão em greve há 15 dias pelo pagamento das URPs de abril e maio. Também, na Bahia, a UEFS ultrapassa o sexagésimo dia de greve na luta por reposição salarial, aprovação do estatuto do magistério e verbas para a universidade. Nas duas situações há ameaças concretas de demissão, incluindo o atual vice-presidente regional sul da ANDES, Marcos de Toledo Tito e campanha difamatória na imprensa. Na Bahia, os salários estão retidos. Em função da gravidade das situações, propomos:

À Diretoria da ANDES:

- a) acompanhar de perto, localmente, estes acontecimentos, buscando soluções para os impasses
- b) manifestar-se na imprensa nacional em defesa do MD e de suas reivindicações nestas instituições, inclusive como meio de furar o cerco estadual promovido pelos governos e a imprensa local.
- c) Enviar correspondência a todos os deputados federais informando sobre os acontecimentos do PR e BA e solicitando manifestações de apoio.
- d) Elaborar um dossiê sobre o assunto para que se articule junto a deputados combativos a elaboração de artigos na imprensa nacional.

Às ADs:

- a) Divulgar em seus boletins a situação das IES estaduais da BA e PR (vide relato das lutas destas ADs no documento do III Encontro das Estaduais).
- b) Remeter cartas ou telegramas ao jornal folha de Londrina repudiando a abominável matéria do dia 03.06.88. propomos o seguinte texto:

“Repudiamos a matéria do dia 03.06.88, publicada neste jornal que ataca irresponsavelmente o movimento docente e sua luta na UEL”.

Endereço: Folha de Londrina

Rua Piauí, 211 – Térreo – Centro

86.100 – Londrina – PR.

Cópia: ADUEL – Campus universitário

86.100 – Londrina – PR

c) Manifestar a sua solidariedade aos docentes da UEFS (BA) através de telegramas/telex ao governo da Bahia exigindo.

- suspensão de medida punitiva e pagamento imediato do salário de maio/88.

- reabertura das negociações relativas ao quadro salarial do Estatuto.

Endereço: Governador Waldir Pires

Governadoria – Centro Administrativo da Bahia – 40.000 – Salvador-BA.

Cópias para: Dr. Antônio Carlos Barreto

Secretaria do Trabalho – Centro Administrativo da Bahia

40.000 – Salvador – Bahia

ADUFS – Campus da UEFS – Br 116 Km 3

C.Postal 435 – 55.100 – Feira de Santana – BA

2 – Em função da luta salarial das estaduais paulistas solicita-se que as ADs enviem moções de apoio à luta para melhoria das condições de trabalho, contra o arrocho salarial imposto pelo governo Quéricia.

Endereço: Alberto Goldman – Palácio dos Bandeirantes – Secretaria de Programas de Governo Morumbi-SP.

Cópia: ADUNICAMP – Cidade Universitária

Barão Geraldo – CP 6158 – Campinas

CEP 13.081 – SP

3 – Na perspectiva das IES Estaduais conquistarem a isonomia salarial, levantamos como bandeiras de luta imediatas:

- piso salarial único para todos os docentes das IES estaduais, tendo como referência o salário do professor auxiliar 20 horas da UERJ.

- reajuste mensal de salários

Encaminhamentos:

a) A coordenação das estaduais encaminhará a confecção de um cartaz de campanha nacional, colocando estas reivindicações, até o final de julho.

b) Agendar reunião com os reitores das IES estaduais.

III – REUNIÃO ANDES/ADS COM REITORES DAS IES ESTADUAIS

Como medida concreta, a ANDES encaminhará uma reunião ANDES/AD com os reitores das IES estaduais para a terceira semana de setembro de 88, no Paraná (Londrina ou Maringá).

Pauta da Reunião:

1) Isonomia salarial das estaduais (data base, piso salarial, reajustes mensais).

2) Autonomia das IES.

3) Constituintes Estaduais

4) Estatuinte

5) Verbas

IV – ESTATUINTE

1 – O movimento docente tem clara a necessidade de reformulação dos estatutos e regimentos das Universidades, como bem demonstram as resoluções de Congressos e CONADs. Experiências ocorrem em alguns Estados, sem contudo haver procedimentos unificados. Sem pretender instalar qualquer “Camisa-de-força”, o setor das estudais indica que o procedimento mais adequado é aquele que prevê Congressos Paritários com participação dos segmentos universitários. Os encaminhamentos deverão ser avaliados em cada IES, buscando aqueles que garantem maior mobilização e discussão política, tendo como base as propostas aprovadas no Congresso Estatuinte Paritário da USP, conforme deliberou o 7º Congresso – Juiz de Fora.

2 – Dado o Estatuto extremamente autoritário que está sendo aprovado pelo Conselho Universitário da USP, desconsiderando o Congresso Paritário, o Plebiscito Paritário e bandeiras históricas do MD, solicita-se que as ADs enviem telegramas de repúdio ao Conselho Universitário da USP.

Endereço: Reitoria da USP – Dr. José Goldenberg
Cidade Universitária – Butantã
05508 – São Paulo - SP

XVII CONAD
Porto Alegre, 2 a 5 de junho de 1988

ATA DA PLENÁRIA
TEMA III – Questões Setoriais – Setor das IES Particulares

Data: 05/06/1988

Horário: 14:00, quorum de delegados

MESA:

Presidente	- Maria Glória Ribeiro da Silva
Vice-Presidente	- Carlos E. M. Baldijão
Secretária	- Maria Luiza Aléssio

Procedimento: Como em todas as Plenárias, adotou-se a sistemática de leitura do texto “Contribuição da Diretoria...” e as propostas de alteração. Quando não havia manifestação contrária, considerava-se aprovado o texto emendado.

Principais Votações: I - O texto-base foi aprovado com modificações
II - Substituição de “corpo a corpo com política” (Questões levantadas, I) por “reestruturação e expansão do Setor”
Aprovado.
III - Acréscimo: “Recomendação às ADs do Setor para Acompanhamento e controle do fluxo de verbas e insumos Públicos para suas IES” (In: “Questões Levantadas”).

**TEMA III – QUESTÕES SETORIAS
SETOR DAS IES PARTICULARES
TEXTO APROVADO**

REUNIÃO PRÉVIA

PRESENTES: ADUI, ADUNIMEP, ADUCS, APESB, ADUSU, professores da PUC-Salvador, PUC-Campinas, PUC-RS.

O setor inicialmente reuniu-se com o Presidente da ANDES e vários vices regionais. Nesta fase de discussão foram problematizadas questões do Setor e a diretoria presente buscou mostrar a disposição de efetivamente estar presente como um todo no trabalho com o setor.

Questão levantada: Necessidade de reestruturação e expansão do setor. Para isto, é necessário:

- Resgatar e aprofundar a história da política de transição da ANDES que não é apenas uma política do setor.

Propostas aprovadas:

- Que sejam realizados Seminário Regionais com a presença de docentes de todos os setores com tal pauta;
- Verificada a necessidade de que não apenas a Diretoria, mas o conjunto do movimento assuma as questões de encaminhamento do Setor e suas questões; exemplifica-se com a recomendação da ida a Brasília dia 17/03/88, na luta pelo projeto de Estabilidade dos dirigentes das ADs.
- Recomenda-se às ADs do Setor que acompanhem o fluxo de verbas e insumos públicos para suas IES.

Na 2º parte da reunião, com a presença dos componentes do SINPRO-RS foram tratadas as seguintes questões:

I – Encontro ADs/ANDES/SINPROs (deliberações VII Congresso).

Proposta:

Discutir com o SINPRO-SP a realização do Encontro SINPRO, ADs e ANDES em São Paulo, no mês de agosto, nos dias que precedem o Encontro Nacional de SINPROS que está sendo articulado pelo SINPRO-SP, do qual a ANDES deve participar como convidada. Na pauta do encontro devem constar os seguintes pontos:

- a – Relação ADs, ANDES e SINPROS
- b – Campanha Unificada 89
- c – Direito de sindicalização do funcionalismo-organização.

As regionais devem buscar estabelecer contatos com os SINPROS de forma a promover, a nível de Regional, reuniões preparatórias dos eventos e já iniciarem o trabalho de coleta de dados junto aos SINPROS para formamos um banco de dados das IES privadas e dos SINPROS em cada regional.

Nesta fase preparatória deve-se realizar um trabalho intenso de recuperação de ADs que se encontram afastadas do movimento, assim como o de formação de comissões pró-ADs a partir da criação efetiva das Secretarias Regionais.

2 – Sindicalização:

Neste ponto buscou-se ouvir as colocações do Sindicato e aprovou-se uma orientação de reflexão levando em conta e respondendo aos seguintes fatos:

- 1 – Sindicalização nos marcas da unicidade estabelecida em lei.
- 2 – Sindicalização do funcionalismo público como uma conquista.
- 3 – Legislação que consagra professores públicos e privados com dois tipos de professores.
- 4 – Legislação que libera lucro na escola.

Foi aprovado ainda a realização de um inventário das formas de organização dos professores no Brasil para servir de subsídio à discussão.

3 – 2º Turno da Constituinte/Projeto Estabilidade.

2º Turno: esta não é uma questão do setor e portanto deve ser trabalhada articuladamente com os demais. A avaliação do que foi aprovado não deve ser feita numa visão de pontos positivos e negativos mas face ao que foi a proposta da ANDES para a Universidade Brasileira.

Para o setor a questão de Carreira não extensiva ao ensino particular vai contra a proposta do padrão unitário de qualidade e é uma questão central a ser revertida.

Projeto Estabilidade: Articular com os demais setores presença em Brasília, formas de pressão para garantir a aprovação do projeto, essencial para a política de expansão da ANDES, bem como para o fortalecimento do setor.

Na 3ª parte da reunião, o setor buscou recuperar a história da política de transição tentando avançar no seu aprofundamento – relembrando a 1ª Proposta das ADs e ANDES para a Universidade, de 1982; o debate no CONAD de Vitória, o trabalho do GT das particulares e a elaboração da política de Verbas Públicas para as IES Particulares, aprovada por 22 ADs particulares e que foi levada ao Congresso de Fortaleza; O Congresso Extraordinário do Rio de 83, que aprovou a Política de Verbas, a proposta de alteração do Congresso de Goiânia; o CONAD de Brasília e finalmente a deliberação do Congresso Extraordinário do Rio de 87.

Apontou-se no sentido de que na verdade a política de transição para o setor ficou em grande parte restrita à discussão da Política de Verbas. Avanços na transição passam portanto por recuperar e aprofundar uma política de transição onde o conjunto do MD, não apenas o setor, faça a avaliação do que se avançou na transição proposta. Onde se reafirme que embora partindo de pontos diferentes a transição aponta para uma proposta de Universidade e não para três tipos de Universidade, como quer a Constituinte. Que, no setor, apesar de se partir de pontos diferentes (não de escolas “boa”

e escolas “más” e não de escolas “más” para escolas “boas”) é preciso articular minimamente patamares de luta em direção ao padrão único: Carreira Docente e Democratização são pontos importantes de unificação das disparidades existentes.

Encaminhamentos:

- 1) Inventaria as conquistas obtidas pelas ADs nesta luta;
- 2) Atualização da situação das ADs – Ficha/Questionário;
- 3) Boletim da ANDES – divulgar a cada número, as experiências recentes;
- 4) GT Particulares – reativar. Por ocasião da SBPC – 1ª reunião;
- 5) Presença de ADs particulares no encontro ANDES/CPB;
- 6) Acompanhamento de CPI de verbas pelo GT;
- 7) Documento chamando as ADs para avaliação e orientando-as;
- 8) Impresso de divulgação da ANDES – Preparar um que responde a questões tais como: O que é? Como se filiar? Endereços? Como se formam ADs?

XVII CONAD
Porto Alegre, 2 a 5 de junho de 1988

ATA DA PLENÁRIA
TEMA III – Questões Setoriais
Setor das IES Federais

MESA:

Presidente - Maria Luiza Aléssio
1º Vice-Presidente - Carlos E. M. Baldijão
Secretária - Maria da Glória Ribeiro

Após os debates, o documento “Contribuição da Diretoria” foi aprovado com emendas e encaminhamentos (3 abstenções)

TEMA III – QUESTÕES SETORIAS
SETOR DAS FEDERAIS
TEXTO APROVADO

I – INTRODUÇÃO

O governo Federal, com a ampla campanha de desmoralização das Instituições de Ensino Superior Federais – IFES, diante da opinião pública tentou justificar seu estrangulamento que na verdade ocorre pela proibição de contratações, corte de verbas e arrocho salarial, via corte de URP. Além disso, pela “estratégia incompetência” do Ministro da Educação, entrega à SEDAP todo poder de agredir nossas conquistas no Plano de Cargos e Salários e Autonomia das Universidades. Inviabilizou qualquer negociação com o MD, de modo que avançamos muito pouco na pauta de reivindicações desse o 7º Congresso, em Juiz de Fora, com relação a verbas, Plano de Caros e Salários e contratação de docentes.

No entanto a investida do governo contra nossos salários, via corte da URP, fez avançar o movimento no sentido de sua maior articulação com todos os trabalhadores do setor público, apontando para novas formas de luta, mais efetivas e que condizem com a aproximação da universidade ao conjunto dos trabalhadores. Fica cada vez mais claro, que a nossa luta é a mesma luta de todos contra a internacionalização da economia. Além disso, como setor diretamente envolvido na produção de tecnologia, as IFES são as mais duramente visadas no momento em que se passa a uma política de importação dessa tecnologia.

Ficou evidente, na prática, o objetivo da filosofia do GERES, traduzida agora nos decretos 95.682, 95.683, que proíbem contratações, cortam verbas para o MEC e, principalmente, no pacote da nova política industrial. Esse pacote quebra um princípio fundamental da universidade que defendemos: a liberdade de produção do saber voltado para os interesses da maioria da população.

Na constituinte, apesar do “Centrão”, conseguimos que fosse mantida a gratuidade do ensino público, a vinculação de verbas para a educação, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, padrão de qualidade e gestão democrática. O funcionalismo público conseguiu o direito a sindicalização e esta questão precisa ser amplamente debatida dentro do MD, conscientes da urgência deste posicionamento para não ser atropelados pelo processo.

No entanto, é preciso continuar lutando, pois estas conquistas podem vir a ser revertidas no segundo turno da votação, dados os interesses dos “lobbies” privatistas e ao dirigido desinteresse pela educação pública que os grupos dominantes têm demonstrado nesta país.

É um momento fundamental de nossa luta e inúmeras questões exigem ações imediatas e agilidade de posicionamento.

2 – VERBAS:

Os recentes cortes nos gastos do governo para com a Universidade, significa mais uma afronta à atual constituição em vigor que estipule a aplicação de, no mínimo, 13% de arrecadação de impostos com a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Ao que tudo indica, este percentual está longe de ser atingido pelo governo. Além da falta de um mecanismo sistemático de repasse às instituições de ensino. Existe a falta de transferência na utilização dos recursos, o que impossibilita o controle pela comunidade e, o que é mais grave, o próprio governo subestima a inflação, quando da elaboração do orçamento.

A redução de verbas para as Universidades deve ser entendida no contexto da nova política industrial do governo. O estrangulamento financeiro das IFES levará, inevitavelmente, muitos grupos de pesquisa a buscarem recursos junto a grupos industriais, submetendo, cada vez mais, a Universidade à lógica empresarial.

Nesse contexto, o acompanhamento dos trabalhos da CPI da Emenda Calmon passa a ter uma importância ainda maior. Mais do que demonstrar o não cumprimento da atual constituição pelo governo federal, a CPI Calmon fornecerá importantes subsídios para a definição de mecanismos que garantam os percentuais definidos pela nova Constituição.

É importante frisar que os 18% previstos não significarão acréscimo substancial em relação aos atuais 13%, em virtude da reforma tributária aprovada pela Constituinte.

De imediato, é fundamental reafirmarmos a reivindicação de que as verbas de OCC totalizem 27,8% do orçamento global de cada IFE. Documentos fornecidos pelo MEC indicam, segundo análise do GT de Verbas, da ANDES, índices de OCC contraditórios variando entre 14,17 a 5,84%, ambos porém muito aquém do padrão internacional recomendado pela UNESCO – 30%.

Dessa forma, recomendamos o fortalecimento do GT Verbas para possibilitar, não só um acompanhamento sistemático da CPI Calmon, como também elaboração de propostas de textos legais visando à regulamentação da aplicação de recursos públicos às instituições de ensino.

Além disso, o GT deverá orientar jurídica e tecnicamente, as ADs sobre a forma de obtenção e ordenamento de dados relativos à utilização de verbas pelas Universidades, conforme deliberação do VII Congresso da ANDES.

2.1. Propostas Aprovadas

a) Associar a luta por mais verbas para as IFES ao controle da utilização dos mesmos pela comunidade. Exigir a transparência na utilização dos recursos próprios e a sua avaliação. Defender a descentralização da gestão financeira das IFES, vinculando-o à criação de mecanismos capazes de garantir a transparência para toda a comunidade universitária, da destinação de verbas.

b) Manter o funcionamento do GT-Verbas, com a participação da APUBH, ADUNB, ADUSP e ADUFRJ.

c) Buscar (a ANDES e as ADs), se possível em conjunto com outras entidades, como as sociedades científicas, formas de ação contra a redução drástica de recursos pelo Governo Federal para os órgãos de fomento à pesquisa.

2.2. Sugestões às Comissões de Verbas de cada IFES:

Como parte da transparência na execução do orçamento das IES, a prestação de contas deve incluir a publicação das folhas de pagamento, especificamente para localizar os tais funcionários e docentes contratados pela IFES a serviço do MEC. Discutir a legalidade e a conveniência disso e as conseqüências como: troca de favores (sem controle) entre o MEC e as IFES; impacto na opinião pública (relação professor/aluno pois são computados professores que não lecionam.]

3 – ARTICULAÇÃO MD/TRABALHADORES DAS ESTATAIS E SERVIDORES PÚBLICOS

O MD Nacional encontra-se hoje em um novo patamar de organização política. Isto se traduz, principalmente na sua articulação concreta com o movimento geral dos trabalhadores das Estatais e funcionários públicos. Esta articulação representa, inequivocamente, o esforço de resistência contra a política privatizante conduzida pelo Governo, que abre, definitivamente, a economia brasileira ao capital internacional, atendendo aos ditames do FMI.

Neste sentido, a participação da ANDES e das ADs nos Fóruns Estaduais e Nacional dos Trabalhadores das Estatais e Servidores Públicos, significam um avanço do MD, na medida em que articula suas questões específicas com a luta geral mais ampla dos trabalhadores do setor público. Entendemos ser, esta, a forma mais eficaz de enfrentamento contra a política governamental de arrocho e privatização. Avaliamos com clareza a importância das ações jurídicas como instrumento de luta; tiveram um papel fundamental a desmoralização das medidas governamentais, revelando à opinião pública a arbitrariedade do governo Sarney no episódio de pressão sobre o Supremo Tribunal Federal. Indicamos, por outro lado, a limitação de tais ações e a necessidade de conjugar tal instrumento com a luta política mais geral do funcionalismo.

A ANDES, a partir de sua organização interna, tem participado ativamente do movimento, dando importantes contribuições desde o seu início. A Plenária Nacional, ocorrendo em Brasília nos dias 21 e 22 de maio, o comprova. Nossa opinião, a partir das deliberações das ADs e da reunião nacional do Setor das Federais, acenado contrariamente ao indicativo de greve para o dia 25/5, não deixou de ressaltar que, a impossibilidade de realizá-la não significa uma derrota para o movimento no seu conjunto. Apontamos para eixos e formas de luta que devem norteá-lo e nos inserimos na discussão política, da qual a ANDES, atualmente, faz parte.

Para o MD Nacional, é de fundamental importância investir e incrementar o movimento do setor público, seja a nível local, seja a nível nacional. Desta forma, possibilita-se a construção, na prática, da unidade do conjunto, dos trabalhadores, recomendação indicada nas deliberações do VII Congresso.

3.1. Propostas Aprovadas

- a) Repensar a data da Plenária Nacional para adequá-la às contingências do movimento, devendo a Diretoria da ANDES comunicar as ADs, até quarta-feira, 08/06, a decisão final.
- b) Recomendar as ADs que adquiram cotas do material de finanças e divulgação da campanha dos demitidos (camisetas, selos e cartazes).

- c) Encaminhar junto aos Fóruns locais a discussão e a divulgação da Nova Política Industrial e suas conseqüências para os trabalhadores.

4 – FUNDAÇÕES INTERNAS

A edição do Decreto nº 95.904, de 07.04.88 põe em tela a questão das Fundações.

As razões do MD – expressas no texto da moção, em anexo – não podem ser confundidas com os do governo, que têm por objetivo a redução dos recursos oferecidos às IES e são levadas a efeito dentro de um conjunto de atos de força, que a campanha de difamação da Rede Federal de Ensino Superior Público e Gratuito busca justificar, e que deve ser firmemente repudiada

A decretação abrupta da extinção é, também, mais uma das manifestações da incongruência entre a política governamental e os princípios estabelecidos no texto aprovado pela Constituinte, que, no caso, estabelece o regime jurídico único para as IFES, colocando na ordem do dia a sua reestruturação como possibilidade de superar os entraves burocráticos que serviram de justificativa para a criação das Fundações.

Em face destas circunstâncias, evidencia-se a correção de posicionamento do MD, consubstanciado no documento aprovado na Reunião do Setor Federal, de 23/04/88, sobre Fundações Internas das IFES, em anexo.

4.1. Propostas Aprovadas

- a) Reafirma o CONAD a posição do MD consubstanciada no documento do Setor das Federais, de 23.04.88.
- b) Constituição de uma Comissão Nacional de ADs, a fim de encaminhar ao XVIII CONAD documentos e dados para discussão desta questão.
- c) Remeter ao VIII Congresso Nacional da ANDES a rediscussão da Moção aprovada sobre as Fundações Internas.

5 – DEMOCRATIZAÇÃO

As arbitrárias nomeações do Reitor da UFBA e do Reitor Pró-Tempore da UFRO demonstram a radical alteração da postura do Governo diante do processo de democratização nas IFES e significam um retrocesso inadmissível quando várias comunidades universitárias elegem ou se preparam para eleger seus dirigentes.

Não acolher as indicações de docentes, estudantes e funcionários e eliminar na origem a possibilidade de democratizar a Universidade.

Com o mesmo objetivo, no momento em que se desenvolvem, no âmbito das IFES, as discussões a propósito da criação de instâncias e mecanismos de gestão democrática através de diversas estatuintes, o MEC, utilizando-se de portaria, tenta impedir que as comunidades estabeleçam meios de participar plenamente do processo de reestruturação das IFES, proibindo modificações em seus Estatutos.

Enquanto o Governo Federal desencadeia todo esse conjunto de iniciativas autoritárias contra as universidades, a Constituinte aprovou o princípio da “Gestão Democrática no Ensino Público, na forma da Lei”.

Diante desse quadro cabe ao MD desenvolver ações no sentido de não só barrar a investida reacionária do Governo mas também no de garantir que o princípio constitucional seja levado a efeito de acordo com a concepção do MD de uma Universidade, Gratuita, Autônoma, Democrática e Competente.

5.1. Propostas Aprovadas

- a) Encampar o Setor das Federais a proposta contida no texto de Política Educacional a propósito do Dia Nacional da Universidade Brasileira sobre Democratização e Avaliação.
- b) Informarem as ADs à Diretoria da ANDES a respeito de seus processos eleitorais, para que estes documentos sejam enviados às ADs, como instrumentos subsidiários ao Dia Nacional.
- c) Reafirmar o CONAD a posição do MD contrária à recondução de Reitores e Diretores e manter a ANDES o acompanhamento desta questão no Senado Federal.

6 – 1º E 2º GRAUS

6.1. 1º Seminário de Docentes do 1º e 2º Graus das IES

O 7º Congresso da ANDES aprovou a realização do 1º Seminário de Docentes do 1º e 2º Graus das IES na UFBA, em período anterior ao XVII CONAD. Devido à greve naquela Universidade, não houve condições concretas de dar cumprimento a esta deliberação.

Mantendo o local e tema, propomos que o Seminário seja realizado no período imediatamente anterior ao XVIII CONAD.

6.2. Recomendações aprovadas

- a) A Coordenação do 1º Seminário de Docentes de 1º e 2º Graus das IES deve enviar material de divulgação a todas as ADs.
- b) Mesmo as ADs que não tenham 1º e 2º graus, devem se fazer presentes ao evento.

6.3 – Enquadramento dos Docentes das Fundações

A) Informes:

Os professores Pompeu (ANDES) e Mário (ADUFU) mantiveram contatos com o Secretário do Ensino Superior do MEC, José Camilo dos Santos, na 1ª quinzena de maio, quando encaminhara a proposta de correção do enquadramento dos docentes de 1º e 2º graus de cinco IFES fundacionais (Uberlândia, Sergipe, Maranhão, Acre e Viçosa), aprovada no 7º Congresso. Camilo ficou de discutir a questão com sua assessoria, comprometendo-se a receber a ANDES e as ADs envolvidas em audiência a ser marcada. Essas ADs já realizaram os estudos necessários para tal correção, de acordo com os critérios estabelecidos pelo setor e referendados no 7º Congresso.

B) Encaminhamentos:

Marcar audiência com o Secretário da SESu ainda na 1ª quinzena do mês de junho, com a presença de representantes da ANDES e das ADs envolvidas, para viabilizar a correção das distorções antes do encaminhamento do prazo para recursos referentes aos enquadramentos publicados em Diários Oficiais.

7 – OUTRAS QUESTÕES (avaliação, licença sabática, enquadramento, aposentadoria)

a) Que os informes e experiências e experiências das ADs do setor, quanto aos pontos colocados (avaliação, licenciamento sabático e enquadramento) sejam encaminhados a coordenação do setor das Federais que se responsabilizará por repassá-los às ADs.

b) Que a Diretoria da ANDES remeta às ADs documentos que sintetizem pontos já consolidados das discussões sobre a questão da avaliação.

Que se recomende às ADs a discussão do tema a nível de AGs com vistas ao posicionamento global do professorado após ampla discussão pela base.

c) O CONAD reafirma posicionamento contrário ao dispositivo do projeto Constitucional que remeta aos atuais adjuntos IV passem para titulares em concurso público.

d) O CONAD reafirma a necessidade de que as ADs encaminhem, no interior das IES, a questão de ampliação de vagas – ponto fundamental de nosso projeto para a Universidade brasileira.

DOCUMENTO ANEXO AO RELATÓRIO DO SETOR DAS IES FEDERAIS
DOCUMENTO APROVADO NA REUNIÃO DO SETOR FEDERAL
23/04, SOBRE FUNDAÇÕES INTERNAS DAS IFES

O Decreto nº 95.904, de 07.04.88, determina a extinção das fundações criadas no interior das IFES, em sua maioria vinculadas às atividades de pesquisa. Esse fato exige da ANDES um claro posicionamento, à luz das resoluções de seus congressos, materializados há anos na “proposta das ADs e da ANDES para a Universidade Brasileira”.

O projeto governamental para a universidade é essencialmente privatizante: trata-se de estabelecer e expandir o controle privado da atividade universitária. Para isso, de um lado o governo reforça a rede particular de ensino superior, dando-lhe apoio oficial e destinando-lhe verbas públicas. De outro, estrangula as IFES através do corte real de verbas e rebaixamento do poder aquisitivo dos salários, forçando as instituições e os docentes a captarem recursos, para complementação de verbas e salários, junto a empresas privadas e órgãos estatais; além disso, parte das suplementações de verbas ao longo de cada ano é destinada diretamente a grupos específicos de pesquisadores, ou mesmo individualmente. Desse modo, em um número cada vez maior de IFES vão crescendo tanto a dependência de atividades de pesquisa, extensão e mesmo de ensino em relação a agentes financiadores, quanto o controle de recursos públicos, no interior das universidades públicas, por grupos específicos.

As fundações criadas no interior das IFES constituem um passo à frente desse processo essencialmente privatizante. Intermediando convênios, administrando sua execução, operando recursos, essas fundações vão se tornando peças chaves no interior de muitas universidades e unidades. Muitas vezes, contribuem para a realização de atividades de qualidade elevada: muitas outras vezes, representam um peso adicional, entravando burocraticamente atividades que precisam ser ágeis. Mas sempre, em todos os casos, cobram um preço elevadíssimo: fazem avançar o processo de passagem de recursos e poder, das IFES enquanto instituições públicas, para núcleos privados no interior das mesmas.

Por essas razões, os Congressos da ANDES firmaram uma clara posição contrária à existência das fundações no interior das IFES. Essa posição implica na exigência de salários condignos e verbas de custeio e investimento adequadas, com desenvolvimento da capacidade de gerenciamento pelas Instituições, viabilizando-se assim a progressiva extinção da atual presença daquelas fundações no interior das IFES. Evidentemente, o desenvolvimento desse processo pressupõe um amplo processo de discussão em cada universidade e escola, e no conjunto da rede federal do ensino superior, único meio eficaz com precisão o caminho a ser seguido em cada realidade específica.

Ao governo federal, porém, não interessa barrar o processo de privatização da universidade pública, nem favorecer sua democratização. Empenhado em inviabilizar o funcionamento das universidades federais, o governo – além de congelar salários, estimular demissões e aposentadorias, proibir reposição de professores, impor como reitores candidatos rejeitados pelas respectivas comunidades e ameaçar grevistas que se insurgem contra essa situação – ataca agora as fundações internas às IFES de mãos

mais eficaz para desarticular a estas. Primeiro, o governo cria uma situação que força uma crescente dependência da desconsiderável parte das atividades de pesquisa e extensão, e mesmo do ensino, em relação a essas fundações. Depois, de um só golpe sem qualquer discussão com a comunidade universitária, elimina as fundações e, com elas, desmantela muito da pesquisa, extensão e ensino. Também frente ao ensino superior, o governo tenta reproduzir a tática que já usou antes contra os movimentos democráticos e populares: rouba as bandeiras defendidas por estas, deturpa-as o passo a usá-las contra esses movimentos.

Algo semelhante se passa quanto à relação entre os regimes de trabalho de dedicação exclusiva (DE) e tempo parcial. A ANDES reivindica o estímulo ao regime de DE e a extinção de um dos regimes de tempo parcial, o de 40 horas semanais sem DE. O governo rejeita essas reivindicações e, agora, apresenta contra elas uma virtual punição contra os docentes em regime de tempo parcial, através do corte da metade das gratificações para o servidor público que não tenha apenas seu emprego no órgão federal em que está lotado. Ao mesmo tempo, porém, o governo continua se recusando a extinguir nas IFES o aberrante regime de 40 horas semanais sem DE.

Os representantes das Associações Docentes das IFES e a ANDES, reunidos em Brasília nesta data, reiteram as posições adotadas pelos sucessivos Congressos da entidade, expressas na “Proposta das ADs e da ANDES para a Universidade Brasileira”, contrária à existência de fundações internas às IFES, bem como de qualquer meio de privatização da universidade pública. Ao mesmo tempo exigem que toda e qualquer medida relativa a essas fundações seja precedida de amplo debate público pela comunidade universitária, e seja adotada de modo a preservar e desenvolver a pesquisa, a extensão e o ensino nas IFES.

Portanto, as ADs das IFES e a ANDES rejeitam veementemente o Decreto 95.904, por se tratar de arma autoritária e voltada contra a rede federal de ensino superior. Esse decreto, bem como os decretos-leis 2.423, 2.424 e 2425, o projeto de lei complementar de 07.04.88 e os decretos 95.682 e 95.683, todos pretensamente voltados para combater o déficit público, são na verdade instrumentos para, contornando as reais causas desse déficit, atacar os salários dos funcionários públicos, abrir caminho para o ataque a todos os salários no país, provocar a recessão exigida pelo FMI, desarticular e privatizar o setor público e estatal da economia e, no âmbito do ensino, golpear mortalmente o ensino superior federal.

Por isso, os docentes das IFES, junto com os demais servidores públicos e das estatais, lutam hoje pela revogação de todos esses decretos-leis, decretos e projeto de lei, em defesa dos direitos dos trabalhadores de todas as categorias e pela universidade pública e gratuita.

Brasília, 23 de abril de 1.988

ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
Associações dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior

MOÇÃO

XVII CONAD – ANEXO AO RELATÓRIO FINAL DO SETOR DAS IES FEDERAIS

Os professores universitários brasileiros, presentes no 7º Congresso Nacional da ANDES, realizado em Juiz de Fora, MG de 24 a 30 de janeiro de 1988:

Considerando que as fundações internas e os centros de prestação de serviços, assim como os demais órgãos paralelos de captação de serviços, assim como os demais órgãos paralelos de captação de recursos comprometem profundamente a autonomia das IES;

Considerando que tais entidades são focos constantes de corrupção e clientelismo sendo, portanto, incompatíveis com as funções básicas das instituições de ensino;

Considerando que estas mesmas entidades constituem empecilho para conquista da Universidade crítica, democrática e de qualidade, preconizada por amplos setores da Sociedade Brasileira;

Considerando, também, que as transações financeiras (aplicações no “OPEN”, “OVER”, etc) realizadas com Verbas Públicas se revestem de ilegitimidade, porque inacessíveis ao controle público;

Considerando, ainda, que o próprio TCU reconhece que essas instituições são incompatíveis com as normas vigentes da administração pública, como se depreende da determinação da extinção desses órgãos paralelos das universidades;

E, finalmente, considerando que estes órgãos continuam colocando sem sério risco, a gratuidade do ensino público, assim como deslocam os centros de decisão democrática para instâncias marcadas por forte presença do poder econômico, alheio às instituições públicas de ensino superior.

Nos posicionamos pela imediata extinção desses órgãos e pela implementação de mecanismos que, de um lado, envolvam a alocação de verbas específicas para pesquisa nos orçamentos das universidades e, de outro, colegiados democráticos capazes de estabelecer critérios de prioridade na continuação de recursos, bem como o controle e constante reavaliação da política de Pesquisa que deve ser indissociável do ensino e da extensão dos conhecimentos às camadas que representam a maioria da população.

Juiz de Fora (MG), 30 de janeiro de 1988.

7º Congresso

**ATA DA PLENÁRIA DO TEMA IV
QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS**

MESA: Presidente - Vanderli Fava de Oliveira
Vice-Presidente - marco Antônio Sperl de Faria
1ª Secretária - Eliana Nonato Silva
2º Secretário - Darci Barnech Campani
(Representante da ADUFRGS)

Início da Plenária – 12h, com 23 delegados presentes (quorum mínimo 21). Foi aprovada a inversão da pauta entre os temas III e IV (unanimidade)

I – Registro das Principais Votações

1 – O texto básico foi aprovado com alterações (1 abstenção)

2 – Foram aprovados de forma destacada do texto:

2.1 – Reajuste da mensalidade da ANDES para Cz\$ 50,00 e Cz\$ 100,00 (3 abstenções)

2.2 – Proposta de João Passos para sediar o XVIII CONAD (unanimidade)

2.3 – Proposta de São Paulo para sediar o 8º Congresso Nacional da ANDES (1 abstenção).

3 – Questões de credenciamento de suplentes, levantadas pelo delegado da ADUFRJ, e de sistemática de realização de eventos forma encaminhadas para a discussão como ponto de pauta do XVIII CONAD (aprovada por ampla maioria).

4 – Em relação ao comunicado da ADUFMAT de que não tem recursos para pagar o rateio de despesas com a publicação de matéria no jornal do Brasil, o CONAD indicou que a tesouraria conceda à AD um prazo de 90 dias para o pagamento do valor sem correção.

5 – Em relação à solicitação da ADUCS de ser dispensada do pagamento da mensalidade da ANDES por atravessar dificuldades financeiras, o CONAD indicou que a questão seja remetida à regional, que tentará negociar a forma de pagamento. Um professor filiado à ADUCS esclareceu à plenária que a solicitação da AD partiu da diretoria e não foi submetida à Assembléia dos Professores.

6 – Foi aprovada a proposta de reestruturação dos GTs de Política Educacional (unanimidade) e Ciência e Tecnologia (1 abstenção).

7 – Informes da Tesouraria:

7.1 – Foi quitada a dívida da ANDES com a ADUNIMEP, relativa a despesas com a organização do III Congresso Nacional da ANDES, no valor de Cz\$ 117.196,41.

7.2 – Conforme o Estatuto da ANDES, foram automaticamente desfiliações as seguintes ADs, por falta de pagamento por seis meses consecutivos:

ADs	Valor a ser pago para reingresso:
ADFAFIG	- 3.016,00 - (3.712,00)
ADUCSAL	- 2.520,00
APUG-GO	- 15.750,00
ADUDF	- 7.500,00
ADPUC-RJ	- 42.082,50 - (52.162,50)
ADFFP-SG	- 1.010,45
ADUNESP	- 45.990,00
APROLUME	- 3.690,00
ADOFIA	- 7.480,00 - (10.296,00)
APROFASA	- 34.080,00 - (37.920,00)
ADUC	- 864,60
APROFEJ	- 1.210,44
ADUNISINOS	- 12.474,00

ADs em débito que não participaram da eleição

ADPPUCRS	- 14.664,00
APROPUC-SP	- 202.650,00

7.3 – Estudos sobre a evolução histórica dos valores da mensalidade da ANDES comparados com indicadores econômicos e de mecanismos de redução de custos de eventos serão enviados às ADs no mês subsequente ao CONAD. Serão também solicitados dados sobre mensalidades nas ADs, para o estudo da proposta de que a mensalidade da ANDES se vincule a limites da receita das ADs.

TEMA IV
QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS – TEXTO APROVADO

01 – RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Considerando o que foi deliberado no 7º Congresso:

“O 7º Congresso deu um passo importante nas relações da ANDES ao aprovar o acordo de cooperação com o FENPROF, de Portugal.

Estamos, na prática, fazendo com que a ANDES amplie seus horizontes, buscando conhecer e interagir com o movimento docente internacional. Tendo sempre em conta os objetivos maiores e a autonomia e independência da nossa entidade nacional e procurando nos integrar às discussões internacionais sobre a educação, o ensino superior, direitos dos professores, etc... devemos ampliar a discussão sobre a relação orgânica da ANDES com as entidades internacionais.

A partir da documentação das organizações mundiais de docentes, enviado as ADs pela Diretoria, do relatório elaborado pela entidade dos docentes de Quebec, entregue aos delegados neste Congresso, das informações prestadas pela CPB e pela FENPROF de Portugal e da ação concreta na defesa dos docentes da USU, fica claro que as duas entidades a nível internacional são a FISE e a CMOPE. As demais CSME (democracia cristã) e SPIE (sindicalismo americano) mostram princípios incompatíveis com os eixos do movimento docente. A FENPROF, Quebec Canadá, a ANDES da Nicarágua, FSU-CGIL-Itália, como exemplo, estão ligadas organicamente à CMOPE e a FISE. A CPB é filiada à CMOPE.

A presença das duas maiores e mais importantes entidades internacionais no 7º Congresso, possibilitou aos delegados uma visão geral dos seus objetivos, mesmo que de uma forma geral.

Não obstante, estamos apenas engatinhando quanto a estas questões. Antes de se pensar em filiação, é fundamental estarmos seguros do terreno em que estamos pisando. Se de um lado é fundamental estarmos participando dos eventos internacionais para trocar experiências, aprofundar discussões no campo educacional e sindical e contar com a ajuda e cooperação concretas nas nossas lutas, de outro é decisivo que nos precipitemos pensando em filiação imediata, sem que ocorra antes uma profunda discussão nas ADs o que certamente, ainda não aconteceu.

Há um passo intermediário na relação entre as entidades e as organizações internacionais, que é a forma de “associação”. O membro associado difere do membro filiado basicamente nos seguintes aspectos, segundo exposição dos dirigentes da FISE e da CMOPE que aqui estiveram:

1 – embora tenham direito a voto nos Congressos, no que concerne a definição dos planos de ação, não o tem nas alterações estatutárias;

2 – não pode votar ou ser votado nas eleições para o secretariado, diretoria ou conselhos das organizações.

Estas diferenças não são, num primeiro momento, importante para a ANDES. Sendo assim, o passo seguro que garanta a articulação da ANDES e possibilita um conhecimento mais profundo destas organizações parece ser, num primeiro passo, a associação e não a filiação.

Mas ainda é cedo para tomarmos esta decisão. É fundamental subsidiá-la e discuti-la amplamente antes da decisão. É necessário também, dadas as limitações

financeiras da ANDES, estudar a viabilidade de nos tornarmos membros associados, em função do calor das cotizações que serão estabelecidas.

Em função desses considerando o 7º Congresso delibera pelo indicativo de associação (membro associado) da ANDES a uma ou a ambas organizações citadas (FISE e CMOPE).

Para tanto:

1 - a diretoria da ANDES deve informar-se junto a CMOPE e a FISE, repassando as informações às ADs, sobre:

- a) todas as diferenças que existem entre membro associado e membro filiado;
- b) direitos e deveres dos membros associados e filiados;
- c) formas de cotização.

2 – as ADs devem coordenar um amplo processo de discussão interna sobre o tema.

Propõe-se o seguinte calendário para encaminhar esta questão:

- até AGO/88 – envio de material para as ADs;
- até XVIII CONAD – discussão nas ADs;
- XVIII CONAD – deliberar sobre indicativo a ser discutido nas ADs;
- 8º Congresso – decisão sobre filiação ou associação.

02 – FINANÇAS DO 7º CONGRESSO (JUIZ DE FORA)

Efetuados todos os pagamentos e recebimentos referentes às despesas e receitas do 7º Congresso, houve um superávit de Cz\$ 300.000,00 que, por decisão da Comissão Organizadora, foi depositado em uma Caderneta de Poupança em 22/MAR/88. Isto deveu-se a diversos fatores, tais como:

- cálculos para o rateio efetuados antes do término do Congresso;
- sobras de materiais;
- modificações na apresentação de despesas de algumas ADs etc.

A Comissão Organizadora (APES) solicitou parecer do tesoureiro da ANDES e propôs submeter a aplicação deste superávit em equipamentos para a sede em Brasília.

Considerando que seria irrisória a quantia devolvida às ADs participantes do 7º Congresso, propõe-se que o CONAD aprove a proposta da Comissão Organizadora.

03 – EXPANSÃO DA ANDES

Temos atualmente o seguinte quadro de IES e filiações à ANDES:

IES	UNIVERSIDADES		ISOLADAS/FAC.INTEGRADAS	
	TOTAL	FILIADAS	TOTAL	FILIADAS
FEDERAIS	36	36	25*	10
ESTADUAIS	14	09	72	
MUNICIPAIS	04	01	101	
PARTICULARES	27	08	586	03
TOTAIS	81	54	784	13

* Computadas 11 Instituições não ligadas ao MEC e não filiadas à ANDES.

Das 865 IES espalhadas pelo país, 67 são filiadas à ANDES, sendo que no setor da Particulares encontramos o maior índice de não filiados. Necessário se faz que se engendrem encaminhamentos que possibilitem a ampliação da participação destas Instituições na ANDES.

Recomendações e Propostas

Visando a expansão da ANDES, a consolidação do Movimento Docente e a luta por um padrão de qualidade para o Ensino Superior brasileiro, propõe-se:

1 – Que as regionais elaborem plano de expansão e consolidação da ANDES em sua Região;

2 – Que as ADs se engajem nos planos de expansão das Regionais, contactando as ADs não filiadas à ANDES, os SINPROS ou os docentes, no caso de IES que ainda tenham AD, em sua Região mais próxima;

3 – Que sejam criadas Secretarias Regionais, conforme Estatuto da ANDES, para tratar, entre outras, da questão relativa a expansão;

4 – Que a Diretoria da ANDES realize um diagnóstico de filiação dos docentes de IES Particulares dos SINPROS e à ANDES e do número total de docentes que trabalham nestas IES.

04 – XVIII CONAD

Considerando o recebimento da proposta formal da ADUFPB-JP para sediar o próximo CONAD e entendendo que são satisfeitas as condições de infra-estrutura e realização do evento, propõe-se que o XVIII CONAD se realize em João Pessoa-PB, organizado pela ADUFPB-JP e ANDES.

Decidiu-se que deve constar da pauta do próximo CONAD a discussão da sistemática dos eventos nacionais, contemplando temas como a figura do delegado-suplente, horário e quorum para a realização dos eventos.

05 – 8º CONGRESSO

A ADUSP trouxe ao CONAD proposta de sediar o próximo Congresso Nacional da ANDES. Entende-se que a mesma reúne todas as condições para realização deste evento e, portanto, aprova-se que se o 8º Congresso Nacional da ANDES seja realizado na cidade de São Paulo, sob a organização da ADUSP e ANDES.

06 – ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

Tendo em vista:

1 – Os custos elevados para a participação de algumas ADs nos Congressos, CONADs e demais eventos da ANDES, em especial as ADs do Setor das Particulares;

2 – O plano de expansão da ANDES para filiação de novas ADs;

3 – A importância de que todos os setores estejam amplamente representados nos referidos eventos;

Recomenda-se que as ADs que tiveram aprovadas suas propostas de sediar eventos apresentem, em até 30 dias após a aprovação uma estimativa de custos por delegado para cada AD.

Na organização dos eventos nacionais recomenda-se que sejam previamente, remetidos às ADs questionários contendo os itens sobre os quais se solicitam informes,

para que estes possam ser entregues aos delegados já de forma consolidada, abrindo-se espaços apenas para intervenções complementares. Outra alternativa, seria a realização de reuniões das regionais ou dos setores, consolidando os respectivos informes.

07 – NOVA SEDE DA ANDES

A partir de junho a sede da ANDES, em Brasília, passará a funcionar em nova instalação num prédio construído pela UnB. O espaço cedido à ANDES oferece, inicialmente, condições para funcionamento do escritório sede da entidade.

A diretoria envidará estudos no sentido de propor ao XVIII CONAD encaminhamentos a respeito da construção da sede da ANDES em Brasília, de conformidade com as decisões do XVI CONAD (São Luís) e 7º Congresso (Juiz de Fora).

08 – PARTICIPAÇÃO DA ANDES NO III CONCURTO

No cumprimento das deliberações do 7º Congresso, a ANDES participará do III Congresso Nacional da CUT e convida as ADs a fazer o mesmo.

Pelas normas do 3º CONCURTO, a ANDES terá direito à inscrição de 3 delegados de diretoria. Cabe ao CONAD deliberar a escolha destes representantes.

O XVIII CONAD delegou à Diretoria da ANDES a indicação dos delegados da entidade ao III CONCURTO, dentre seus componentes.

A diretoria indicou como delegados os professores Sadi Dal Rosso, Carlos Eduardo Malhado Baldijão e Maria da Glória Ribeiro e como suplentes os professores Silvio Frank Alem, Marco Antônio Sperl de Faria e Fábio Corrêa Dutra.

09 – REAJUSTE DAS MENSALIDADES

Considerando que a inflação acumulada no trimestre (março, abril e maio), de acordo com o ICV – DIEESE, deverá atingir 70% e o dispositivo, ratificado no VII Congresso, de antecipação trimestral do reajuste sempre que a inflação acumulada ultrapassar 50%, a diretoria propôs e o CONAD aprovou que a partir de 1º de junho os valores das mensalidades da ANDES sejam fixados em Cz\$ 100,00 e Cz\$ 50,00, o que corresponde a uma antecipação de 54%.

Salientando o fato de que muitos docentes não tiveram seus salários reajustados nos mesmos percentuais considerados, entendemos que tal antecipação significa um ponto de equilíbrio que viabiliza a continuidade do trabalho da ANDES. Citamos como exemplo o caso das IES Federais onde devido ao corte da URP o reajuste salarial no trimestre foi de 49,8%.

10 – GRUPOS DE TRABALHO DE POLÍTICA EDUCACIONAL E CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Em face da necessidade de responder às grandes questões ligadas às áreas de Política Educacional e Ciência e Tecnologia, como, por exemplo, a iminente elaboração da legislação complementar que passará a reger os setores, o XVII CONAD decidiu reestruturar os GTs, com a seguinte composição:

1. GT de Política Educacional – Membros da Diretoria da ANDES, indicados por ela, e as seguintes ADs: ADUFF, ADUSP, ADUNB, ADUPR, ADUFPB-JP, ADUFG, ADUFSCAR, ADUFPEL, ADUFEPE, ADUR-RJ (participação confirmada), APUB, ADUFRGS,

ADUNIRIO, ADUFC (a confirmar) e ainda a AD do Setor das IES Particulares, a ser indicada pelo mesmo.

2 – GT de Ciência e Tecnologia – membros da Diretoria da ANDES, indicados por ela, e as seguintes ADs: ADUNB, ADUFEPE, ADUSP, ADUNICAMP, ADUNIRIO (participação confirmada), ADUFRJ, ADURN, ADUFRGS (a confirmar).

ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

Mesa: Presidente: Sadi Dal Rosso
Vice-Presidente: Silvio Frank Alem
1º Secretário: Vanderli Fava de Oliveira
2º Secretário: Darci Barnech Campani (ADUFRGS)
Vice Regional RGS: Luis Paiva Carapeto

O Professor Luis Carlos Pinheiro Filho (APUFSC), suplente da Vice Regional Sul, solicitou constar em ata a seguinte declaração:

Nota de Esclarecimento ao XVII CONAD:

Por que a APUFSC não tem representação no XVII CONAD?

Considerando o passado da APUFSC na ANDES, e sua constante presença, participação e contribuição ao MD Nacional, faze-se necessário esclarecer a não representação de nossa Associação neste CONAD. Ainda, aos em função de estranheza que alguns colegas manifestaram diante de tal fato.

Em AG da APUFSC do dia 25 de maio, convocada pela sua presidência na forma do estatuto, fui eleito delegado da Associação ao XVII CONAD, por unanimidade. Outros 7 observadores foram indicados. Compareceram ao XVII CONAD em tempo de credenciamento, este delegado eleito e outros dois observadores: professores Eulália E. Cardoso e Waldemar Pedreira. Entretanto, aqui chegando fomos surpreendidos pela informação da Tesouraria da ANDES de que a APUFSC não estava em dia no pagamento da mensalidade de abril, e por força de estatuto (da ANDES), não poderíamos nos credenciar. Diante de solicitação ao credenciamento e ao Prof. Ari, aceitou-se que, se este delegado pagasse com, cheque pré-datado para posterior acerto com AD, seria aceito o credenciamento.

Assim sendo, foram tentados pelo menos 7 (sete) contatos telefônicos a cobrar com a diretoria da AD e a residência do presidente. Quando a ligação era aceita (2 vezes na AD e 1 vez na residência do presidente) não havia ninguém da diretoria presente. Outras 4 vezes (na AD) a ligação não era aceita. Diante de tais fatos, o delegado resolveu não assumir um compromisso financeiro político que cabe à diretoria da AD, e assume a responsabilidade política diante deste plenário e ao conjunto dos professores da UFSC, pela decisão de não se credenciar no XVIII CONAD.

No retorno à UFSC, certamente tais fatos serão levados ao conhecimento dos sócios da ANDES e da APUFSC (por estatuto são os mesmos). Por enquanto, nos abstermos de interpretações.

Luiz Carlos Pinheiro Machado filho
Delegado eleito pela AG da APUFSC ao XVII CONAD

A seguir foram submetidas à plenária as seguintes moções:

- 1 – Pela nomeação do Prof. Ferrari, 1º colocado na lista eleita pela comunidade da UFRGS.
- 2 – Repúdio à intervenção do Reitor e fatos correlatos no Departamento de Nutrição da UFSC.
- 3 – Pela nomeação do Prof. Edison, 1º colocado na lista eleita pela comunidade da UNIRIO.
- 4 – Repúdio ao governador do Paraná por atos contra a autonomia das Universidades do seu Estado.
- 5 – Solicitar ao Presidente do CONSU da UFPR empenho pela agilização do processo estatuinte.
- 6 – Solidariedade aos docentes em greve da UEFS.
- 7 – Solicitar C. Eleitoral oficial da UFMA ratificação do resultado das eleições diretas da lista sêxtupla de candidatos à Reitor.
- 8 – Repúdio à matéria contra o movimento docente publicado na folha de Londrina.
- 9 – Pela abertura das negociações do Governo da Paraíba com os docentes do 1º e 2º graus do Estado, em Grebe.
- 10 – Reivindicatório acerca de bolsas de estudos de pós-graduandos e pesquisadores no exterior.

Com modificações nas moções 2, 7 e 8 foram todas aprovadas em bloco por unanimidade.

Foi solicitado que o Relatório do XVII CONAD seja feito nos moldes dos Relatórios do XVI COND (São Luís) e 7º Congresso (Juiz de Fora).

Indicou-se, também o procedimento de contactar as Procuradorias das IFES para que as mesmas não recorram das liminares favoráveis ao pagamento da URP.

COMUNICAÇÕES:

- 1 – O delegado da ADUFU denunciou ao Plenário a concessão do título de “doutor honoris causa” ao General Ernesto Geisel pela Universidade Federal de Uberlândia. Comunicou, também, a título de denúncia, a concessão, em passado recente, do mesmo título ao proprietário das organizações Globo, Roberto Marinho.
- 2 – A SEDAP enviou às IFES solicitação de feitura de listas de “prescindíveis”.
- 3 – Existem fortes indícios de se estar em curso de modificações no Estatuto do Funcionalismo Público por parte do governo.
- 4 – O delegado da APUBH colocou a sua entidade à disposição dos docentes participantes do III CONCUT em Belo Horizonte.

O Presidente da ANDES propôs as seguintes moções:

- 1 – De louvor à Comissão das eleições da ANDES composta pelos docentes:
 - Cibeli Reynaud
 - Valdomiro Neves Lima
 - José Novaes
 - Paulo Roberto Mello de Carvalho

- Oswaldo de Medeiros Ritter
Esta moção foi estendida às Comissões Eleitorais da ADs.
Aprovada por unanimidade

2 – De louvor e agradecimento à Comissão Organizadora do XVII CONAD, docentes e funcionários da ADUFRGS pela acolhida e organização do evento.
Aprovada por unanimidade

Nada mais havendo a tratar, foi declarado encerrado o XVII CONAD.

EM TEMPO: FOI LIDO E APROVADO O TEXTO-BASE DA “CARTA ABERTA AOS CONSTITUINTES” A PRÓPOSITO DA APOSENTADORIA DOS DOCENTES DO 3º GRAU, FICANDO ENCARREGADA A SECRETARIA GERLA DE INCORPORAR AO TEXTO DEFINITIVO AS SUGESTÕES ADVINDAS DO PLENÁRIO.

XVII CONAD
Porto Alegre, 2 a 5 de junho de 1988

MOÇÃO

Os docentes universitários, brasileiros, reunidos em Porto Alegre por ocasião do XVII Conselho Nacional de Associações Docentes, vêm tornar público seu apoio irrestrito ao processo de democratização da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao seu resultado mais imediato: a eleição direta do futuro Reitor da Universidade, Prof. Alceu Ravello Ferrari, em disputa aberta, democrática e legítima com outros onze candidatos.

Por este motivo, exigem os docentes representantes das ADs de todo o país, a imediata nomeação do Prof. Ferrari para o cargo do qual foi conduzido pela comunidade universitária, e repudiam as manobras inspirados no obscurantismo ideológico visando a frustrar a vontade majoritária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

XVII CONAD
Porto Alegre, 5 de junho de 1988

XVII CONAD
Porto Alegre, 2 a 5 de junho de 1988

MOÇÃO

Os docentes universitários, brasileiros, reunidos em Porto Alegre por ocasião do XVII Conselho Nacional de Associações Docentes, vêm tornar público seu apoio irrestrito ao processo de democratização da Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO) e ao seu resultado mais imediato: a eleição direta do futuro Reitor da Universidade, Prof. Edison Dias Teixeira, em disputa aberta, democrática e legítima com outros quatro candidatos.

Por esse motivo, exigem os docentes representantes das ADs de todo o país, a a imediata nomeação do Prof. Edison Dias Teixeira para o cargo ao qual foi conduzido pela comunidade universitária, e repudiam as manobras inspiradas no obscurantismo ideológico visando frustrar a vontade majoritária da Universidade do Rio de Janeiro.

XVII CONAD
Porto Alegre, 5 de junho de 1988

XVII CONAD
Porto Alegre, 2 a 5 de junho de 1988

MOÇÃO DE REPÚDIO

No último dia 5 de maio a Assembléia Legislativa do Paraná aprovou o Projeto de Lei 74/88 que cassa a autonomia das Instituições de Ensino Superior do Paraná.

O movimento docente do Estado, desde o ano passado, com a criação do Comitê em Defesa do Ensino Superior do Paraná, tem se mobilizado intensamente pela garantia da autonomia universitária.

A aprovação do projeto, apesar da presença de mais de duas mil pessoas nas galerias da Assembléia numa manifestação de protesto que durou mais de 10 horas, revela o descaso com que o Governador Álvaro Dias vem tratando as IES do Paraná.

Frente a isto os docentes reunidos no XVII CONAD nos dias 02 a 06 de junho, em Porto Alegre, aprovam uma Moção de Repúdio ao governador do Paraná que, apesar de vender uma imagem de político “progressista” e “popular”, age, na prática, como os Governadores do período ditatorial que temos que, definitivamente, superar.

XVII CONAD
Porto Alegre, 5 de junho de 1988

XVII CONAD
Porto Alegre, 2 a 5 de junho de 1988

MOÇÃO

Os professores universitários, reunidos no XVII CONAD realizado em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, de 2 a 6 de junho de 1988.

- Considerando que o Movimento Docente tem defendido o processo estatuinte, livre e democrático, no interior das IES em todo o país.
- Considerando as dificuldades que o Conselho Universitário da UFRR vem imprimindo à instalação e desenvolvimento do processo estatuinte livre e democrático.

Solicitamos ao presidente do Conselho Universitário da UFPR empenho no sentido da agilização do processo estatuinte para que se concretize no menor prazo de tempo a necessária reforma do Estatuto da UFPR.

XVII CONAD

Porto Alegre, 5 de junho de 1988.

XVII CONAD
Porto Alegre, 2 a 5 de junho de 1988

MOÇÃO

Os docentes universitários, brasileiros, reunidos em Porto Alegre por ocasião do XVII CONAD, manifestam a sua solidariedade aos colegas da Universidade Estadual de Feira de Santana (Bahia) em greve a mais de dois meses, por melhores condições de trabalho e de salário, que tiveram o pagamento de seus salários de maio suspenso pelo governo Waldir Pires.

Esse ato absurdo e selvagem é testemunho da disposição a procedimentos profundamente antidemocrático contra companheiros engajados na luta histórica do movimento docente a nível nacional, pela construção de uma Universidade pública, gratuita, autônoma, crítica, democrática e de qualidade, que parece não ser do interesse do atual governo da Bahia.

É imperiosa a reversão imediata dessa medida punitiva e a abertura de negociações efetivas das justas reivindicações dos docentes da UEFS, no sentido de melhorar as condições salariais aviltantes patrocinadas pelo governo da Bahia.

XVII CONAD
Porto Alegre, 5 de junho de 1988

XVII CONAD
Porto Alegre, 2 a 5 de junho de 1988

MOÇÃO

Considerando o processo sucessório em que se encontra a Universidade Federal do Maranhão – UFMA;

Considerando as experiências de eleições diretas ocorridas com êxito em dezenas de universidades brasileiras;

Considerando que a denominada “consulta indicativa” a ser realizada na UFMA é o primeiro grande passo para a verdadeira democratização daquela Instituição de nível superior, apesar das limitações presentes nas normas estabelecidas;

Considerando no entanto, que em consonância com o que prevê a regulamentação de eleições para reitor na UFMA, onde o Colégio Eleitoral elegerá os nomes que comporão finalmente a lista sêxtupla, através de escrutínios específicos e individuais em que cada nome deverá obter no mínimo um terço dos votos para ser mantido na lista final;

Os professores universitários brasileiros, presentes no XVII Conselho das Associações dos Docentes, realizado em Porto Alegre, de 02 a 05 de junho de 1988, dirige-se ao Colégio Eleitoral da UFMA no sentido de solicitar que seja ratificado o resultado obtido nas eleições da comunidade, quando da elaboração da lista sêxtupla formal, empenhando-se o colegiado na defesa da nomeação do candidato mais votado nas urnas.

Expressam, assim, sua solidariedade à luta desencadeada pelas Associações de Docentes (APRUMA), funcionários (ASSUMA) e DCE da UFMA, em prol da democratização daquela IES.

XVII CONAD
Porto Alegre, 5 de junho de 1988

XVII CONAD
Porto Alegre, 2 a 5 de junho de 1988

MOÇÃO

Tendo em vista a greve desencadeada pelo professorado de 1º e 2º graus da rede estadual paraibana, último instrumento de sua luta por salários e condições de trabalho dignas; pelo cumprimento das promessas afirmadas a propósito dos pisos salariais da categoria, pelo atual governador quando da campanha eleitoral; tendo em vista o corte salarial dos dirigentes das entidades dos docentes, a ameaça de demissões, a abertura de inscrições para substituição dos grevistas.

As Associações de Docentes e a ANDES, em seu XVII CONAD dirigem-se ao Governador do Estado da Paraíba, professor Tarcísio de Miranda Burity e a seu secretário de Educação, professor Ruy Dantas, no sentido de manifestar-se pela imediata abertura de negociações, afirmando ainda considerar inadmissível as medidas repressivas já assumidas ou anunciadas.

Os educadores paraibanos contam com a solidariedade dos docentes universitários de todo o país, em sua luta em defesa da dignidade profissional e da escola pública, gratuita, democrática e de qualidade, posta a serviço da maioria da população.

XVII CONAD
Porto Alegre, 5 de junho de 1988

XVII CONAD
Porto Alegre, 2 a 5 de junho de 1988

MOÇÃO

Considerando a importância que tem para a universidade brasileira e para o desenvolvimento científico e tecnológico do país a formação de recursos humanos qualificados; considerando a necessidade de serem oferecidas condições adequadas de vida de trabalho aos bolsistas no exterior e considerando a desvalorização do dólar frente às moedas européias, reivindicamos, em conjunto com a Associação de Brasileiros Estudantes em Pós-Graduação e Pesquisadores na Grã-Bretanha (ABESP), a adoção das seguintes medidas:

I – Que as bolsas dos estudantes e pesquisadores brasileiros na Grã-Bretanha sejam pagas em libras esterlinas;

II – Que sejam estabelecidos os valores em libras esterlinas através de conversão do valor em dólares pela taxa de câmbio vigente na época do último reajuste (setembro/86);

III – Que seja estudada uma forma de compensação retroativa das perdas consideráveis acumuladas durante todo o ano de 1987.

Como a mesma situação se repete com os bolsistas em outros países europeus, medidas análogas devem ser tomadas em todos os casos.

XVII CONAD
Porto Alegre, 5 de junho de 1988

XVII CONAD
Porto Alegre, 2 a 5 de junho de 1988

MOÇÃO

As Associações de Docentes, reunidas no XVII CONAD, denunciam a intervenção ilegítima do Reitor Bruno Schlemper, da Universidade Federal de Santa Catarina, no Departamento de Nutrição daquela Universidade, demitindo a professora Maria de Lourdes Braga Simões Marconi do cargo de chefia daquela Unidade, ocupado em decorrência de eleições democráticas.

O motivo alegado da intervenção dói a recusa, pela chefia do Departamento, de acordo com decisão unânime de seus docentes, em aceitar as exigências dos Decretos 95682 e 95683. A sua aceitação traria sérios prejuízos à indissociável ação do ensino e pesquisa naquele Departamento. Os professores do Departamento de Nutrição da UFSC, através de um trabalho pautado na defesa de uma política de saúde comprometida com a solução dos grandes problemas que afetam a população brasileira, encontram neste ato arbitrário um prejuízo não somente às suas atividades, mas uma afronta aos princípios de democracia e autonomia da Universidade.

O XVII CONAD repudia a intervenção perpetrada e exige a recondução imediata da Chefe de Departamento de Nutrição a seu posto e a garantia da manutenção da qualidade do trabalho acadêmico que o Departamento vem desenvolvendo.

XVII CONAD
Porto Alegre, 5 de junho de 1988

XVII CONAD
Porto Alegre, 2 a 5 de junho de 1988

MOÇÃO

As Associações de Docentes reunidas no XVII CONAD aprovam MOÇÃO DE REPÚDIO ao jornal Folha de Londrina, pela maneira injuriosa com que tratou o Vice-Presidente Regional Sul da ANDES, professor Marcus de Toledo Tito, que cumprindo seus compromissos com o MD – em com a defesa de uma Universidade pública, autônoma, gratuita e de qualidade, liderou uma luta justa na defesa destes princípios.

A Folha de Londrina não buscou a notícia de maneira independente, com vistas a informar devidamente a seus leitores. Preferiu perfilar-se, ao lado do governo do Estado, distorcendo os fatos e desinformando a opinião pública.

O movimento docente, a nível nacional, está atento ao que ocorre no Paraná, apoiando irrestritamente a luta dos professores e divulgando para o país a verdade dos fatos.

XVII CONAD
Porto Alegre, 5 de junho de 1988

CARTA ABERTA AOS CONSTITUINTES

DA: Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior e das Associações de Docentes presentes ao XVII Conselho Nacional da Associação de Docentes (XVII CONAD)

PARA: Exmos Srs. Membros da Assembléia Nacional Constituinte.

ASSUNTO: Reivindica-se, com vistas ao 2º turno de votação, a manutenção do direito à aposentadoria aos 25/30 anos para os docentes do ensino superior, pelas razões que expõe.

O Congresso Constituinte acaba de cometer um grave equívoco, uma grave injustiça. Restringiu apenas aos professores de 1º e 2º graus a aposentadoria aos 25 e 30 anos de exercício do magistério, deixando de prever o mesmo direito aos docentes universitários. Retirou-se, assim, um direito já adquirido por cerca de 200.000 educadores.

Qual a argumentação utilizada pelos senhores constituintes, para que se estabelecesse esta inaceitável discriminação e incompreensível retrocesso legal?

Duas ordens de raciocínio foram expostas da tribuna ou veiculadas pelos meios de comunicação.

Alguns constituintes fundamentaram seu voto na presunção da existência de uma absoluta distinção entre as condições de trabalho dos professores de 1º e 2º graus e as de seus colegas das Instituições de Ensino Superior (IES). Estes últimos teriam como norma o cumprimento de jornada de trabalho de “4 horas semanais” (1), exercidas em ambientes “refrigerados”. Argumentou-se que a referida aposentadoria, se concedida aos professores universitários, resultaria no estabelecimento de um privilégio em relação a outros segmentos da classe trabalhadora, cujas condições de exercício profissional seriam radicalmente mais difíceis.

A outra argumentação afirma que as IES não podem dispensar o profissional justamente na fase de sua maturidade acadêmica. Um país em desenvolvimento não poderia dispensar “prematuramente” seus intelectuais da atividade produtiva.

Alega-se, ainda, que o docente de nível superior tem o benefício de períodos de afastamento de atividades para pós-graduar-se, o que significaria redução real do número de anos em efetivo exercício profissional.

Quer porque se baseiam em premissas equivocadas, quer porque sejam meramente falaciosos, tais argumentos podem ser facilmente criticados.

Em primeiro lugar: não é verdade que seja reduzida a jornada de trabalho do professor do 3º grau. Nas IES públicas, a docência compreende, inclusive por lei, atividades de ensino (tempo em sala de aula, tempo de preparo de aula, de correção de exercícios, de orientação aos alunos fora do horário em classe), de pesquisa (inclusive

fora dos campi, inclusive orientação de dissertação e teses) e de extensão. É caricatural falar em “ar condicionado” e “quatro horas-aula semanais”. A realidade do trabalho docente é a dos campi deteriorados pela permanente redução dos recursos destinados a investimentos nas Instituições de Ensino Superior públicas, é, como a de seus colegas de 1º e 2º graus, a das tarefas que consomem, regularmente, tempo de trabalho adicional ao previsto nos contra-cheques.

A argumentação sobre “condições de trabalho excepcionais” cai definitivamente por terra quando se observa que cerca de 70% do corpo docente das IES é empregado em estabelecimentos privados. A imensa maioria dos professores do 3º grau está submetida à sanha do regime de pagamento por hora-aula, exerce sua profissão em mais de um estabelecimento de ensino e, não raro, também em escolas de 2º ou mesmo 1º graus.

A imensa maioria dos docentes de ensino superior compartilha com seus colegas dos outros graus de ensino as mesmas salas superlotadas, vive a mesma instabilidade empregatícia, desloca-se para estabelecimentos distantes entre si. Ultrapassa, de muito, as jornadas de trabalho previstas na legislação; tem fins de semana consumidos no preparo de aulas, na correção de exercícios. Recebendo salários exíguos, suportando péssimas condições de trabalho, enriquecem o empresariado da educação.

Os propalados “benefícios” resultantes do afastamento de classe para a realização de cursos, não estão (e nunca estiveram) à disposição de toda categoria. Esta não é aí, contudo, a principal questão. Durante os períodos de afastamento o docente não se encontra em estado de suspensão de trabalho. Ao contrário, trata-se de momento fundamental de sua produção, que seja científica, filosófica ou artística, realizada no mais das vezes em condições precárias.

Quando um docente se afasta para realizar cursos, outros colegas têm suas cargas de trabalho aumentadas. Tal é a rotina no caso das IES que, minoritárias, permitem o aperfeiçoamento de seus professores.

Ao pleitear os mesmos prazos para aposentadoria que seus colegas do 1º e 2º graus, os docentes do ensino superior não pretendem se constituir em uma casta privilegiada.

A redução de prazos para a aposentadoria foi conseguida pelos professores após intensa luta, fundamentou-se em laudos médicos co-previdenciários que atestavam o desgaste a que a profissão submete aqueles que exercem – quer no 1º, quer no 2º, quer no 3º graus.

Além disso, num país como o nosso, em que o desemprego marginaliza milhares de jovens e velhos trabalhadores, em que as condições de trabalho e salários oferecidas pelo patronato exaurem precocemente os assalariados, os docentes universitários entendem que o conjunto dos trabalhadores deve reivindicar, igualmente, redução do tempo de trabalho mínimo para gozar do direito à aposentadoria. Trata-se de estender aquilo que foi um direito duramente conquistado pelo professorado a outras categorias – e não, de restringir tal direito em nome de uma justiça social às avessas.

A história da luta social no Brasil mostra que muitos dos direitos conquistados (repouso remunerado, férias, redução da jornada de trabalho, entre outros), obtidos num primeiro momento por categorias profissionais específicas, foram estendidos em seguida às demais.

A segunda ordem de argumentos levantados contra a reivindicação dos docentes do ensino superior é igualmente equivocada.

O direito a aposentadoria por tempo de serviço aos 25/30 anos não obriga o docente a solicitá-lo, quando completado tal período de magistério.

Na mesma data em que ocorreu a votação sobre a aposentadoria do professorado, a Constituinte concedeu ao conjunto dos trabalhadores o direito à aposentadoria dita “proporcional” aos 25 ou 30 anos de emprego. Tal dispositivo não exclui os professores do 3º grau.

Os Constituintes, assim, não impediram a aposentadoria do docente de 3º graus aos 25/30 anos de serviço. Estabeleceram, para ele, apenas, uma sensível redução nos proventos a perceber.

A trajetória profissional da imensa maioria do professorado universitário mostra que ele não iniciou sua vida de trabalho numa IES. Ao contrário, chegou a ela pós o exercício do ensino em escolas de outros níveis, ou mesmo, atividades não ligadas a educação.

Observa-se, com a iminência da promulgação da nova Carta, que um grande número de docentes em condições – pelo texto constitucional ainda em vigor – de requerer a aposentadoria aos 25 e 30 anos, se apressam em fazê-lo. A supressão de um direito já conquistado, que quis a Constituinte em seu primeiro turno de votação, trará pois, efeitos contrários àqueles pretendidos pelos parlamentares que aceitaram como verdadeiros os argumentos da “fuga de cérebros”.

Não se tratando de medida compulsória, tal aposentadoria não determina o afastamento de docentes de seus empregos. O que esvazia as universidades é a política de arrocho salarial, a redução de investimentos na pesquisa, o cerceamento da autonomia universitária.

A ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, que representa 200 mil profissionais; as Associações Docentes abaixo relacionadas, presentes ao XVII CONAD, reivindicam firmemente que a Assembléia Nacional Constituinte reveja, no segundo turno de votação, sua deliberação.

Exigem que não se cometa odiosas discriminação no seio de uma mesma atividade profissional; que não haja retrocessos, pela eliminação de um direito já conquistado.

Esperam que se repare um equívoco, uma injustiça.

Porto Alegre, 5 de junho de 1988.

ANDES	- Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior
ADUNICAMP	- Associação dos Docentes da Universidade de Campinas
ADUFRGS	- Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ADUNI-RIO	- Associação dos Docentes da Universidade do Rio de Janeiro
ADFUNREI	- Associação dos Docentes da Fundação do Ensino Superior de São João Del Rei
APUBH	- Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte
ADUFG	- Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás
ADMED	- Associação dos Docentes da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro

ASDUERJ	- Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
ADUSP	- Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo
ADUNIMEP	- Associação dos Docentes da Universidade Metodista de Piracicaba
ADUEM	- Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Maringá
ADEPM	- Associação dos Docentes da Escola Paulista de Medicina
ADUFSCAR	- Associação dos Docentes da Universidade Federal de São Carlos
APES-JF	- Associação dos Professores do Ensino Superior de Juiz de Fora
ADUFRJ	- Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro
ADURNE	- Associação dos Docentes da Universidade Regional do Nordeste
ADUFPB-JP	- Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba – Seção João Pessoa
ADUFEPE	- Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pernambuco
ADUFF	- Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense
ADUFC	- Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará
ADUFPEL	- Associação dos Docentes da Universidade Federal de Pelotas
ADUFS	- Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe
ADUnB	- Associação dos Docentes da Universidade de Brasília
ASDESAM	- Associação dos Docentes da Escola Superior de Agricultura de Mossoró
ASPUV	- Associação dos Docentes da Universidade Federal de Viçosa
ADUFERPE	- Associação dos Docentes da Universidade Rural de Pernambuco
ADUFPR	- Associação dos Docentes da Universidade Federal do Paraná
APUB	- Associação dos Professores da Universidade da Bahia
APUSM	- Associação dos Professores da Universidade de Santa Maria
ADUFU	- Associação dos Docentes da Universidade Federal de Uberlândia
ADUR-RJ	- Associação dos Docentes da Universidade Rural do Rio de Janeiro
APRUMA	- Associação dos Docentes da Universidade Federal do Maranhão
ADUEL	- Associação dos Docentes da Universidade Estadual de Londrina
ADUFES	- Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo
ADUA	- Associação dos Docentes da Universidade do Amazonas
APROFURG	- Associação dos Professores da Universidade do Rio Grande
ADOCA	- Associação dos Docentes da Faculdade de Ciências Médicas de Porto Alegre
ADCEFET-PR	- Associação dos Docentes do Centro de Educação Tecnológico do Paraná
ADUNEB	- Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Bahia
ADUFOP	- Associação dos Docentes da Universidade Federal de Ouro Preto
APESB	- Associação dos Professores do Ensino Superior de Bagé
ADUI	- Associação dos Docentes da Universidade de Ijuí.

XVII CONAD
Porto Alegre, 2 a 5 de junho de 1988

RATEIO XVII CONAD

AD	NDC	TOTAL DO RATEIO	OBSERVADORES	CUSTO DE DESLOCAMENTO	A PAGAR	A RECEBER
ADUNICAMP	8	83.584,00	200,00	29.486,00	54.198,00	-
ADUNI-RIO	5	52.240,00	200,00	31.574,00	20.866,00	-
APUBH	9	94.032,00	400,00	35.059,00	59.373,00	-
ADUFG	7	73.136,00	-	42.143,00	30.993,00	-
ASDUERJ	8	83.584,00	200,00	38.197,00	45.587,00	-
ADUSP	5	52.240,00	-	23.491,00	28.749,00	-
ADUNIMEP	3	31.344,00	-	30.756,00	588,00	-
ADUEM	5	52.240,00	200,00	47.358,00	5.082,00	-
ADUFAL	6	62.688,00	200,00	71.420,00	-	8.532,00
ADEPM	6	62.688,00	200,00	23.491,00	39.397,00	-
ADUFSCAR	5	52.240,00	200,00	23.491,00	28.949,00	-
ADURN	8	83.584,00	200,00	94.034,00	-	10.250,00
APES-JF	6	62.688,00	400,00	39.136,00	23.952,00	-
ADUFRJ	10	104.480,00	200,00	38.196,00	66.484,00	-
ADURNe	3	31.344,00	-	78.124,00	-	46.780,00
ADUFPB-JP	8	83.584,00	200,00	91.229,00	-	7.445,00
ADUFF	9	94.032,00	600,00	31.574,00	63.058,00	-
ADUFC	7	73.136,00	400,00	87.460,00	-	13.924,00
ADUFOP	2	20.896,00	-	42.865,00	-	21.696,00
ADUFSe	4	41.792,00	-	80.127,00	-	38.335,00
ADUNB	6	62.688,00	200,00	51.669,00	11.219,00	-
ASDESAM	1	10.448,00	-	100.525,00	-	90.077,00

AD	NDC	TOTAL DO RATEIO	OBSERVADORES	CUSTO DE DESLOCAMENTO	A PAGAR	A RECEBER
ADUFPB-CG	4	41.792,00	-	91.573,00	-	49.781,00
ADUFERPE	4	41.792,00	-	73.380,00	-	31.588,00
APUFPR	9	94.032,00	400,00	18.380,00	76.052,00	-
APUB	9	94.032,00	-	74.800,00	19.232,00	-
APUSM	8	83.584,00	-	2.714,00	80.870,00	-
ADUFC	7	73.136,00	-	42.911,00	30.225,00	-
ADUFPEL	6	62.688,00	2.000,00	1.286,00	63.402,00	-
ADUEL	7	73.136,00	-	25.742,00	47.394,00	-
ADUR-RJ	3	52.240,00	400,00	38.196,00	14.444,00	-
APRUMA	5	52.240,00	-	87.230,00	-	34.990,00
ADUFES	7	73.136,00	200,00	52.292,00	21.044,00	-
ADUNEB	3	31.344,00	200,00	57.982,00	-	26.438,00
ADUA	4	41.792,00	-	90.468,00	-	48.676,00
ASPUV	6	62.688,00	-	46.278,00	16.410,00	-
APESB	3	31.344,00	200,00	4.320,00	27.224,00	-
ADOCA	2	20.896,00	-	-	20.896,00	-
ADUFRGS	8	83.584,00	-	-	83.584,00	-
ADFUNREI	1	10.448,00	-	42.379,00	-	31.931,00
ADMED	1	10.448,00	-	40.719,00	-	30.271,00

Total de passagens	Cz\$	1.922.055,00
Despesas Gerais.....	Cz\$	500.000,00
	Cz\$	2.422.055,00
Receitas.....	Cz\$	39.974,00
Custos Totais.....	Cz\$	2.382.081,00
Total Delegados*	228	
Custo por Delegados		10.448,00

* Total de delegados referentes a Congresso.

REGIÃO NORTE

ADs	TOTAL ELEITORES	TOTAL VOTANTES DA AD	TOTAL VOTOS EM TRANSITO	TOTAL GERAL DE VOTANTES	VOTOS CHAPA I	VOTOS EM BRANCO	VOTOS NULOS
ADUFPA	917	715	00	715	620	74	21
ADFCAP	139	68	00	68	46	20	02
ADUA	310	295	00	295	253	37	05
ADUNIR	110	45	00	45	43	02	00
TOTAL DA REGIONAL	1476	1123	00	1123	962	133	28

REGIÃO NORDESTE I

ADs	TOTAL ELEITORES	TOTAL VOTANTES DA AD	TOTAL VOTOS EM TRANSITO	TOTAL GERAL DE VOTANTES	VOTOS CHAPA I	VOTOS EM BRANCO	VOTOS NULOS
APRUMA	495	182	00	182	164	15	03
ADUFPI	903	282	00	282	265	14	03
ADUFC	840	475	00	475	380	76	19
ADCESP	43	36	00	36	32	04	00
TOTAL DA REGIONAL	2281	975	00	975	841	109	25

REGIÃO NORDESTE II

ADs	TOTAL ELEITORES	TOTAL VOTANTES DA AD	TOTAL VOTOS EM TRANSITO	TOTAL GERAL DE VOTANTES	VOTOS CHAPA I	VOTOS EM BRANCO	VOTOS NULOS
ADURN	1288	583	00	583	531	39	13
ADUFPB-JP	1012	503	14	517	494	19	04
ADUFPB-CG	790	386	01	387	351	28	08
ADUFERPE	385	201	00	201	176	22	03
ADUFEPE	1188	599	09	608	547	55	06
ASPEC	91	61	00	61	59	02	00
ADURNe	270	71	00	71	56	13	02
ASDESAM	74	50	00	50	49	01	00
ADFURRN	350	152	00	152	135	16	01
TOTAL DA REGIONAL	5448	2606	24	2630	2398	195	37

REGIÃO NORDESTE III

ADs	TOTAL ELEITORES	TOTAL VOTANTES DA AD	TOTAL VOTOS EM TRANSITO	TOTAL GERAL DE VOTANTES	VOTOS CHAPA I	VOTOS EM BRANCO	VOTOS NULOS
ADUFAL	702	320	00	320	264	41	15
ADUFS(SE)	392	155	00	155	137	14	04
APUB	1863	709	04	713	602	82	29
ADUFS(BA)	276	68	00	68	62	06	00
ADUNEB	208	107	02	109	94	07	08
TOTAL DA REGIONAL	3441	1359	06	1365	1159	150	56

REGIÃO CENTRO-OESTE

ADs	TOTAL ELEITORES	TOTAL VOTANTES DA AD	TOTAL VOTOS EM TRANSITO	TOTAL GERAL DE VOTANTES	VOTOS CHAPA I	VOTOS EM BRANCO	VOTOS NULOS
ADUFG	919	534	00	534	454	71	09
ADUFMAT	917	421	02	423	372	36	15
ADUFMEMS	383	64	00	64	61	03	00
ADUnB	609	389	09	398	349	44	05
TOTAL DA REGIONAL	2828	1408	11	1419	1236	154	29

REGIÃO LESTE

ADs	TOTAL ELEITORES	TOTAL VOTANTES DA AD	TOTAL VOTOS EM TRANSITO	TOTAL GERAL DE VOTANTES	VOTOS CHAPA I	VOTOS EM BRANCO	VOTOS NULOS
APUBH	1937	821	02	823	775	45	03
APES-JF	703	458	00	458	387	58	013
ADUFU	848	529	00	529	475	47	07
ASPUV	635	102	00	102	100	00	02
ASPESAL	133	72	00	72	60	12	00
APROEFEI							
ADUES	857	390	00	390	356	30	04
ADUFOP	152	82	00	82	72	09	01
ADMED	106	40	00	40	28	12	00
ADFUNREI	69	69	00	69	65	04	00
TOTAL DA REGIONAL	5440	2563	02	2565	2318	217	30

REGIÃO RIO DE JANEIRO

ADs	TOTAL ELEITORES	TOTAL VOTANTES DA AD	TOTAL VOTOS EM TRANSITO	TOTAL GERAL DE VOTANTES	VOTOS CHAPA I	VOTOS EM BRANCO	VOTOS NULOS
ADUSU	442	245	01	246	227	16	03
ADUFRJ	2117	903	03	906	791	92	23
ADUFF	1653	529	02	531	488	33	10
ADUR-RJ	457	277	00	277	243	27	07
ASDUERJ	1257	453	03	456	431	24	01
ADUNI-RIO	471	227	00	227	169	32	23
ADCEFET-CSF	338	194	00	198	194	08	08
TOTAL DA REGIONAL	5735	2832	09	2841	2543	226	72

REGIÃO SÃO PAULO

ADs	TOTAL ELEITORES	TOTAL VOTANTES DA AD	TOTAL VOTOS EM TRANSITO	TOTAL GERAL DE VOTANTES	VOTOS CHAPA I	VOTOS EM BRANCO	VOTOS NULOS
ADUSP	481	160	00	160	151	03	01
ADEPM	548	179	00	179	166	13	00
APROPUC	775	291	00	291	229	48	14
ADUNICAMP	1585	444	06	450	394	50	05
ADUNIMEP	244	125	00	125	116	05	04
ADUFSCAR	425	228	04	232	199	26	07
APROFOC	181	68	00	68	61	05	02
TOTAL DA REGIONAL	4233	1495	10	1505	1316	155	34

REGIÃO SUL

ADs	TOTAL ELEITORES	TOTAL VOTANTES DA AD	TOTAL VOTOS EM TRANSITO	TOTAL GERAL DE VOTANTES	VOTOS CHAPA I	VOTOS EM BRANCO	VOTOS NULOS
APUFPR	1878	857	02	859	630	165	64
ADUEM	456	225	00	225	214	09	02
APUFSC	1541	597	06	503	507	64	32
ADUEL	941	474	00	474	440	30	04
ASCEFET-PR	90	19	00	19	17	02	00
TOTAL DA REGIONAL	4906	2172	08	2180	1808	270	108

REGIÃO RIO GRANDE DO SUL

ADs	TOTAL ELEITORES	TOTAL VOTANTES DA AD	TOTAL VOTOS EM TRANSITO	TOTAL GERAL DE VOTANTES	VOTOS CHAPA I	VOTOS EM BRANCO	VOTOS NULOS
APROFURG	480	198	03	201	142	58	01
ADUFPEL	671	312	00	312	285	27	00
APUSM	1139	363	02	365	223	125	17
ADUFRGS	1429	536	01	537	430	101	06
ADUI	75	32	00	32	29	03	00
ADUCS	454	34	00	34	25	09	00
ADOCA	190	15	00	15	12	03	00
TOTAL DA REGIONAL	4438	1490	06	1496	1146	326	24

OBS.: 1 – Os números constantes da coluna “TOTAL DE ELEITORES” corresponde ao número de associados enviados pelas ADs nas listagens nominais à Comissão Coordenadora.

2 – Os resultados das ADs ADUFPA, ADUA, ASPEC, APUB, APROPUC-Campinas, são os comunicados por telefone à Comissão. Até o dia 31/05 a Comissão não recebeu as Atas de Apuração Final.

3 – Não foram lançados os resultados da APROEFEI devido a equívoco no envio da Ata à Comissão. Não foi possível obter o resultado por telefone.

QUADRO GERAL DAS REGIONAIS

NORTE	1476	1123	00	1123	962	133	28
NORDESTE I	2281	975	00	975	841	109	25
NORDESTE II	5448	2606	24	2630	2398	195	37
NORDESTE III	3441	1359	06	1365	1159	150	56
CENTRO-OESTE	2828	1408	11	1419	1236	154	29
LESTE	5440	2563	02	2565	2318	217	30
RIO DE JANEIRO	6753	2832	09	2841	2543	226	78
SÃO PAULO	4233	1495	10	1505	1316	155	34
SUL	4906	2172	08	2180	1803	270	102
R.GRD. DO SUL	4438	1490	06	1496	1146	326	24
SOMA	41244	18023	76	18099	15727	1935	437

XVII CONAD
Porto Alegre, 2 a 5 de junho de 1988

**TRABALHO PRODUZIDO PELA SECRETARIA GERAL DA ANDES
ANDES – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR**

ESCRITÓRIO – JOÃO PESSOA

João Pessoa, junho/1988.

XVII CONAD
Porto Alegre, 2 a 5 de junho de 1988

= A N D E S =
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

RELATO DO III ENCONTRO DAS IES ESTADUAIS
02/06/88

PORTO ALEGRE – RS

RELATO DO III ENCONTRO DAS IES ESTADUAIS

DATA: 02/06/88

Participantes: - ADUNICAMP
- ADUSP
- ADUFS
- ADUNEB
- ASDUERJ
- ADUEM

Relato da manhã: Neste período de trabalho as várias ADs presentes de ram informes das lutas fundamentais que vêm travando nos Estados.

Por sugestão do próprio ENCONTRO segue uma síntese destes relatos, por Estado, com encaminhamentos concretos a serem feitos por todas as ADs.

INFORME USP

Lutas Fundamentais

1 – Reestruturação e Estatuto

O Conselho Universitário da USP está votando um novo Estatuto. Os resultados da votação são deliberações que configuram um estatuto extremamente autoritário, desrespeitando o Congresso Paritário, o plebiscito Paritário e bandeiras do MD como garantia de gratuidade do ensino.

Está começando mobilização para tentar reverter esta situação. Alunos e docentes vão retirar os seus representantes (um total de 11 em 87) do Conselho Universitário em sinal de protesto. Há atos públicos e uma greve de protesto no dia 9/junho/88.

Seria importante envio de telegrama de repúdio ao Conselho Universitário da USP.

2 – Campanha Salarial

O salário das Estaduais Paulistas é hoje um dos menores da sua história em valor real. Começa mobilização conjunta das 3 ADs com Assembléias Gerais no dia 1º/junho/88 que aprovaram greve no dia 9/junho/88 em sinal de protesto. Uma primeira proposta do governo foi a chamada para negociação no dia 3/junho/88.

No caso da USP, especificamente as duas lutas deverão andar juntas. Aquela pela reestruturação deverá ser longa e dura, perpassando, provavelmente todo 2º semestre e o restante do 1º semestre.

Informe ADUNICAMP

A luta principal levada hoje pela ADUNICAMP é a luta em defesa da Universidade Pública Paulista e contra o arrocho salarial imposto pelo Governo Quéricia. Essa luta contempla não apenas o encaminhamento das reivindicações econômicas visando repor o poder aquisitivo dos docentes aos níveis de janeiro de 87 – mas a defesa intransigente da autonomia universitária, hoje ameaçada pela “nova política industrial” que acentua os riscos de que a concessão de recursos para pesquisa venha acompanhada de interferência dos próprios objetivos e destino da política científica das universidades. Esta luta é conjunta com ADUSP e ADUNESP.

A ADUNICAMP tem hoje duas comissões de assessoria, a Comissão de Carreira e a de Política Científica e Acadêmica – e pretende desencadear uma ampla discussão sobre carreira e rumos da pesquisa e do ensino na UNICAMP.

Encaminhamentos: Estamos solicitando que as ADs enviem moções de apoio à nossa luta: pela melhoria das condições de trabalho, contra o arrocho salarial imposto pelo Governo Quéricia e reajustes que reponham as perdas salariais; em defesa da autonomia universitária e da Universidade Pública Paulista. Moções enviadas também para ADUSP e ADUNESP. Agradecemos o envio de telex para Sr. ALBERTO GOLDMANN exigindo reajustes salariais.

Endereço ADUNICAMP – Cidade Universitária Barão Geraldo – Caixa Postal 6158 – Campinas – CEP 13081.

Informe ASDUERJ

São duas as lutas fundamentais da ASDUERJ no Plano de Carreira do Magistério – Foi elaborada uma proposta pelo movimento docente que está, atualmente, em discussão nos colegiados superiores.

- Estatuinte – Estão em fase inicial as discussões para a elaboração das teses do movimento docente. Em julho será realizado um Seminário com tal finalidade.

Informe da ADUEM (Maringá) e ADUEL (Londrina)

Luta pela Autonomia

No último dia 5 de maio a Assembléia Legislativa do Paraná aprovou o projeto de Lei 74/88 que cassa a autonomia das IES do Paraná. Este foi o mais duro golpe do governo estadual no ensino superior. Desde o ano passado, com a criação do Comitê em Defesa do Ensino Superior do Paraná, a comunidade universitária das IES Estaduais tem se mobilizado intensamente pela garantia da autonomia universitária. Este processo culminou numa caravana de mais de 2 mil pessoas que se deslocou de todos os cantos do Estado para Curitiba, para manifestarem-se contra a aprovação do projeto. Em que pesa as 10 horas de manifestação das galerias lotadas da Assembléia Legislativa, dos deputados, alinhados com Álvaro Dias, aprovaram o projeto.

Perdemos esta batalha, mas a luta continua. Agora, as atenções se voltam para a Constituinte Estadual, onde brigaremos com todas as forças para retomar a autonomia que nos foi roubada.

Medida:

Que o CONAD aprove moção de repúdio pela aprovação do Projeto de Lei 74/88. Enviar para:

- Pr
- Governador Álvaro Dias – Palácio Iguazu – Centro Cívico – 80000 – Curitiba-Pr
 - Antônio Anibelli – Presidente da Assembléia Legislativa – Assembléia Legislativa do Paraná – Centro Cívico – 80000 – Curitiba-Pr.
 - Cópia para: ADUEM – Rua Ardinial Ribas, 35 – 87020 – Maringá-Pr
ADUEL – Campus Universitário – 86100 m- Londrina-Pr.

Luta Salarial – Informe

“OS reajustes salariais serão dado a com a arrecadação do ICM do Estado”. Isso é o que diz Álvaro Dias a respeito dos nossos salários. O governo tem, sistematicamente, se negado a pagar a URP. A URP de março foi paga, com atraso, após mobilização nas IES (inclusive greve de 3 dias em Maringá). As URPs de abril e maio até o momento não foram pagas. Em função disto, UEM UEL, e 4 faculdades estão em greve. O governo ameaça não pagar os dias parados, pois mesmo antes do julgamento da questão pelo Tribunal já considerava a greve “ilegal”. Na audiência de conciliação realizada a 03/06 o Tribunal recomendou a volta dos grevistas ao trabalho, reforçando a ameaça de desconto. A “Recomendação” deu-se após visita do Governador ao Tribunal, quando manteve audiência de mais de 7 horas com os juizes.

Complementando o quadro, o jornal Folha de Londrina publicou, no mesmo dia, matéria difamatória contra o MD da UEL e suas lideranças.

Proposta aprovada

Que o CONAD envie telegrama ao Governador Álvaro Dias exigindo o pagamento das URPs devidas e o cumprimento da legislação salarial em vigor. Defender a greve como legítima, e exigir o não desconto dos dias parados. Cópias à ADUEL, digo, ADUEL E ADUEM.

Informe da ADUFS

GOVERNO WALDIR PIRES CORTA SALÁRIOS DE GREVISTAS

Os professores da Universidade Estadual de Feira de Santana foram surpreendidos no dia 26/05/88 com o corte dos seus salários referente ao mês de maio em curso. Esta medida tomada pelo governo do Estado da Bahia, está sendo considerada pelos docentes como uma punição contra o movimento grevista que se desenrola já há 65 dias.

Após sucessivas audiências com o Governo, sem nenhum resultado satisfatório, os professores da UEFS decidiram entrar em greve (dia 29/3) por reposição salarial de 103% (equivalente as perdas salariais de março/86 a fevereiro/88, período em que só obtiveram os gatilhos e as URPs). 2. aprovação imediata do Estatuto do Magistério Superior (desde o início de 1986 que a proposta dos professores é avaliada e reformulada pelo Governo, tendo sido enviado para a Assembléia Legislativa no dia 05/05/88); 3. mas verbas para a UEFS (do orçamento previsto pela Administração da UEFS para o ano de 88 foram concedidos pelo Governo apenas 25% do solicitado).

Somente no dia 28/04/88 o Governo saiu, enfim, do silêncio: a resposta dada por ele foi que qualquer reajuste nos salários do funcionalismo público só ocorreria

através de Plano de Cargos e Salários, e portanto, os docentes teriam que esperar a aprovação do Estatuto, cujo quadro salarial altera o piso inicial da carreira de Cz\$ 24.000, vigente e maio de 1988 para Cz\$ 34.000 a vigorar quando o Estatuto for aprovado. Quanto às verbas, prometeu avaliar a possibilidade de uma suplementação.

Os professores consideraram estas respostas um avanço nas negociações, entretanto ainda não saíam do plano das promessas, com o agravante de que a proposta salarial do governo para o Estatuto é complementar insatisfatória: além de não apresentar a reposição reivindicada, mantém o salário dos professores das Universidades Estaduais o menor entre as Universidades Públicas brasileiras (Federais e Estaduais). Outro problema adicional é o prazo para aprovação e implantação do Estatuto: não se tem nenhuma certeza de que se dará imediatamente. Com relação às verbas, os professores fizeram um levantamento minucioso das necessidades imediatas dos departamentos, que deverá servir de subsídio para a suplementação das verbas.

Avaliando este quadro, os docentes decidiram permanecer em greve. Acreditar nas promessas do governo e retornar às aulas provavelmente significaria outra greve no próximo semestre. O exemplo do 1º e 2º Graus aponta exatamente para esta possibilidade: se o 1º e 2º Graus, que são considerados pelo Governo como sua prioridade, estão numa situação crítica, inclusive com os professores também em greve com reivindicações muito parecidas com as dos professores do Ensino Superior (Estatuto, salários e condições de trabalho), como poderiam os docentes da UEFS acreditarem em promessas quando as universidades Estaduais nunca foram alvo de preocupação do governo, ao contrário, tem sido completamente esquecidas?

O corte dos salários deste mês, com ameaça velada de demissões por parte do Governo do Estado, representa a maior violência que o Governo, enquanto empregador, poderia cometer contra os professores enquanto trabalhadores da Educação, cuja sobrevivência depende exclusivamente de seus salários. Esta medida do Sr. Waldir Pires mostra qual o seu comportamento diante da luta justa do funcionalismo público na defesa da melhoria de seus salários e de suas condições de trabalho: e, verdade o discurso do governo que se auto-intitula democrático, na prática se reduz apenas à repetição, aqui na Bahia, da política de arrocho salarial do Governo Federal e das medidas autoritárias contra o movimento do funcionalismo quando este não aceita a aparente gentileza, que de fato apenas mascara sua demagogia. É provável que o corte de salários dos docentes signifique uma escalada repressiva aos diversos segmentos do funcionalismo que ora se mobilizam.

O comportamento dos docentes tem sido, e pretende continuar sendo, de negociar com o Governo, de efetivamente encontrar uma solução para os problemas cruciais relacionados aos baixos salários e às péssimas condições de trabalho na UEFS. O compromisso dos docentes é com o Ensino Público e Gratuito e de boa qualidade, e a prática tem demonstrado que somente através da luta podem contribuir para uma Universidade competente, capaz de atender aos interesses da Comunidade a que serve, e para qual tem uma grande importância.

É diante deste contexto que os professores justificam a greve como um instrumento de luta: dizer que o Estado não tem recursos para aumentar as verbas e pagar melhores salários aos docentes é, sem dúvida, mais uma falácia do Governo que busca esconder seus interesses em governar para a burguesia em detrimento dos interesses e necessidades dos trabalhadores. Afinal, a crise econômica que o país atravessa não é responsabilidade dos trabalhadores, e muito menos do funcionalismo, que ao longo dos anos, vêm tendo seus salários arrochados e suas condições de vida pioradas, sem nunca terem usufruído dos dólares que a burguesia tomou emprestado ao

FMI, hoje usado como justificativa para o arrocho salarial sobre os trabalhadores brasileiros.

Os professores reivindicam que o Governo do Estado reveja sua posição, suspendendo imediatamente o corte dos salários, e reabra o processo de negociação. Neste momento crucial, é fundamental que o movimento docente nacional, manifeste a sua solidariedade aos professores da UEFS através do envio de telegramas/Telex ao governo do Estado da Bahia exigindo: - suspensão da medida punitiva e pagamento imediato do salário de maio/88; - reabertura das negociações relativas ao quadro salarial do Estatuto.

Endereços para telegramas:

Governador Waldir Pires

Governadoria – Centro Administrativo da Bahia – 40000 – Salvador

Com cópia para:

Dr. Antônio Carlos Barreto

Secretaria do Trabalho – Centro Administrativo da Bahia – 40000 – Salvador

ADUFS

Campus da UEFS – Br 116 Km 03

Caixa Postal 435

44100 – Feira

A Situação da Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Apesar do Governo Waldir Pires cultivar uma aparente contratação com o Governo Sarney, alia-se ao mesmo, na perseguição ao Movimento Docente do Estado e, mais que isso, põe em prática eficientes mecanismos como fórmulas, para inviabilizar as Universidades Públicas e Gratuitas do Estado.

Assim ocorreu, quando excluiu as Universidades Estaduais do órgão criado em seu Governo – CPE – para traçar a política de Pesquisa para o Estado;

Assim ocorreu, quando deixou de incluir o ensino de 3º grau no seu plano de Governo;

E mais:

Dificulta a realização de vestibular em Unidade de Ensino Interior do Estado,

Dificulta a contratação de novos professores para a Universidade,

Mantém o nível mais baixo de salário no Brasil para os profissionais docentes,

Corta 75% do orçamento para a Universidade e não suplementa verbas para a manutenção e seu funcionamento.

XVII CONAD
Porto Alegre, 2 a 5 de junho de 1988

= A N D E S =
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

V ENCONTRO NACIONAL DE DOCENTES DA ÁREA DE SAÚDE

RELATÓRIO FINAL

PORTO ALEGRE – RS, 1 E 2, JUNHO 1988

RELATÓRIO DO V ENCONTRO NACIONAL DE DOCENTES DA ÁREA DE SAÚDE PORTO ALEGRE, 1 E 2 DE JUNHO DE 1988

Sumário

- 1 – INTRODUÇÃO
- 2 – PAUTA DO ENCONTRO
- 3 – PARTICIPANTES
- 4 – CRONOGRAMA
- 5 – ANEXOS
 - A-1 e A-2 INFORMES
 - A-3 – CONTRIBUIÇÃO APRESENTADAS NO XVII CONAD – Propostas, Recomendação e sugestões
 - A-5 e 6 – Contribuição apresentada no V Encontro.

1) INTRODUÇÃO

Este relatório sintetiza os resultados do V Encontro Nacional dos Docentes da área da saúde, realizado nos dias 01 e 02 de junho de 1988, na Escola de Enfermagem da UFRGS por convocação da Coordenação Política de Saúde da diretoria da ANDES e do GT de Política de Saúde (ADEPM, ADUFF, ADMED, APUBH, ADUNI-RIO, ADUFPB-JP e ADUFES)

Como pode ser constatado pela análise da lista de participantes, verificou-se um pequeno comparecimento ao Encontro.

Por outro lado, os relatos das ADs participantes revelam um quadro generalizado de desmobilização dos docentes inclusive na área de saúde. Constatou-se, também, um quadro de insatisfação, em vários locais quanto a situações existentes nas Instituições que mantém curso na área de saúde, cujos docentes participam da assistência à saúde da população, na mesma linha do que se relatou no IV Encontro, realizado na Escola Paulista de Medicina (nov. 1987) e no 7º Congresso Nacional da ANDES (Jan/88).

Os participantes do V Encontro constataram, também, que o documento da área de Saúde, constante do Relatório Final do 7º Congresso Nacional da ANDES foi pouco divulgado e não foi debatido a nível das ADs. Em função disso, deliberou-se incorporá-lo a este relatório com o objetivo de suprir essa deficiência.

Cabe registrar, finalmente, que as contribuições trazidas ao V Encontro, bem como as discussões que ocorreram no seu desenrolar, permitiram o surgimento de novas idéias e proposta, que são repassadas para alimentar as novas e necessárias discussões nas bases do Movimento Docente

2) Pauta do V Encontro dos Docentes da Área da Saúde

- 4ª feira – 9h - Abertura
 Mesa: ANDES, ADUFRGS, Representantes de Instituições e entidades.
- 10h - Conferência sobre:
 Estrutura e Modelo de Gestão do Hospital Universitário
 Prof. Dr. Cezar Albuquerque – Presidente da HCPA
- 11h - Debate com o conferencista
- 12h30 - 14h - Almoço
- 14h - 16h - Trabalho de Grupo
- 16h - 16h30 - Intervalo
- 16h30 - 18h30 - Trabalho de Grupo
- 19h - 20h - Reunião de Relatores
- 21h - Jantar e Confraternização
- 5ª feira – 9h - Mesa redonda sobre: Integração Docente Assistencial:
 O conceito de Assistência.
 Prof. Dr. José Maria Wiest – Fac. Veterinária – UFRGS
 Prof. Dr. Fernando P. Molino Fac. Odontologia-UFRGS
- 10h30 - Debate com painelistas
- 12h - 13h30 – Almoço
- 13h30 - 15h30 – Fechamento de propostas nos grupos
- 15h30 - 17h30 – Plenária de Encerramento
- 20h - Abertura do CONAD.

3) PRESENTES AO V ENCONTRO DE DOCENTES DA ÁREA DE SAÚDE

Silvério Tundis	ADUA/ANDES
Oswaldo Maciel	APUFSC/ANDES
Ari Monteiro do Espírito Santo	ADUFG
Pedro de Oliveira Mundim	ADMED
Isaac Sirota Rotbände	ADUNI-RIO
Eliane Novato Silva	APUBH
Horácio Pereira	PAUBH
Lindemberg Medeiros de Araújo	ADUFPB-JP
Vânia Rohsig	Discente - EEUFRGS
Rosângela Gomes Schneider	Discente - EEUFRGS
Leá Beatriz Teixeira Soares	ADUFSCAR (S.Paulo)
Mauro Luiz Pozatti	ADUFRGS/Medicina/HCPA
Suzana Gomes Moreira	ADUFRGS/Odontologia
Clair de Graça de Souza	EEUFRGS
Elizabeth Azeredo Andrade	UNISINOS
José Winst	ADUFRGS
Dagmar E. Meyer	ADUFMAT
José A. Sison de Castro	ADUFRGS
Roberto Teixeira Mendes	ADUNICAMP
Edmar A.S. Araújo	ADUFF
Maria Socorro Matos	ADUFC
Marta Júlia Lopes	ADUFRGS
Mara Galperin	ADUFRGS

Nicéia Schultz
Selma Maria Santos
Cristina Mendonça Machado
Eduardo Cotecchia Ribeiro
Jurandir D'Ávila Assumpção

EEUFRGS
ADUFRGS
ADUFF
ADEPM
ADEPM

4) CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

- 1 – Próximo encontro – a ser definido
- 2 – Reunião preparatória – encontro do GT Saúde 02 a 04 de setembro
Local proposto: Belo Horizonte-MG
- 3 – Pauta da reunião preparatória:
 - análise da conjuntura
 - encaminhamento do V Encontro
 - organização do VI Encontro

A AD de MG irá elaborar e enviar a todas as ADs um modelo de quadro contendo as questões principais discutidas no V Encontro com o objetivo de sistematizar as informações. Esses deverão ser encaminhados à ANDES antes do início da reunião preparatória do VI Encontro, até 22.08.

ANEXO I

Relatos

AD	Mobilização do Setor	Organização/Avaliação
ADUNI-RIO	Fraca	Sem discussão. Não produziu nenhum texto recente. Diminuiu a mobilização
ADUFF	Mobilização fraca	Discussões com funcionários e DCE do doc. do 7º Congresso. Tentou envolver outros segmentos.
APUBH	Mobilização fraca	Iniciou estruturação do GT.
ADUFS	-	-
ADMED	+ 10% dos professores participam ativamente do docente.	Não tem grupo de trabalho específico, pauta de aglutinação salarial. Diretoria AD recém eleita.
ADUFPB-JP	MD desmobilizado, tem delegado específico para o setor.	Está se tentando estruturar o GT Saúde.
ADEPM	Fraca	Não tem grupo formado.
ADOCA/PA	Mobilização para eleição direta.	Não tem doc. Tem delegada para saúde e CONAD. Não tem GT no setor
ADUFG	Sem mobilização.	Está tentando abrir para outro segmento. Só mobiliza para salário Trouxe documento sobre a associação / Não tem GT no setor
ADUFSCAR	Mobilização para eleição direta.	Não tem documento Tem GT desestruturado atualmente (envolvido com questões gerais).
ADUNICAMP	Tem campanha salarial em eleição para o HC estão debatendo questões gerais e que envolve o setor.	-
ADUFRGS	Primeira eleição para reitor.	Não há GT mas há início de organização.
ADUFC	Desmobilização é geral.	Não estruturou GT, em fase de democratização do Setor.
ADUA	Desmobilização internamente GT existe como grupo estruturado para questões de política de saúde locais das categorias envolvidas.	
APUFSC	Não tem grupo estruturado Não tem mobilização. Só boa vontade	

ANEXO II

INFORMES 02/05/1988

ADUFSCAR

Na UFSCAR não existe o Hospital Universitário nem convênio com o INAMPS da assistência prestada que se efetiva em instituições públicas, postos de saúde, creches, centro de saúde, hospitais, escolas e filantrópicas.

Portanto, a atividade assistencial não tem pagamento extra.

Por outro lado, a falta de contratações desde 1982 nas Fundações bloqueou a implantação do quadro docente nos anos finais dos cursos de terapia ocupacional, fisioterapia, ou seja na época dos estágios curriculares a solução encontrada foi a supervisão voluntária de profissionais ligados a rede pública que nos dois últimos anos vem reivindicar remuneração por sua atividade docente à medida em que regularmente tem recebido estagiários, orientado a sua assistência sem qualquer vínculo empregatício com a Universidade apenas tendo a visita esporádica do docente e reuniões semestrais para debate e reciclagem dos supervisores. Este caso não temos encontrado solução que não fortaleceu a troca de informação e capacitação já que a carência de recursos da Instituição continua presente.

ADUFG

- 1 - Recomenda aos docentes que solicitem seus adicional de insalubridade para os trabalhadores em Hospital (agentes biológicos)
- 2 - Recomendar os docentes que trabalham com substâncias ionizantes, a percepção de 40% de risco de vida.
- 3 - Recomendar os professores que trabalham com energia elétrica a percepção de periculosidade de 30% do salário-base.
- 4 - Os professores que trabalham com inflamáveis e explosivos a percepção 30% do salário-base.
- 5 - Os docentes que trabalham nos projetos docente-assistencial que recebam como adicional ao salário do docente a que ele pertencer.

UFRGS

Em relação a insalubridade

Diferentes tipos de situações quanto aos celetistas

- 20% do salário mínimo,
- 40% do salário mínimo,
- 20% do salário básico,
- 40% do salário básico.

Houve tentativa por ordem do DASP de unificar pagando somente 20% do salário mínimo. A reação dos prejudicados foi a de entrar na justiça e a causa foi ganha.

Volta-se a receber os percentuais antigos.

UFMG

INSALUBRIDADE – paga sobre salário mínimo (20%)

RISCO DE VIDA – paga sobre o salário base (40%) aos professores que trabalham com raio X e radiotividade.

INCENTIVO À ASSISTÊNCIA – não existe.

INFORMES DA ADMED – UBERABA – MG

- 1.0 - Os recentes decretos-lei que extinguem as fundações de amparo aos Hospitais Universitários vieram colocar em risco a manutenção do Hospital Escola da Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro bancada principalmente pela FUNEPU, a qual tem assumido também os encargos de compra de material permanente e contratação, remuneração de Médicos com função existencial (nos docentes) e outros técnicos. Tal fato por consequência conduz também a possível demissão dos últimos.
- 2.0 - Há desnível entre a remuneração dos médicos-administrativos (c/ função somente assistencial) a dos docentes, a função dos primeiros com um flagrante desestímulo a carreira Universitária. Exemplo disso é o fato de que os médicos-administrativos que ingressaram na carreira como auxiliares de ensino tem o seu salário reduzido a metade.
- 3.0 Uma parcela significativa de atividades no Hospital Escola, com a participação dos internos (6º ano) e residentes, não tem a cobertura de docentes e nem de médicos-administrativos, cuja conduta nem sempre é consentânea com a orientação docente, interferindo com integração do docente-assistencial.

Outrossim, tal situação tem levado a distorções quantitativas e qualitativas face a ênfase na produtividade e em razão de que não cumprem as necessidades de ensino.

INFORMES SOBRE HOSPITAL SÃO PAULO DA ESCOLA PAULISTA DE MEDICINA

1 – Hospital São Paulo (hospital escola) vive hoje uma situação estável, bem equilibrada, tendo um faturamento do INAMPS, no mês de abril de cerca de Cz\$ 300.000.000,00 o que permite pensar, hoje, que é viável um hospital escola mantido pelo INAMPS, quando o faturamento é repassado integralmente para o hospital e uma administração séria e competente. Há repasse de 10% a 15% para as disciplinas, que utilizam este montante da forma que necessitarem, comprando materiais, fazendo obras, contratando secretárias, e indiretamente beneficiando os docentes através de pagamento de confecção de teses, publicação de trabalhos, pagamento de passagens para estágios, congressos, etc, quando de interesse da disciplina.

2 – O docente da EPM que atua no hospital não sente muito e reivindica diferenciações no tocante à atividade assistencial, pois temos um quadro particular quanto a residente, estagiários, pós-graduandos e médicos contratados (técnico-administrativos) que suprem muito a assistência e liberam o docente mais para a pesquisa, docência pura do que, talvez, outras instituições que não tenham este quadro.

3 – Quanto às diferenças de insalubridade e gratificação por raio X, na EPM há um pouco de tudo.

Docentes recebendo RX (40% sobre salário base), insalubridade (20% sobre salário mínimo) e até houve casos de insalubridade com 20% do salário base.

A legislação gera confusão e diferentes interpretações, o que leva às diferenças nas instituições.

- 1) Direitos Trabalhistas: Insalubridade, periculosidade, risco de vida, adicionais noturnos, etc. devem ser avaliados com mais cuidado para que apareçam as diferenças. Por exemplo, no Estado de São Paulo, o reconhecimento do direito à insalubridade só se deu em dezembro de 1985. Portanto, somente agora está sendo paga essa insalubridade.
- 2) Recebimento de adicionais por parte de convênio: entendemos que o recebimento se dá não por reconhecimento da assistência prestada, mas como incentivo à docência (ao ensino e à pesquisa) e que isto deva ser decidido (como prevê o próprio convênio MEC/MPAS) dentro da instituição.

Somos contra o pagamento por procedimento, Unidade de Serviço ou diferenciado por área (clínica X cirúrgica ou geral x especializada).

ANEXO III

CONTRIBUIÇÃO DO V ENCONTRO NACIONAL DOS DOCENTES DA ÁREA DA SAÚDE AO XVII CONAD. PORTO ALEGRE, 1 A 5 DE JUNHO DE 1988.

CONSTA.

1 – INTRODUÇÃO;

2 – PROPOSTAS, RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES.

1 – INTRODUÇÃO

A Universidade deve ter uma participação efetiva na construção do sistema de saúde que responda as necessidades da maioria da população brasileira.

A definição do seu espaço e da sua atribuição e competência neste sistema, deve ser objeto de uma reflexão intensa e contínua. O ensino a pesquisa e a extensão em suas várias possibilidades, devem ser definidas de maneira harmônica de modo que não haja comprometimento de qualquer um em detrimento de outro.

As distorções geradas pelo convênio MEC/MPAS bem como outros convênios (hipertrofia do caráter assistencial, exploração do docente como mão-de-obra na assistência e distorção do seu papel, desorganização do MEC no financiamento da Universidade etc.), devem ser apontadas e repudiadas por toda a comunidade Universitária.

Esta realidade exige do MD uma cuidadosa análise e um posicionamento político.

A extensão, por sua vez, enquanto ação da Universidade junto à sociedade, necessita ser repensada urgentemente, seja pelo imenso potencial hoje muito pouco utilizados, seja pelos equívocos e distorções conceituais observados. A extensão precisa ganhar a relevância que hoje possuem o ensino e a pesquisa.

2 – PROPOSTAS, RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES.

2.1 – PARA ANDES

a) organizar uma reunião nacional para discutir e avaliar o Plano Nacional de apoio ao desenvolvimento dos Hospitais Universitários do MEC, (PNADHU) com uma plena discussão interna do setor saúde do MD.

b) que a ANDES participe do planejamento, organização e articulação com outras entidades da área e da imediata convocação da 9ª Conferência Nacional de Saúde.

c) que as questões do setor passem a fazer parte da Política Educacional da ANDES.

d) programação conjunta ANDES/ADs de eventos locais e regionais, no sentido de aumentar a troca de informações, utilizando-se dentre diversos mecanismos o chamado “conferencista itinerante”.

2.2 – PARA AS ADs

a) discutir preliminarmente o HU no sistema de saúde, porque é no contexto destes que se dão importantes questões sociais e políticas.

b) que os docentes da área da saúde ocupem o espaço e uma postura crítica ao atual sistema de saúde em suas instâncias gestoras.

c) os docentes da área de saúde devem articular-se nacionalmente em eventos como Congressos e Simpósios de entidades, como SBPC e outras.

d) instituir espaços de reflexão interdisciplinar e multiprofissionais (núcleos) que transcendam a estrutura departamental.

e) organizar formas de intercâmbio e outras formas de comunicação entre os GTs das diversas ADs.

f) que as ADs incentivem, coordenem e ou dinamizem grupos de trabalho do setor de saúde.

2.3 – AO GT DE SAÚDE

- ao grupo de política de saúde competirá organizar a mobilização dos docentes universitários da área de saúde e áreas correlatas, com vistas aos seguintes objetivos:

- buscar subsídios na legislação, pertinentes às questões trabalhistas da atividade docente (remuneração correspondente a insalubridade, periculosidade, adicional noturno, etc...);

- reunir informações, elaborar documentos e propostas para discussão nas bases do movimento docente;

- organizar e propor às instâncias do MD. através da coordenação de política de saúde da Diretoria da ANDES, o cronograma de atuação de área de saúde;

- estimular a organização dos docentes da área de saúde a nível local e regional;

- estabelecer relações entre a área de saúde do movimento docente e as entidades representativas e instituições ligadas a área de saúde incluindo promoção e participação de eventos comuns.

- Composição atual do grupo de política de saúde: ADEPM, ADUNI-RIO, ADUFF, APUBH, ADMED, ADUFPB-JP, ADUFES. Faltam: 1 AD do setor das Estaduais e uma o setor das particulares. Proposta de integrar o GT: ADUA; ADUFC; ADUFRGS.

ANEXO 4
7º CONGRESSO NACIONAL DA ANDES – JUIZ DE FORA, 24 a 30-01-88

Coordenação de Políticas de Saúde da Diretoria da ANDES

O presente documento está dividido em três partes:

- 1 – Informes:
- 2 – Análise Crítica Preliminar e Propostas dos Docentes da Área de Saúde no 7º Congresso Nacional da ANDES ao Movimento Docente para Encaminhamento às Bases:
- 3 – Encaminhamentos

1 – INFORMES

Os docentes da área de Saúde presentes ao 7º Congresso Nacional da ANDES vêm se reunindo desde do dia 26 de janeiro por convocação da Coordenadoria de Política de Saúde da Diretoria da ANDES e do GT de Política de Saúde (ADEPM, ADUFF, ADMED, APUBH, ADUNI-RIO, que se reuniram no dia anterior). 24 (vinte e quatro) ADs assinaram as listas de convocação passadas nos Grupos Mistos. ADUFSCAR, ASDUERJ, APUFPR, ADURNE, ADUFES, ADUNI-RIO, ADUFERPE, ADUFMAT, ADUSP, ADUFC, ADUFRJ, ADUnB, APROFURG, ADUFEPE, APUFSC, APUB, ADMED, ADUA, ADUFF, ADUFPA, ADUFRGS, ADUFU.

Constatou-se a presença de 29 docentes da área no 7º Congresso. Na reunião do dia 26, compareceram 14 ADs (ADUNI-RIO, ADUFES, ADUFU, ADMED, ADUFMAT, ADUFF, ADUFC, ADUFEE, ADUnB, ASDUERJ, ADUFAL, ADUA, APUBH).

Procedida a abertura, distribuídos documentos e dados os informes iniciais pela Coordenação Política de Saúde, passou-se, depois, à fase de informes das ADs presentes.

Constatou-se um quadro generalizado de desmobilização dos docentes e das ADs, na área da saúde, pois nenhum dos relatos deu conta da existência de grupos de trabalho em atividade regular. Isto talvez explique a falta de contribuições escritas das ADs.

Constatou-se, também, um quadro de insatisfações, em vários locais, quanto a situações existentes nas Instituições que oferecem cursos de graduação na área de saúde, cujos docentes participam da prestação de assistência à população. Alguns relatos abertos foram agrupados da seguinte forma:

- a) Quanto à mobilização: a maioria das ADs presentes relataram que o setor saúde é ou um dos mais desmobilizados do MD local e com poucos militantes. Isto, no entanto, não ocorre na ADUFES, ADUFF, ADUNI-RIO, onde já se pensa inclusive na criação de uma associação que congregasse os docentes médicos. (ADEPM e ADMED são exceções por razões óbvias – seus cursos são exclusivos para Medicina).
- b) Quanto à natureza da insatisfação: foram apresentadas diversas formas mais perfeitamente agrupáveis em grupos de causa, as quais são:
 - b.1) Trabalhistas: não pagamento de adicional noturno, periculosidade, risco de vida, insalubridade calculada de forma diferente nas mesma IES (para uns, 20% sobre o salário mínimo e, para outros 20% sobre o salário base).
 - b.2) Da Política da Saúde:

- não participação do segmento universitário na estruturação, definição da rede pública de serviços de saúde.
 - exploração dos profissionais dos HUs (Hospitais Universitários) por parte política de assistência do Estado.
 - não definição do papel dos HUs.
 - colocação nas Universidades de profissionais de saúde de outras instituições, inclusive do MEC sem a participação democrática de docentes.
- b.3) Da Política do MEC: Todas as conseqüências nefastas aos docentes da área de saúde.
- b.4) da ANDES: Falta maior apreço e mais participação da ANDES nas questões do setor.

2 – Análise Crítica Preliminar e Propostas dos Docentes da Área de Saúde no 7º Congresso Nacional da ANDES ao Movimento Docente para Encaminhamento às Bases.

Na luta pela implantação da democracia, com direitos iguais a todas as camadas populares, a conquista das condições que propiciam o alcance da saúde é um desafio. Ela tem sido manipulada pelas elites políticas e econômicas, como pilar de sua dominação e privilégios sobre a massa trabalhadora. A reversão deste quadro cabe a todos os trabalhadores organizados na busca das soluções. A política de saúde que desejamos aponta para a implementação de programas de atenção integral à saúde e também melhores condições de transporte, alimentação, moradia, lazer, trabalho e segurança.

Naturalmente estas questões relacionam-se estritamente com as outras lutas mais ampla dos trabalhadores, como: reforma agrária, urbana, sanitária, financeira, que direcionam para a sua emancipação. Por isso, todos os trabalhadores da área de saúde deverão está envolvidos nessa luta.

A Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Democrática e de Qualidade (competente) com a sua função social de produzir conhecimento através do ensino, pesquisa e extensão, tem o dever e compromisso reavaliar-se e elaborar com os demais setores organizados da sociedade, planos de ação conjunta com visem influenciar nas discussões políticas em todas as áreas de conhecimento.

Na área da Saúde, os trabalhadores docentes universitários da Enfermagem, Medicina, Nutrição, Psicologia, Farmácia, etc. são os responsáveis por essas tarefas, atuando integrados e articulados a outras áreas do conhecimento universitário, bem como com as Instituições prestadoras de serviço, saúde (ambulatórios, postos de saúde, campos avançados na zona rural e outros).

O Hospital Universitário deve funcionar apenas como um espaço dentro dessa organização viva. É indispensável, porém, que não deva ser centralizado como início e fim de todas as atividades, não se transformando num museu de docentes que são usados para fins do ensino, assim como não deve descaracterizar-se, transformando-se num grande pronto-socorro, num grande CTI ou num grande ambulatório.

Suas atividades e funcionamento devem estar direcionados para o cumprimento de seus objetivos finais, que é a produção do conhecimento a partir do ensino, pesquisa e extensão, voltados para os interesses da comunidade que o mantém.

O estabelecimento de sua clientela deve se dar democraticamente junto à comunidade universitária e outras instituições públicas, nas quais está inserido organicamente.

Entendemos que, quando o HU recebe os pacientes do setor público e privado, aleatoriamente, sem qualquer critério, ou mesmo de forma imposta pelos planos de saúde, está havendo quebra de sua autonomia para a produção do conhecimento. Com isso, se descaracteriza em seus objetivos, transformando-se em mais um hospital da rede assistencial. O trabalhador docente da área de saúde deve estar conscientizado da relevância de sua função social. Para que seu trabalho na produção do conhecimento, através do ensino, pesquisa e extensão seja integral e exclusivo, é fundamental que tenha remuneração justa e condições de trabalho adequadas, viabilizados materialmente através de verbas públicas distribuídas automaticamente e democraticamente pelos Departamentos.

É óbvio e ideológico o descaso desse sistema capitalista para com a Educação e Saúde, tratando-as como assunto secundário, servindo assim a manutenção do ciclo de exploração pela classe dominante sobre a massa trabalhista.

O MEC, como coordenador desta política, vem naturalmente, apontado pela esta política, na medida que: deliberadamente tentando inviabilizar o seu funcionamento e o crescimento da Universidade Pública, cortando as verbas e impedindo o seu funcionamento democrático e autônomo, empurrando-a para a privatização e contribuindo assim para a descaracterização de sua função social; colocando a massa trabalhadora mais à margem de sua participação política, do seu direito inalienável à Educação e Saúde.

Esta política do MEC gera um conjunto grave de distorções em seu funcionamento, entre as quais destacamos:

1 - o distanciamento de suas funções junto à comunidade que a mantém servindo apenas aos interesses imediatos de formação de mão-de-obra técnica e produção científica, visando atender aos interesses do capitalismo.;

2 – a falta de integração entre as instituições de ensino superior e, internamente, entre as diversas áreas do conhecimento e muitas vezes entre a própria área, levando à dispersão da produção do desenvolvimento científico;

3 - a não-participação da universidade junto aos programas sociais mais amplos;

4 – na área de saúde, a ingerência de setores fundamentais e privados privilegiando e direcionando projetos que visam interesses específicos e privados, em detrimento da função social da produção científica desobrigando-se o MEC de direcionar as verbas públicas para o ensino público;

5 – a falta de integração dos diversos setores da produção do conhecimento, tais como o HU com os diversos setores públicos da assistência e saúde urbana e rural;

6 – entendemos que o HU foi descaracterizado nas funções de produção do conhecimento a partir do ensino, pesquisa e extensão quando se transformou em hospital preferentemente assistencial, para não fechar suas portas por falta de verbas. Tal prática caracteriza o descompromisso e o descaso intencional do MEC como mais uma forma de inviabilizar a produção do conhecimento na área de saúde;

7 – A função dos docentes no HU tem sido progressivamente descaracterizada por vários aspectos, tais como:

a – o equivocado entendimento das funções de atendimento e assistencialismo praticados na área de saúde, onde o atendimento ao paciente seria encarado como norteador para o desenvolvimento do sociável do trabalho docente a extensão.

Esse entendimento, entretanto, não está bem estabelecido entre os docentes, havendo a interpretação da necessidade de distinguir a assistência de extensão. É óbvio, portanto, que devemos remeter esse assunto para ampla discussão pelas bases do movimento.

b – a inversão da função exercida pelo docente do HU, que passa a ter atribuições das áreas técnicas específicas – atividades assistenciais – com desvio de sua função precípua de produzir conhecimento através do ensino, pesquisa e extensão.

c – o ingresso do docente na carreira se dá por concurso; entretanto, esses concursos são usados, às vezes, para explorar deliberadamente a mão-de-obra barata do trabalhador do ensino na área de saúde, configurando a sublocação do trabalho docente para atender as necessidades da rede pública de saúde;

d – a política salarial imposta pelo MEC aos profissionais da educação, altamente nefasta, empurra-os ao empobrecimento, com desfiguração progressiva de sua função e às dificuldades concretas materiais para garantir seus direitos de cidadania;

e – o povoamento do HU por profissionais vinculados a outras instituições e ao próprio MEC, vem ganhando desigualdade nas condições de trabalho e salário, promovendo descontentamento entre os docentes que prestam assistência, embora esteja claro que a questão central é a baixa remuneração do trabalho docente.

f – o docente da área de saúde, a exemplo de outros trabalhadores, é levado por imposição do capital a alienar-se em relação à sua condição de trabalhador. Com isso, deixa de se perceber enquanto trabalhador do ensino, passando a assumir a categoria profissional de sua formação. Esta postura, ideologicamente marcada, contrária à categoria docente, atinge, diretamente, a luta do MD e seu fortalecimento, pois vem a privilegiar o corporativismo e a ingerência privatista, em detrimento da defesa dos princípios fundamentais para a sobrevivência da Universidade pública e gratuita, autônoma, competente e de qualidade. Este fato ocorre em todas as áreas do conhecimento da Universidade.

3 – ENCAMINHAMENTOS

A partir desses princípios, encaminhamos às ADs a proposta de discutir essa questão, e sugerimos os seguintes eixos:

3.1 – Apontar para a reversão do Assistencialismo nos HUs e nas funções específicas dos docentes da área de saúde:

a – pela adoção de uma política global para o HU, estabelecida com a participação da Universidade e das instituições que compõem o sistema de saúde, a fim de que as necessidades assistenciais da população sejam supridas pela rede própria, reservando ao HU a função de gerar conhecimento através do ensino público, pesquisa e extensão.;

b – pela adoção de uma política de verbas para o HU que garanta sua autonomia financeira, por meio de verbas públicas, cobrando do MEC a responsabilidade pelo custeio do HU, e preservando sua autonomia política e financeira para qualquer alocação de outros recursos;

c – pela eliminação da sobrecarga assistencialista na função docente que descreva suas atribuições de ensino, pesquisa e extensão.

3.2 – Profissionalização

Apontamos para a qualidade:

a – que se dá pela qualificação técnica progressiva, feita através da melhoria das condições de trabalho (bibliotecas, laboratórios, etc) e da viabilização concreta da formação acadêmica do docente;

b – pela qualificação universalista do conhecimento, através da integração e troca de experiências com as outras áreas do conhecimento, para que esse processo facilite a compreensão e inserção do profissional na realidade sóciopolítica, econômica e cultural.

Entendemos como fundamental a conjugação dessas duas questões para que o produto final do trabalho docente, através do ensino, pesquisa e extensão, corresponda ao objetivo social mais amplo.

Entendemos, ainda, que a profissionalização dos docentes da área de saúde só será conseguida contemplando-se também a justa remuneração dos docentes.

3.3 – Que sejam feitos levantamento de dados relativos ao funcionamento dos hospitais universitários, aos tipos de convênio em andamento e às distorções que apresentam, na prática a efetivação desses convênios.

3.4 – Que se abra espaço no Boletim da ANDES, que antecederá ao próximo CONAD para a publicação de matéria do GT de Saúde.

3.5 – Que se estabeleça um cronograma de discussões dos temas aqui levantados, para que se elabore uma proposta no próximo CONAD.

3.6 – Que as ADs encaminhem a ANDES informações relativas ao pagamento de obrigações trabalhistas, para que se aplique a legislação vigente.

O 7º Congresso **aprova**:

a – Incluir no GT de Política de Saúde a ADUFES e a ADUFPB-JP.

b – Incluir na composição do GT de Política de Saúde uma AD do Setor das Estaduais e uma AD do Setor das Particulares.

V Encontro Nacional de Docentes da Área da Saúde:

O 7º Congresso **referenda** a proposta dos docentes da área de saúde e **convoca** o V ENCONTRO NACIONAL DE DOCENTES DA ÁREA DE SAÚDE, no período que antecede a realização do XVII CONAD. O GT de Política de Saúde marcará a Sede do V Encontro, de acordo com a AD e a Regional da ANDES onde se realizará o evento.

Recomendações:

A pauta do XVII CONAD contemplará a discussão de questões relevantes da área da saúde, as quais serão propostas pelo GT de política de saúde.

O GT de Política de Saúde compatibilizará e articulará as atividades da área com o calendário de lutas e as instâncias organizativas da ANDES, em particular com as Vice-Presidências e/ou Secretarias Regionais.

ANEXO 5

CONTRIBUIÇÃO DO PROF. FERNANDO PIRES MOLINOS – FAC. ODONTOLOGIA – UFRGS

1 – Inicialmente gostaríamos de cumprimentá-los, em especial nossos colegas visitantes.
2 – Queríamos também registrar e reconhecer os esforços quase solitários desenvolvidos pela nossa colega Marta na organização local deste Encontro.

3 – Com relação a nossa participação nos trabalhos de hoje é oportuno estabelecer que:

1º - Não pretendemos abordar os aspectos conceituais referentes ao tema Integração docente assistencial em função de que na literatura facilmente se encontram referências sobre este aspecto da questão.

Neste sentido, a título de colaboração estamos distribuindo uma bibliografia básica sobre o assunto.

2º - Pretendemos priorizar para análise a questão da viabilidade de incorporação da proposta da IDA nos projetos políticos pedagógicos que hoje orientam a formação de recursos humanos na área da saúde.

Nesta perspectiva, gostaríamos de resgatar para o debate tais questões que nos parecem fundamentais.

A primeira coloca em relevo a percepção dos espaços para colocação da proposta.

A segunda nos coloca frente a intencionalidade com que nos propomos empregar a proposta da IDA nos nossos projetos de intervenção.

A terceira refere-se a consciência da conjuntura que marca nosso momento de intervenção.

Passemos a um breve comentário sobre cada um desses pontos:

A noção da existência ou não de espaços, mais ou menos favoráveis as tentativas de incorporação da proposta da IDA, decorre do tipo de percepção que domina os Projetos de Melhoria de Ensino que implícita ou explicitamente se desenvolvem a nível de cada unidade de ensino.

Fica claro que os tipos de compreensões que catalogamos como Difusa e Técnica, com seus respectivos focos de atenção, tipo de solução e forma de trato que dão à questão do ensino abrem espaço ou tornam mais difíceis senão conseqüentes a incorporação de ações tipo IDA.

A perspectiva política, ao contrário coloca em relevo a identidade existente entre os pressupostos que são, propomos a proposta da IDA e a lógica que orienta essa forma de busca de melhoria de ensino.

A consideração de que na prática são essas as condições objetivas que definem os espaços de nossas intervenções nos coloca como problema a necessidade de uma precisa definição sobre a intencionalidade com que fazemos uso da proposta IDA em nossos projetos de intervenção.

É possível caracterizar três padrões clássicos de intencionalidade .

O primeiro tem a perspectiva que chamamos MODISTA ou seja o que move a intenção de introduzir experiências do tipo IDA na formação profissional é a cópia ou imitação. Com sua presença o curso se atualiza ou moderniza ou pelo menos não fica para trás em relação a uma tendência presente no discurso oficial do ensino médico. Tal intencionalidade conduz as linhas de trabalhos conhecidas com experiências extramurais, de caráter excursionistas e episódicos.

O segundo padrão clássico de intencionalidade enquadra-se no chamado movimento dos ESTÁGIOS CURRICULARES, onde os objetivos dominantes centram-se

de um lado nos benefícios que a experiência é capaz de trazer para o aluno em termos de complementação da formação em condições reais de aprendizado, em termos de aproximação e contato com a realidade e em termos de vivência profissional antecipada e de outro lado no efeito integrador para o curso, na medida que teoria e prática pretensamente se reintegram resgatando assim o caráter dicotômico dominante do ensino. Dependendo da forma de desenho da experiência alguns efeitos localizados são alcançados do ponto de vista de reavaliação de conteúdos, ajustando o ensino de determinadas áreas a necessidade ou realidades concretas não problematizadas.

O terceiro padrão de intencionalidade trabalha a proposta da IDA numa perspectiva ESTRATÉGICA.

Nesta, as ações tipo IDA ganham sentido fora de si mesmas ou seja seu valor é mensurado em seu potencial de garantir a problematização do curso em sua integralidade e dentro de um contexto concreto. Seu desenvolvimento não é um fim em si mesmo mas um mecanismo político capaz de contribuir para reenfocar o ensino em sua dimensão de prática social e não de instrumento profissionalizante. Cobra o compromisso institucional em relação à sociedade e não em relação ao projeto individual dos estudantes. Questiona a geração e reprodução do saber em função não de sua eficácia intrínseca mas em seu potencial de contribuir para o equacionamento de uma problemática que é coletiva e se define socialmente.

Assim, a questão da integração Docente Assistencial não se define abstratamente mas em função da intencionalidade dos atores que a utilizam em seus projetos político pedagógicos de cursos.

ANEXO 6



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO/MANTENEDORA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS		UF GO
ASSUNTO Consulta sobre prestação de serviços mediante convênios ou contratos por professores e servidores de Universidades de natureza autárquica.		
RELATOR: SR. CONS. CAIO TÁCITO		
PARECER Nº: 538/83	CÂMARA OU COMISSÃO C L N	APROVADO EM 9/11/83
		PROCESSO Nº 23.000.002902/83 - 1
<p>I – Relatório</p> <p>Considerando a proibição constante do Decreto nº ...86.795, de 1981, no tocante à admissão de mão-de-obra indireta, a Universidade Federal de Goiás consultou a Secretaria de Controle Interno, do MEC, sobre a viabilidade do aproveitamento de servidores (administrativos e docentes) para a prestação de serviços objeto de convênios ou contratos. Esclareceu que a Portaria nº 960, de 17 de agosto de 1978, da Reitoria permite essa providência, facultando o pagamento, em tais casos, a servidores da Universidade ou mesmo a estranhos a ela.</p> <p>A Secretaria em causa mencionou o precedente de julgamento, pelo tribunal de Contas da União que, aprovando parecer do Relator, Ministro Luciano Brandão Alves de Lima, em resposta a consulta da Fundação Universidade de Brasília, concluiu pela legalidade de pagamento por participação em convênios de professores não participantes do regime de incentivos previsto na Lei nº 6182/74. No tocante ao pessoal não docente, considerou não se configurar a prestação de serviços extraordinários, mas, sim de tarefas extraordinárias.</p> <p>Invocando os art. 1º e 3º do citado Decreto nº 86.795, de 1981, conclui no sentido de que “em face da legislação acima transcrita, parece-nos inviável o pagamento de professores e pessoal administrativo por participação em convênios”.</p> <p>O Diretor da Divisão de auditoria do MEC admitiu que tais serviços poderiam ser remunerados como “horas extras” ou mediante concessão de incentivos.</p> <p>O Senhor Consultor Jurídico do MEC opinou, contudo, pela legitimidade da prestação de serviços eventuais remunerados, cuja legitimidade fundamentou no art. 20 do Decreto nº 85.487/80, no que respeita aos professores.</p> <p>O Sr. Secretário do Controle Interno encaminhou o processo ao Departamento de Pessoal, sugerindo a audiência do DASP.</p>		

O órgão de pessoal considerou desaconselhável a remuneração complementar sob a modalidade de bolsas a serem custeadas com recursos de convênios ou contratos. Reputada prática inadequada em face da política de contenção de despesas de pessoal tanto em autarquias como em fundações.

Voltando o processo à Consultoria Jurídica. Foi proposta a audiência do CFE, ao que anuiu a senhora Ministra.

II – VOTO DO RELATOR

A captação de recursos extra-orçamentários, pelas Universidades, mediante convênios ou contratos de prestação de serviço é prática saudável, que merece ser estimulada, tanto pelo que representa de financiamento de suas atividades como pela valorização do intercâmbio com a comunidade.

Dissemos, em estudo anterior, que os objetivos fundamentais das universidades se podem esquematizar em quatro finalidades essenciais:

“a) a prestação de ensino superior, visando a oferecer habilitações legais necessárias ao exercício das profissões;

b) a pesquisa científica com o duplo objetivo de integração no processo didático e ainda de busca e domínio do conhecimento científico (ciência pura);

c) a prestação de serviços a comunidade e às atividades produtivas (ciência aplicada).

d) a formação de elites dirigentes e a avaliação dos problemas nacionais e regionais, através da difusão e ampliação da cultura”.

E, para a consecução de tais finalidades, entendemos que os objetivos básicos das Universidades deveriam concentrar-se em:

“a) transmitir o conhecimento adquirido formando profissionais e especialistas, ou atualizando-lhes a formação (difusão do conhecido);

b) criar conhecimento novo ou nova tecnologia, mediante pesquisa pura ou aplicada (conquista do desconhecido);

c) prestação de serviços à comunidade, tanto no plano técnico como no social (extensão universitária)”.

(Ver: A estrutura da universidade e as exigências do meio brasileiro, em coletânea editada pela Universidade Federal de Minas Gerais sob o título: As grandes diretrizes da Universidade Brasileira – 1977).

Parece-nos, assim, altamente louvável a orientação traçada pela Universidade Federal de Goiás, expressa nos atos normativos constantes do processo, tendentes a ampliar a presença da Universidade como um centro de prestação de serviços educativos ou de tecnologia aplicada.

A consulta envolve, porém, aspecto peculiar no que pertine à possibilidade de remunerar seus servidores diretamente à conta de recursos de convênios ou contratos em função de serviços prestados fora do horário normal de trabalho.

No tocante às universidades constituídas como fundações, conseqüentemente, sob regime trabalhista, o Tribunal de Contas da União abriu perspectiva favoráveis.

Diante, porém, da natureza autárquica da universidade consulente, arguiu-se, como impedimento, a disciplina constante seja da Lei nº 6.182/74 (que fixa a retribuição do Grupo-Magistério, configurando o regime de 20 ou 40 horas semanais e o regime de incentivos funcionais), seja do Decreto nº 86.795, de 1981, que veda “contratação de mão-de-obra indireta mediante convênio de qualquer natureza”.

Certamente, os docentes em regime de tempo integral com dedicação exclusiva, não poderão ser remunerados a conta de convênios, pois lhes está vedada a prestação

de outros serviços . Para aqueles submetidos a regime simples de tempo integral, a imperar em dois turnos de trabalho, somente será admissível a prestação de serviços em convênios ou contratos se, efetivamente, realizadas fora da carga horária a que estão designados.

Todavia, os professores sujeitos a regime parcial de trabalho, sempre que comprovadamente a prestação de serviços em convênios ou contratos de extensão universitária se faça fora da carga horária contratada, poderão auferir retribuições especial pela atividade exercida que não se confunde com os deveres próprios do cargo de magistério que ocupem.

Da mesma forma, os servidores administrativos que fora do horário normal de expediente e, portanto, dos deveres de seus cargos, prestem serviços ligados a convênios ou contratos, poderão ser por eles remunerados.

Vedada estar, apenas, em face da expressa proibição do Decreto nº 86.795, de 1981, a prestação de serviço por pessoal estranho à Universidade, que assume a qualidade de mão-de-obra indireta, a que alude a norma proibitiva.

Considerando, porém, as implicações que a matéria envolve parece-nos de toda conveniência que o Ministério da Educação e Cultura discipline o assunto mediante normas que uniformizem o comportamento no conjunto das universidades federais.

Nesse sentido, seria oportuno e recomendável fosse baixada portaria ministerial, a fim de evitar desvios de interpretação e disparidade de critérios entre instituições congêneres.

III – CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Legislação e Normas aprova o voto do Relato.

Sala das Sessões, em 7 de novembro de 1983.

(aa) conselheiros Caio Tácito – Presidente e Relator, Fernando Gay da Fonseca, Manoel Gonçalves Ferreira Filho e Luiz Navarro de Britto.

IV – DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Federal de Educação aprovou, por unanimidade, a Conclusão da Câmara.

Sala Barretto Filho, em 09 de novembro de 1983.